

### **PREFÁCIO**

Este trabalho faz parte do apoio do UNICEF ao Governo do Cabo Verde para o desenvolvimento de intervenções a favor da pequena infância, incluindo das crianças mais desfavorecidas. Este trabalho apresenta uma perspetiva dupla: i) uma perspetiva de compreensão do comportamento dos pais, mães em particular, para os seus filhos, e ii) uma perspetiva operacional, para fornecer referências para a definição dos conteúdos educação familiar e educação na pequena infância, que vai apoiar a definição do programa de desenvolvimento da pequena infância.

Para a realização deste trabalho, uma equipa nacional foi constituída. Composta pelo Ministério da Educação e Desportos (MED), Instituto Cabo-verdiano da Criança do Adolescente (ICCA), Ministério da Saúde (MS) e UNICEF, com um suporte técnico significativo do Instituto Nacional de Estatística (INE) que apoiou a preparação dos instrumentos e métodos de recolha (desenho e formatação do questionários, amostragem) e a recolha de dados no terreno. A entrada de dados também foi assegurada pelo INE. Dentro do INE, destacamos a contribuição da Kadiatou Baldé, que desempenhou um papel de liderança ao longo de todo processo de preparação e recolha dos dados de terreno, e da Nila Delgado na preparação, digitação e processamento dos dados.

Essa equipa foi apoiada pelo UNICEF, nomeadamente pela Nelida Rodrigues e Sandra Martins no que tange ao financiamento e a gestão do trabalho no seu todo. Finalmente, Adeline Seurat (IREDU/ Université de Bourgogne), com a colaboração Alain Mingat (IREDU-CNRS e Université de Bourgogne), apoiou a equipa nacional na definição da arquitetura de trabalho, ii) a análise dos dados coletados e iii) na elaboração do relatório.

### ÍNDICE

RÉSUMÉ EXÉCUTIF	p.06
INTRODUÇÃO	p.13
I. Dos argumentos para uma intervenção pública a favor da pequena infância	p.13
II. Um programa nacional de desenvolvimento da pequena infância	p.13
III. Um módulo dedicado ao conhecimento das práticas parentais	p.14
IV. Descrição das práticas e dos comportamentos parentais	p.15
V. Análise dos comportamentos parentais: limitações e hábitos	p.16
l.	
ELEMENTOS DO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	p.17
II.1. Contexto físico, meio ambiente	p.18
II.2. Dificuldades em matéria de alimentação	p.23
II.3. Montante financeiro capaz de ser mobilizado rapidamente em caso de emergência	p.26
II.4. O tempo da mãe: limitações e tempo passado com a criança	p.27
II.5 Quem se ocupa regularmente da criança?	p.34
II.	
PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS ESPECÍFICOS DAS PESSOAS ENCARREGADAS DA CRIANÇA	p.35
II.1. O desenvolvimento geral da criança referente à sua idade	p.36
II.2. A questão do género nas relações pais - filhos	p.44
II.2.1. O papel do pai	p.44
II.2.2. Diferenciação de acordo com o género II.3. Desenvolvimento afetivo	p.46
II.4. Saúde e perceção do perigo	p.47
II.5. Relativo às práticas familiares em matéria de alimentação	p.51 p.56
II.5.1 O aleitamento das crianças	p.56
II.5.2. Aspects quantitatifs et qualitatifs de l'alimentation de l'enfant	p.60
II.5.3. A composição das refeições da criança na véspera do inquérito	p.64
II.6 Relativo ao repouso e ao sono da criança	p.68
II.7. Relativo às práticas familiares em matéria de higiene	p.73
II.8. Relativo às práticas familiares em matéria de prevenção e de cuidados	p.79
II.9. Relativo às práticas de proteção e acompanhamento das crianças	p.83

II.10. Relativo às práticas em matéria de linguagem	p.88
II.11. Relativo às práticas em matéria de desenvolvimento cognitivo	p.100
II.12. Relativo às práticas em matéria de desenvolvimento social	p.108
EM QUE MEDIDA AS PRÁTICAS PARENTAIS SÃO SOCIALMENTE DETERMINADAS?	p.120
III.1 Semelhanças das práticas familiares nos diversos domínios temáticos	p.121
III.2 A dimensão social das práticas familiares nas diferentes dimensões	p.123
IV.	
DENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS TRANSVERSAIS E O SEU GRAU DE	100
DETERMINAÇÃO SOCIAL	p.128
IV.1 Intensidade da pró-atividade da mãe	p.129
IV.2 Grau de estruturação do contexto em que vive a criança	p.130
IV.3 Utilização das explicações dadas à criança	p.130
IV.4 Grau de negatividade no comportamento maternal	p.131
IV.5 Relação entre indicadores transversais e tipologia de condutas educativas	p.132
IV.6 Dimensão social dos comportamentos transversais	p.134
IV.7 Impacto das condutas educativa s nas diferentes pontuações temáticas	p.137
V.	
A TÍTULO DE CONCLUSÃO PARA A DEFINIÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO	
PARENTAL	p.140
V.1 Algumas conclusões gerais	p.141
V.2 Balizas de referência para o programa de educação parental	p.142
ANEXOS	p.144
BIBLIOGRAFIA	p.146

# RESUMO EXECUTIVO

### I.

#### PERSPECTIVA GLOBAL

Do ponto de vista da construção de um programa de educação parental, em primeiro lugar é importante saber quais são as práticas dos pais no desenvolvimento da criança, a fim de avaliar em que aspetos há necessidade de adequações. Mas não existem informações razoáveis ou referências que apoia a definição do conteúdo dessas intervenções. Neste sentido, um módulo dedicado ao conhecimento das práticas parentais foi incorporado ao Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC), que foi realizado entre Outubro e Dezembro de 2013, a nível nacional, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A amostra contruída de forma a ser representativa do país incluiu 1 752 cuidadores e 2 229 crianças com menos de 6 anos. Um coeficiente de ponderação, construído pelo INE, é usado para a extrapolação da amostra tornando-a representativa da população menor de 6 anos. A amostra total, uma vez ponderada, representa 68 837 crianças. Além de descrever a situação de vida das crianças da amostra, a pesquisa tem como objetivo descrever as perceções de mães e as práticas familiares em treze áreas temáticas de desenvolvimento infantil (desenvolvimento global, papel do pai, grau de diferenciação de género, desenvolvimento emocional da criança, saúde e perceção de perigos, alimentação, descanso e sono das crianças, higiene, prevenção e cuidados, proteção e seguimento, a linguagem, desenvolvimento cognitivo e social).

Sobre esta base teórica, três dimensões das práticas familiares foram consideradas:

- · O primeiro refere-se a práticas específicas; Por exemplo, se a criança come proteínas, lava as mãos antes de comer ou foi registada. Para estes comportamentos específicos, muitas variáveis foram incluídas no inquérito (mais de 100), e são a base primária para a análise;
- O segundo é temático, na medida em que consolida num único indicador os comportamentos relevantes das famílias em cada uma das áreas consideradas. Este indicador é construído de forma a ter um valor cada vez maior, quando as práticas positivas são mais frequentes nos diferentes aspetos que o compõem (por exemplo, para a higiene, se a criança lava as mãos regularmente antes das refeições, após usar a casa-de-banho, tomar banho, ter as unhas cortadas, mudança de roupa frequentemente, etc.). Pode portanto ser interpretada como um índice de desempenho global das práticas relevantes de uma determinada área e, portanto, de cada uma das treze áreas identificadas no estudo;
- · A terceira diz respeito às abordagens educacionais utilizadas pela mãe na educação das crianças. Estas abordagens são, de certa forma, conceituais e gerais para caraterizar as condutas educativas, que podem se manifestar de forma transversal entre as diferentes áreas temáticas. Por exemplo, algumas mães podem muitas vezes procuram para dar explicações à criança, enquanto outras podem estar muito menos inclinadas a fazê-lo, mas isso pode se manifestar em matéria de alimentação, higiene, tais como os de desenvolvimento social ou espiritual ou de prevenção de perigos. A identificação destas abordagens ou condutas educativas da mãe requerem métodos de estimação especiais, mas sabendo que a natureza destas práticas familiares são transversais.

### П.

## ALGUNS RESULTADOS RELEVANTES NO QUE TOCA A PRÁTICAS ESPECÍFICAS

#### 2.1 ASPETOS GERAIS

Em primeiro lugar, há um ponto, que é provavelmente óbvio, mas que no entanto merece ser salientada: que as crianças vivem no seio das suas famílias, algumas ricas e outras pobres. Sendo assim, as condições de vida das crianças são muito variáveis na amostra do inquérito, e no país em geral. Este é, naturalmente, suscetível de ter implicações nas práticas familiares.

As mães em Cabo Verde gastam uma média de 208 minutos durante o dia numa atividade identificada com as crianças. Isto é significativamente mais elevado do que foi observado em estudos comparáveis realizados em São Tomé e Príncipe, Serra Leoa e Mauritânia, e manifesta um investimento importante na criança. Dito isto, há também alguma variabilidade no interior da amostra. Deste modo, dois terços (68%) das mães da amostra dedicam mais de duas horas por dia com os seus filhos, e quase metade das mães passam mais de 3 horas por dia, e 12% empregam menos de uma hora por dia nos cuidados com a criança.

Antes de examinar as práticas mais específicas, é interessante notar que pouco menos da metade das mães pensam que os pais têm influência sobre o desenvolvimento de seu filho. Em contraponto, isso indica também que a outra metade das mães pensam que têm pouco ou nenhuma influência no desenvolvimento de seu filho. Mas quando as mães são questionados sobre as ações concretas que levam a cabo para o desenvolvimento da criança, apenas 3% disseram não implementar ações destinadas a facilitar a adoção de capacidades funcionais para os seus filhos e 13% têm baixas expectativas muito baixas no que concerne ao desenvolvimento de seu filho.

Finalmente, observamos que a proporção de famílias que declaram que é importante diferenciar a educação dos meninos e das meninas é muito baixa (muito menos do que por exemplo, Madagáscar, São Tomé e Príncipe e Mauritânia). Apenas em termos de vestuário e em menor grau, nas áreas de tarefas domésticas e produtivas e jogos, os pais são mais propensos a pensar que há um género específico.

### 2.2 O DESENVOLVIMENTO AFETIVO DA CRIANÇA

A grande maioria das mães afirmam mostrar sinais de carinho para a criança (apenas 1% das mães indicam que não). Da mesma forma, em caso de emoções das crianças, quase toda mãe a reconforta. Elogios e incentivos são frequentes quando a criança é bem-sucedida ou se quando comporta bem (10% das mães nunca felicitam a criança e 4% nunca encorajam), mas apenas 42% das mães incentivam a criança quando ela falha.

### RESUMO EXECUTIVO

### 2.3 A SAÚDE E A PERCEÇÃO DO PERIGO

Em relação à saúde da criança, vemos que todas as mães conseguem identificar pelo menos um sintoma que possa indicar que o seu filho possa estar doente e, apesar de 28% apontarem apenas um único sinal de doença. Especificamente, numa eventual febre na criança quase todas as mães declaram ter uma reação (apenas 0,3% não), mas 96% não mencionam dar água para a criança para a hidratar. Esta pro-atividade face a uma febre na criança (mesmo se as ações nem sempre são adequadas) ocorre quando a febre persiste. Em tal situação, apenas uma minoria (3% das mães) não cita qualquer ação. Em caso de diarreia em crianças, alguns comportamentos familiares precisam ser modificadas. Se apenas 2% das mães pensam que passará sozinha, 76% não pensam em dar de beber à criança. Quase um quarto das mães não mencionam os sais de reidratação como resposta relevante, mas quando eles são mencionados, observa-se que 46% das mães não as têm disponíveis em casa. Portanto, há algum espaço para melhorias neste domínio.

Em relação à prevenção de riscos, a grande maioria das mães é pró-ativa seja na supervisão da criança, em tomar medidas de precaução e, finalmente, explicar como a criança deve proteger-se dos perigos.

### 2.4 AS QUESTÕES DE ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS

No que concerne a primeira lactação das crianças, observou-se que 98% das crianças são aleitadas nas primeiras horas depois do nascimento e que o aleitamento foi exclusivo para 96%. Mas apenas 30% das crianças da amostra foram aleitadas de forma exclusiva até os seis meses de idade. Além disso, as mães têm sentimentos mistos sobre o uso do biberão, apenas 37% delas são favorável.

No plano quantitativo, os dados indicam que cerca de 5% das crianças tiveram menos de três refeições durante o dia anterior à passagem do inquiridor, e 14% das mães relataram que a criança faz não comeu o suficiente (explicado sobretudo pelo fato de que a criança estava sem apetite).

Do ponto de vista qualitativo, nota-se um baixo grau de diversidade na dieta para 10% das crianças que, consomem regularmente apenas três grupos de alimentos (1% tem menos do que três). Se a ausência de proteínas animal (carne ou peixe), frutas e legumes é bastante limitado em comparação com o que é observado em outros países, ela diz respeito a 6% das crianças (com mais de um ano) da amostra. Assim, ao medirmos as deficiências alimentares para essas crianças, notamos que 37% das crianças têm consumido apenas um dos três acima citados (proteína animal, frutas e legumes). Eles são mais frequentes entre as famílias mais pobres, e entre aqueles que vivem em São Nicolau, Fogo e Brava. Ao contrário, as refeições 57% das crianças eram compostas pelos três grupos, ou seja, carne, frutas e legumes. Além disso, pouco mais de um terço das crianças não têm acesso à água tratada, sendo mais comum, de um lado, entre as famílias mais pobres, e em por outro, nas ilhas de São Nicolau, Fogo, Brava, Santo Antão e São Vicente.

#### 2.5 REPOUSO E SONO DA CRIANÇA

De forma lógica, quanto mais a criança cresce, menos ela faz a sesta. Se quase todas as crianças (86%) faz uma sesta quando estes têm menos de 2 anos, a proporção é de 64% entre as crianças com idade entre 3 e 4 anos e 46% dentre as com idade compreendida entre 5 e 6 anos. No que concerne a atenção que a mãe dá ao sono da criança, parece que apenas 7% não prestam especial atenção aos sinais que indicam que a criança está com sono. O momento de ir para cama é percebido pelas mães como uma oportunidade interessante para ter um tempo de relacionamento especial com a criança, mas somente quando ele tem menos de 2 anos. Quando ela é mais velha, a relação entre a mãe e a criança antes de adormecer são significativamente menos frequentes, sobretudo tendo em conta o fato de que a criança vai para a cama sozinha, sem acompanhamento. Observa-se ainda que, mães conversam pouco com as crianças na hora de sono e são poucas as que aproveitam estes momentos para contar histórias.

### 2.6 A HIGIENE DA CRIANÇA

Observa-se em primeiro lugar que, a maior parte das mães (74%) dão regularmente explicações sobre a higiene quando a criança tem mais de 5 anos de idade, e são um pouco menos propensos a fazê-lo quando ela tem 2 (51%) ou entre 3 e 4 anos (65%). As práticas efetivas das crianças em matéria de higiene são, em grande medida, bastante boas (e muito melhor do que observado em outros países). Assim, quase todas as crianças, independentemente da idade, tomam banho diariamente. 90% das crianças com mais de 3 anos lavam as mãos, mesmo que de forma irregular, antes da refeição e 87% o faz depois de usar a casa-de-banho. Na mesma categoria de idade, apenas 5% das crianças não escovam os dentes. Finalmente, no que refere-se aos vestuários, 10% das crianças mantém as roupas do dia para dormir. Mas apenas uma minoria de crianças não trocam de roupa todos os dias.

### 2.7 QUESTÕES DE PREVENÇÃO E CUIDADO DAS CRIANÇAS

Quase todas as crianças tem um cartão de vacinação. 90% das mães de crianças com até 1 ano de idade declaram que estas são pesadas, pelo menos, a cada três meses, sabendo que 77% o faz todos os meses. Mas um pouco mais de um terço das crianças com menos de 2 anos é que não recebem assistência médica duas vezes por ano. Acima de tudo, um pouco mais de dois terços das crianças de 1 a 5 anos não fizeram tratamento antiparasitário nos seis meses anteriores à data do inquérito. Estes números são significativamente superiores aos resultados encontrados na Mauritânia, Serra Leoa e São Tomé e Príncipe.

### 2.8 QUESTÕES DE PROTEÇÃO E SEGUIMENTO DA CRIANÇA

Apenas 8% das crianças não possuem registo de nascimento. Entre as razões dadas pelas mães para explicar a falta de registo, 25% apontam o fato de não saberem que era necessário registar a criança, 19% explicado pela ausência do pai e 17% por falta de documentos de identidade dos pais.

#### RESUMO EXECUTIVO

A grande maioria das crianças não são deixadas sem a presença de um adulto em casa (88%), ou completamente sozinho (91%), estas proporções são ligeiramente mais elevados quando estas tem menos de 2 anos. As mães passam mais tempo a explicar a criança como evitar os perigos que podem surgir na vida cotidiana à medida que este cresce. Se 57% não têm esta prática quando a criança tem menos de 2 anos, este percetual é de «apenas» 10% que não fornecem nenhuma explicação para a criança quando este tem mais de 3 anos.

### 2.9 O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM DA CRIANÇA

Apenas 20% das mães interagem de forma estruturada várias vezes ao dia com seus filhos. Se somarmos as mães que falam de forma estruturada mais ou menos uma vez por dia com a criança, observa-se que apenas 32% das mães têm interações diárias com seu filho. As trocas com a criança tende a se intensificar quando a criança cresce, mas mesmo entre as crianças mais velhas, 55% tem uma comunicação muito limitada com a mãe. Sabemos como estas trocas são importantes, em particular para o desenvolvimento da linguagem da criança, mesmo antes que ela consiga falar.

Mais especificamente, apenas uma minoria das mães não é ou é pouco recetiva às perguntas das crianças (de 10% para 3 e 4, e 6% para 5 e 6) e não requerem, ou a faz poucas vezes, a opinião das crianças sobre questões práticas (17% a partir dos 3 e 4 anos, e 14% dos mais de 5 anos).

Além disso, as mães contam poucas histórias para as crianças.

### 2.10 O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

Na mesma linha das ações para a linguagem, as mães falam muito pouco com os filhos sobre os fenômenos da vida, mesmo quando estes têm idade suficiente para entender determinados assuntos (as explicações devem, naturalmente, ser adaptadas ao seu nível de compreensão).

41% das crianças com mais de 3 anos de idade não aprendem sobre os números e as quantidades e 13% não fazem nenhuma atividade gráfica (eles são considerados muito jovem para ter). Podemos, sem dúvida alguma, considera-la como uma oportunidade perdida para estas crianças, com vista à sua entrada na escola básica. Finalmente, se as mães incentivam os filhos a jogar, são no entanto poucas as que participam diretamente nos jogos com as crianças,

mesmo quando esta é pequena e tem são poucas iniciativas organizadas para estimular a criança a jogar.

### 2.11 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA

Para 79% das mães, é importante para incutir regras para a criança (que é essencial para 3% deles), mas para 0,3%, a criança aprende sozinha, e 20% não tem opinião sobre o assunto. A metade das crianças menores de 2 anos não são confrontadas com proibições por parte da mãe, seja porque ela declara não fazê-lo ou porque ela acredita que a criança é muito pequena. No entanto, a grande

maioria das crianças com mais de 3 anos não estão autorizados a questionar sobre a proibição. Entre as práticas ativas para proibir algo para a criança, o uso de explicação recebe a maioria das respostas adotadas por mães (52% em média), e esta proporção aumenta com a idade da criança (38% em menos de 2 anos a 63% quando tem 3 ou 4 anos e 65% quando este tem mais de 5 anos).

As reações positivas da mãe face a um comportamento positivo da criança é claramente superior, e são mais numerosos quanto aumenta a idade da criança. Assim, 62% das crianças menores de 2 anos são encorajados se o comportamento for positivo. 94% para as crianças com idade compreendida entre de 3 ou 4 anos, e 91% entre aqueles com mais de 5 anos.

Observa-se ainda que, a maioria das mães desejam que a criança torne-se independente em diferentes aspetos de sua vida diária, logo quando têm mais de 2 anos. Em contraponto, 10% das crianças de 2 a 4 anos de idade não são assistidos por suas mães para aprenderem a ser autónomos. O mesmo acontece para 4% das crianças com 5 e 6 anos.

### III.

### UMA PERSPECTIVA GLOBAL SOBRE AS PRÁTICAS PARENTAIS

### 3.1 UMA CONSOLIDAÇÃO TEMÁTICA DAS PRÁTICAS ESPECÍFICAS

Cada domínio foi construído por uma pontuação que i) agrega as respostas para diferentes itens e que ii) classifica as famílias segundo uma hierarquia positiva. Isto define um índice comum de interesse e da «performance» da família em cada um dos domínios temáticos identificados na pesquisa.

Pode-se estimar a intensidade da relação entre estas pontuações e identificar um bloco de cinco domínios que são caracterizados por uma forte relação, formando o coração das práticas parentais. Estes domínios são: alimentação, saúde, linguagem, cognitiva e desenvolvimento social. Isto significa que as mães com as práticas mais favoráveis em qualquer uma dessas áreas (por exemplo, higiene) também têm o comportamento mais positivo em outras áreas (por exemplo, linguagem e desenvolvimento cognitivo e social). O oposto também é verdadeiro para as mães com práticas menos favoráveis nestes domínios. Por outro lado, as áreas de cuidado, repouso, saúde, e, em menor escala, do desenvolvimento emocional, destacam-se como sendo muito independente dos outros e, assim, constituir uma dimensão autónoma de comportamento dos pais, algumas mães podem ter comportamentos intensos ou baixos nestas dimensões, sem que isto antecipe como elas irão se comportar em outros domínios.

#### RESUMO EXECUTIVO

### 3.2 IDENTIFICAÇÃO DE ABORDAGENS E CONDUTAS EDUCATIVAS DAS FAMÍLIAS

Com base nas práticas de cada domínio temático, podemos identificar abordagens ou condutas educativas das famílias em geral. Estes podem ser refletidas em várias condições da vida cotidiana e em cada um dos aspetos temáticos analisados até o momento, como foi dito anteriormente neste resumo. Foram identificados vários comportamentos transversais: i) a primeira medida do grau de pro-atividade da mãe vis-à-vis ao desenvolvimento das crianças, ii) o segundo identifica o grau de estruturação da situação de vida da criança, iii) a terceira é a importância da explicação na relação mãe-criança em várias situações da vida cotidiana, e, finalmente, iv) e a quarta identifica o grau de comportamento materno negativo nas suas relações com a criança.

Estas quatro linhas de condutas educativas retomam o conjunto de comportamentos específicos estudados. Quanto à pontuação temática acima mencionada, identificamos um bloco forte que é constituída pela pro-atividade da mãe, o recurso a explicações por parte da mãe no seu relacionamento com a criança, e, em menor medida, o grau de estruturação do ambiente da criança. Assim, as mães mais orientadas para estas condutas têm uma tendência bastante clara a sê-la em outras.

As condutas educativas nas dimensões a priori favoráveis são bastante mais frequente de um lado, entre as famílias mais ricas, e de outro, quando as mães foram escolarizadas na juventude, e ainda, entre as populações residentes na ilha de Santiago. Mas as características sociais têm geralmente uma pegada modesta nas condutas educativas, a dimensão pessoal revela-se muito importante. Um resultado muito importante no contexto do presente estudo, e ainda mais na construção do programa de educação parental, é que estas condutas educativas revelaram exercer um impacto significativo (muito mais intensa do que a de variáveis sociais) nos níveis de desempenho das famílias nos diferentes domínios temáticos considerados. Também temos a confirmação empírica direta do papel positivo i) das explicações dadas para às crianças, ii) da pró-atividade da mãe, e iii) da estruturação do ambiente de vida da criança. A negatividade não é um comportamento a ser encorajado, a intensidade (às vezes positiva) também é moderada.

No global, se os aspetos sociais não são modificáveis, deve-se salientar que eles não imprimem uma marca muito forte no comportamento familiar (desejável ou não). As práticas que são importantes e estes tem uma dimensão pessoal muito forte: são a priori sujeito a alteração por um programa de educação parental bem focalizado, e que leve em conta tanto aspetos temáticos específicos e os comportamentos educativos no geral que devem ser promovidas.

### **INTRODUÇÃO**

### I. ARGUMENTOS PARA UMA INTERVENÇÃO PÚBLICA A FAVOR DA PEQUENA INFÂNCIA

Os investimentos públicos no capital humano começam, principalmente, com o acesso à educação de base em idade teórica de 6 anos. As atividades de pré-escolarização estão bem implantadas, mas a sua cobertura é restrita ao plano dos números e dirigem-se sobretudo às crianças que moram nas cidades e que são oriundas de famílias ricas. No entanto, a fase da Pequena Infância (de 0 aos 6 anos) é crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional da criança e os cuidados e enquadramento durante este período terão fortes efeitos que serão visíveis, num primeiro momento, no ensino básico e depois na idade adulta. Trata-se de um momento especialmente oportuno para a aquisição de algumas competências que terão um impacto ao longo da vida dos indivíduos.

Se essas janelas de oportunidades não são aproveitadas, a aquisição dessas competências tornarse-ão mais difícil, incompleta ou levará mais tempo. Essas janelas de oportunidades acontecem, na maioria dos casos, entre os 0 e os 6 anos e mais particularmente entre os 0 e os 3 anos porque uma grande percentagem do desenvolvimento do cérebro acontece entre os 0 e os 3 anos. Na perspetiva de favorecer um desenvolvimento harmonioso, uma escolaridade bem-sucedida e, posteriormente, o sucesso na sociedade, é necessário garantir às crianças e, particularmente, às dos meios mais desfavorecidos, cuidados e um enquadramento durante a pequena infância.

Num país como Cabo Verde, onde a qualidade da educação básica é considerada perfectível (Ministério da Educação e Desporto, 2011), observa-se como pode ser pertinente desenvolver atividades preparatórias ao longo da pequena infância. Intervenções pouco dispendiosas dirigidas às crianças dessa faixa etária podem ser portadoras de uma forte rentabilidade social, reduzindo os custos da escolaridade e da assistência social e contribuindo para uma maior produtividade na idade adulta.

### П.

## 1.2. UM PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA A PEQUENA INFÂNCIA

À semelhança do que acontece noutros países da região e com o apoio, nomeadamente, da Unicef, o país está a construir as bases de um programa nacional para o desenvolvimento da Pequena Infância. Este programa abrange a categoria da faixa etária dos 0 aos 6 anos, isto é, do nascimento até à idade de ingresso no ensino básico. O programa pretende um desenvolvimento quantitativo do sistema, que deveria assegurar, a médio prazo, uma cobertura significativa e crescente, da população

#### INTRODUÇÃO

jovem do país. Este programa comporta dois segmentos complementares cuja articulação deve ser organizada:

- i) O primeiro é o das aprendizagens primeiras e fundamentais; refere-se aos primeiros anos de vida da criança, no momento em que esta cresce no seio familiar. O investimento pertinente é o feito na educação parental na medida em que, de um lado, os pais (particularmente as mães) são os atores principais que, nas suas interações quotidianas com os seus filhos vão desempenhar um papel crucial no seu desenvolvimento e, por outro lado, a experiência comprova que os comportamentos e as práticas dos pais não são geralmente bem direcionados de forma espontânea nesta perspetiva. Isto refere-se i) ao conjunto da população ou de tal ou tal categoria da população, ii) ser mais ou menos intenso por tal ou tal aspeto das práticas comportamentais dos pais.
- ii) O segundo segmento é o dos anos que antecedem o ingresso no ensino de base, numa fase em que as competências mais complexas devem ser postas em práticas e onde se trata de preparar da melhor forma as crianças para as aprendizagens formais da escola primária. Os investimentos pertinentes para esta faixa etária fazem com que a criança saía do contexto familiar para se inserir em grupos de crianças nas estruturas do tipo pré-escolar.

O trabalho ora apresentado pretende, de forma específica, contribuir a elaboração de um programa de educação dirigido aos pais/educadores. O referido programa terá necessariamente de aproveitar do conhecimento inicial das práticas efetivas dos pais. Trata-se portanto de conhecer melhor essas práticas e de avaliá-las referindo-se às necessidades fundamentais da criança. Para isso, foi integrado no Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC¹) um módulo que visa conhecer as práticas parentais em relação às crianças. Este inquérito foi realizado entre Outubro e Dezembro de 2013 em todo o território nacional. Nesta base, o presente estudo visa não só descrever as práticas parentais mas também a sua diversidade bem como compreender os fatores pessoais e sociais que estruturam essa diversidade.

# III. UM MÓDULO DIRIGIDO AO CONHECIMENTO DAS PRÁTICAS DOS PAIS

O inquérito às famílias pretende uma descrição detalhada das práticas dos pais junto das crianças com menos de 6 anos. O inquérito explora as práticas parentais em certos domínios específicos: a nível da organização do tempo, de regras, de alimentação, do desenvolvimento cognitivo e das brincadeiras, da higiene, do sono, dos cuidados, da linguagem, do desenvolvimento social, etc.

1. O IMC é um inquérito sobre o emprego realizado todos os anos junto das famílias em todo o território cabo-verdiano.

A parte concernente às práticas parentais foi preparada pela equipa mobilizada para o tema da Pequena Infância com o apoio do Instituto Nacional de Estatística (INE), especialista em matéria de elaboração e realização de inquéritos de famílias em grande escala. O INE encarregou-se da elaboração e tiragem da amostra das famílias, assim como do trabalho de terreno, a inserção e tratamento inicial dos dados recolhidos.

O inquérito abrangeu todo o território nacional, mas a realização concreta dos trabalhos de terreno, por razões práticas, obedeceu a uma escolha de um número limitado de zonas geográficas. De acordo com métodos e técnicas de amostragem, as famílias foram identificadas pelo INE, de maneira a respeitar, simultaneamente, a diversidade regional no sentido amplo (ilhas e municípios) e a diversidade dos meios de vida (urbano e rural, por exemplo). As famílias com, pelo menos, uma criança com menos de 6 anos no momento do inquérito foram selecionadas de forma aleatória.

No geral, o inquérito englobou 1752 agregados e 2229 crianças com menos de 6 anos. Entre esses agregados, com, pelo menos, uma criança sob sua responsabilidade, trata-se da mãe para 82% das crianças, dos avós para 12%, de um tio ou de uma tia para 3%, e do pai para apenas 2% das crianças². Observa-se que as mulheres representam 97% das pessoas responsáveis pelas crianças. Por razões práticas, falar-se-á, de forma genérica, de «mãe» (em vez de «pessoa responsável pela criança») no seguimento do texto, é necessário não esquecer que não é o caso para 18% das crianças. Por fim, um coeficiente de ponderação, que foi elaborado pelo INE, é usado para que a amostra seja representativa da população com menos de 6 anos no país. No total, a amostra, uma vez ponderada, engloba 68837 crianças³. De realçar que as análises deste estudo se situam ao nível das crianças.

### IV. DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS E DOS COMPORTAMENTOS DOS PAIS

O inquérito propõe um certo número de questões, colocadas à pessoa responsável pela criança, sobre as suas perceções gerais do desenvolvimento da criança pequena, assim como sobre as práticas e os comportamentos perante os seus próprios filhos. Essas práticas são pesquisadas num certo número de domínios temáticos, tais como: a utilização do tempo, as formas de relacionamento e de afetividade, as suas reações face à situações particulares (desenvolvimento da criança, doenças, comportamento, etc.), a alimentação, o repouso, o sono, a higiene, os cuidados, a proteção e o acompanhamento da criança, a linguagem, as brincadeiras e o grau de autonomia dado à criança. Sobre todos os planos, o relatório vai propor uma descrição das diferentes práticas e da

<sup>2.</sup> As informações sobre as características das pessoas que se encarregam das crianças são dadas no Anexo 1.

<sup>3.</sup> De acordo com as análises, o valor pode ser ligeiramente inferior ao indicado tendo em conta que faltam algumas informações sobre uma ou outra variável.

### **INTRODUÇÃO**

sua variabilidade no seio das famílias que compõem a amostra.

Cada um dos diferentes domínios é objeto de um bom número de questões correspondentes, ditos específicos. Por exemplo, no domínio da higiene, poder-se-á encontrar questões tais como «com que frequência a criança lava as mãos antes de comer?». Os resultados descritivos obtidos para cada questão serão apresentados e discutidos.

Mas, o corpus dos comportamentos específicos permite ir mais longe ao identificar os meta-comportamentos que caracterizam mais as regras de conduta educativas gerais, sabendo que as estas podem encontrar as suas expressões nos comportamentos específicos resultantes dos diversos domínios temáticos identificados anteriormente. Assim, a mãe pode adotar (ou não) um comportamento de explicação à criança mas este meta-comportamento pode ser aplicado tanto na higiene como no domínio relacional, na alimentação, etc. O mesmo acontece com um meta-comportamento de encorajamento (para que a criança realize esta ou aquela tarefa ou se mantenha persistente depois de um insucesso), mas isso pode ser exprimido em diversas circunstâncias da vida da criança e no conjunto dos domínios temáticos considerados. Os comportamentos específicos são observados diretamente no inquérito, enquanto a identificação dos meta-comportamentos faz parte dos procedimentos de identificação e de avaliação particulares.

# V. ANÁLISE DOS COMPORTAMENTOS DOS PAIS: LIMITAÇÕES E HÁBITOS

Uma primeira perspetiva consistirá, para além da descrição dos comportamentos específicos observados e dos meta-comportamentos avaliados, em explorar até que ponto pode-se perceber a sua variabilidade, recorrendo a fatores individuais, sociais ou contextuais, relativos à criança (género, idade, etc.), às características sociais da família (rica ou pobre, escolarizada ou não, origem, etc.) ou a elementos do contexto ( ambiente, zona geográfica, etc.).

Este aspeto da análise visa também identificar em que medida as práticas e os comportamentos familiares junto das crianças resultam i) de limitações, de referências culturais ou sociais implícitas que, de uma certa forma, são impostas às famílias ou ii) de «escolhas» específicas que podem, elas mesmas, serem conscientes ou inconscientes. Por exemplo, é possível que as condições económicas da família impliquem limitações no tempo disponível pelas mães e que isso tenha repercussões no tempo dedicado às crianças. Do mesmo modo, o grau de pobreza da família pode ter repercussões na alimentação das crianças (por exemplo, a família pode ser bastante pobre para comprar carne regularmente). Todavia, há sem dúvida um certo número de práticas e de comportamentos que podem variar de forma significativa de uma família para outra mas que são, realmente, pouco dependentes das condições sociais ou contextuais exógenas.



### ELEMENTOS DO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

São identificados no inquérito muitos elementos que podem caracterizar o contexto no qual a criança se desenvolve: i) os primeiros elementos são de natureza física e referem-se, grosso modo, às condições de vida da família; ii) o segundo elemento define até que ponto a família enfrenta dificuldades em matéria de alimentação, enquanto iii) o terceiro examina o montante monetário que a família seria capaz de mobilizar rapidamente em caso de emergência; e por fim, iv) o quarto elemento do contexto capaz de exercer uma influência sobre a criança tem que ver com as limitações de tempo da mãe, por causa de atividades que ela desenvolve fora de casa e a forma como ela gere o tempo que tem disponível para o filho.

## I.1 CONTEXTO FÍSICO, MEIO AMBIENTE

As condições físicas características do meio ambiente familiar podem influenciar significativamente o desenvolvimento das crianças. Elas podem também ser muito variáveis de uma família para outra, nomeadamente de acordo com o nível económico do agregado familiar. Essas características do meio familiar podem deteriorar-se segundo certas variáveis, assentes nas condições de habitabilidade das famílias e suas posses, assim como a sua distribuição entre os meios urbano e rural.

Quadro 1 A variabilidade das condições físicas de vida das famílias

	Total	Urbano	Rural						
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE									
ESTADO DE OCUPAÇÃO									
% Proprietário	71,2	55,5	79,3						
% Inquilino	16,8	34,9	7,6						
% Alojado	11,9	9,6	13,1						
TIPO DE HABITAÇÃO									
% Casa	89,0	72,0	97,6						
% Apartamento	10,5	27,1	2,0						
% Barraca	0,6	0,9	0,4						
REVESTIM. EXTERIOR									
% Rebocado, pintado	16,3	15,0	17,0						
% Rebocado, n/pintado	58,1	65,5	54,4						
% Sem revestimento	25,5	19,5	28,6						

NATUREZA DO SOLO			
% Madeira, mosaico, mármor	28,2	48,9	17,6
% Cimento	71,1	51,1	81,2
% Terra, outros	0,8	0,0	1,2
% Eletricidade	85,0	92,8	81,0
% Acesso à água potável	89,7	85,3	92,0
COZINHA			
% Sim no interior	52,8	74,1	41,9
% Sim, no exterior	26,1	11,2	33,7
% Kitchenette	1,4	1,9	1,2
% Sem cozinha	19,8	12,9	23,3
ACESSO À REDE PÚBL. DE ÁGUA			
% Sim, no interior	31,4	55,5	19,1
% Sim, no exterior	29,8	22,7	33,5
% Não	38,8	21,8	47,4
% Casa de banho em casa	39,7	59,0	29,8
ENERGIA NA COZINHA			
% Gás / Eletricidade	49,0	83,9	19,1
% Carvão, madeira	50,7	15,5	33,5
% Sem energia na coz.	0,3	0,5	47,4
NATUREZA DOS SANITÁRIOS			
% Sanitários com autoclismo	36,3	52,2	28,2
% Sanitários sem autoclismo	27,0	29,5	25,7
% Latrinas simples	0,6	0,4	0,7
% Sem sanitários	36,2	17,9	45,5
TRATAMENTO DO LIXO			
% Contentor	52,7	78,8	39,4
% Carro de lixo	9,0	17,4	4,7
% Enterrado, queimado	15,7	2,8	22,3
% Perto da casa	4,8	0,1	7,1
% Natureza, outro	17,9	0,9	26,5

### ELEMENTOS DO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

EVACUAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS									
% Fossa séptica	17,0	39,2	5,6						
% Perto de casa	66,3	46,7	76,3						
% Natureza	14,8	12,1	16,2						
% Outro	1,9	2,0	1,9						
EQUIPAMENTOS									
% Telefone fixo	30,3	33,2	28,8						
% Telemóvel	86,9	93,2	89,1						
% Computador	21,8	39,0	13,1						
% Internet	12,4	24,2	6,4						
% Rádio	53,1	62,8	48,2						
% Rádio FM	21,0	30,7	16,1						
% Televisão	77,4	86,6	72,7						
% Cabo	4,3	8,5	2,2						
% Leitor DVD	49,5	57,5	45,5						
% Frigorífico	53,1	68,0	45,5						
% Congelador	11,5	15,3	9,6						
% Fogão a gás	94,1	97,6	92,3						
% Micro-ondas	14,5	26,2	8,5						
% Máquina de lavar	11,8	24,4	5,4						
% Aparelho de ar condicion	0,6	1,7	0,1						
% Aquecedor de água	2,5	5,3	1,1						
% Viatura	7,8	13,4	4,9						

Sem comentar os dados do quadro na sua totalidade, observa-se, de forma geral, uma dispersão algo substancial das condições de vida das famílias, com uma continuidade que vai das situações mais modestas até situações características das condições de vida mais desafogadas. De acordo com os aspetos em estudo, a dicotomia entre os meios urbano e rural é mais ou menos forte, no entanto, a diferença entre os dois meios de residência não é tão substancial como acontece noutros países africanos. Se as famílias que residem no meio rural são, normalmente proprietários das suas habitações, vivem numa casa (e não num apartamento), têm acesso à água potável, nota-se contudo que elas vivem, geralmente, em condições mais difíceis (menos acesso à eletricidade, sanitários (toilettes e banho) mais limitados, menos presença de equipamentos domésticos) do que as famílias que vivem em ambientes urbanos. Por outro lado, se as famílias que dispõem de melhores condições de vida são, principalmente, aquelas que vivem nas cidades, continua a haver populações, que simultaneamente são urbanas e que vivem em condições difíceis ou muito difíceis (pobreza urbana).

Esses diferentes aspetos individuais das condições de vida e dos elementos ativos definem em conjunto, um contexto de desenvolvimento mais ou menos favorável no plano do ambiente físico onde as crianças crescem. Esses aspetos podem indicar os gostos específicos das famílias (uma família pode não gostar da televisão, outra pode não ser sensível à qualidade dos sanitários) mas, sobretudo, indicam, em conjunto, o nível de conforto material da família, mesmo se este conceito não foi apreendido por questões particulares no inquérito. De uma certa forma, levanta-se a hipótese que este conceito CMF (Conforto Material da Família que se poderia também designar de nível económico da família ou seu grau de riqueza/pobreza) é apreendido de forma parcial, na medida de cada um dos aspetos considerados no quadro 1, acima. Levanta-se a hipótese instrumental (senso comum) que o indivíduo que mora numa casa onde há eletricidade, água na torneira em casa, com sanitários modernos e que por outro lado, possui uma televisão, um automóvel, etc. é mais rico que o indivíduo que apresente informações contrárias. Um método de análise fatorial permite então estabelecer uma escala, da família que seria mais rica à aquela que seria mais pobre entre as famílias estudadas no inquérito. Baseando-se na distribuição global deste indicador de riqueza, pode-se definir (de acordo com os procedimentos clássicos), cinco quintis de riqueza, cada uma constituída por 20% das famílias. O quintil 1 é constituída pelas famílias pertencentes ao grupo dos 20% mais ricas. O quadro 2, adiante, mostra a distribuição das famílias conforme o quintil de rendimentos do qual fazem parte, zonas e meios de residência.

Reencontra-se o ponto mencionado acima segundo o qual as condições de vida são melhores no ambiente urbano do que no ambiente rural. De facto, observa-se que um pouco mais de metade (53%) das famílias que vivem no meio rural pertencem aos quintis mais pobres (1 e 2, ou seja as 40% mais pobres), enquanto se encontra «apenas» 18% das famílias urbanas nesses quintis. Contudo, existem também variações, conforme a zona geográfica considerada de forma global, e definindo, em cada zona, os dois ambientes (urbano e rural).

Quadro 2

Distribuição das Quintis de acordo com o meio e a zona de residência

		Quint.	Quint. 2	Quint. 3	Quint. 4	Quint. 5	Qu 1 e	int. et 2		int. t 5	To	tal
Zona	Meio	N	N	N	N	N	N	N	Ν	N	N	N
Santo Antão et São Vicente	Rural	-0.42	0.62	-0.42	0.62	-0.42	0.62	-0.42	0.62	-0.42	0.62	0.62
	Urbano	-0.42	0.62	-0.42	0.62	-0.42	0.62	-0.42	0.62	-0.42	0.62	0.62
	Total	-0.21	0.83	-0.21	0.83	-0.21	0.83	-0.21	0.83	-0.21	0.83	0.83
São	Rural	0.15	1.09	0.15	1.09	0.15	1.09	0.15	1.09	0.15	1.09	1.09
Nicolau, Fogo et Brava	Urbano	-0.11	0.79	-0.11	0.79	-0.11	0.79	-0.11	0.79	-0.11	0.79	0.79
	Total	0.10	1.04	0.10	1.04	0.10	1.04	0.10	1.04	0.10	1.04	1.04
Sal,	Rural	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	0.88
Boa Vista	Urbano	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	0.61
et Maio	Total	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	0.83
	Rural	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	0.88
Santiago	Urbano	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	0.61
	Total	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	0.83
	Rural	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	-0.06	0.88	0.88
Total	Urbano	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	-0.65	0.61	0.61
	Total	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	-0.30	0.83	0.83

Entre zonas geográficas, observa-se que na zona constituída por Sal, Boavista e Maio é onde se concentra o maior número de famílias ricas: 79% das famílias residentes nesta zona pertencem aos quintis 4 e 5. Nas outras zonas verifica-se um recuo, as famílias mais ricas representam cerca de metade da população de São Nicolau, Fogo e Brava, assim como de Santiago e 35% da população de Santo Antão e São Vicente. Em sentido contrário e de forma mecânica, a percentagem de famílias pertencentes aos quintis mais baixos é particularmente maior em São Nicolau, Fogo e Brava (45% da população), seguido de Santiago (35%) e de Santo Antão e São Vicente (30%).

No entanto, as distribuições por zonas são em parte contingências da distribuição da amostra (e das populações) entre o meio urbano e o rural o que pode exercer alguma influência, já que, como se viu, as condições de vida diferem significativamente de acordo com o meio ambiente, em geral. Portanto, é melhor considerar de forma conjunta a zona geográfica e o meio onde se vive. Observa-se também que a percentagem de famílias pobres é particularmente maior no meio rural, por um lado, em Santiago (61% da população deste meio e desta zona pertencem aos Quintis 1 e 2), por outro lado, em São Nicolau, Fogo e Brava (a percentagem da famílias pobres fixam-se em 55%). Pelo contrário, se as famílias mais ricas se concentram, geralmente, nos meios urbanos, a sua proporção é claramente mais forte no Sal, na Boavista e no Maio, bem como em São Nicolau, Fogo e Brava do que no resto do

país. Nota-se, no entanto, que o ambiente rural nas ilhas do Sal, Boavista e Maio se destaca, de forma evidente, das outras ilhas com a percentagem de famílias ricas comparável à do meio urbano em Santo Antão e São Vicente.

Para aprofundar a análise, avaliou-se o grau de homogeneidade do nível de riqueza segundo o meio e a zona de residência. Uma primeira observação tem que ver com os meios rurais de Santiago e de Santo Antão e São Vicente que se realçam como sendo as zonas onde as condições de vida são mais precárias e as mais homogéneas. Uma segunda constatação é característica do meio urbano em geral. As condições de vida das famílias que vivem nas cidades são, realmente, melhores que no meio rural, mas constata-se, igualmente, uma certa heterogeneidade, indicador, portanto, que as cidades recebem as famílias mais ricas mas também recebem famílias pobres. Esta pobreza urbana é mais evidente em Santiago.

# **1.2** DIFICULDADES EM MATÉRIA DE ALIMENTAÇÃO

Para completar as informações anteriores sobre o nível de vida das famílias, foram colocadas questões aos chefes de família sobre a sua perceção em relação à frequência com que são confrontados, por um lado, com dificuldades financeiras para comprarem comida e, por outro lado, com problemas de acesso aos géneros alimentícios. O quadro 3, adiante, apresenta as respostas dos chefes de família sobre as dificuldades financeiras para ter comida, de acordo com o meio de residência.

Quadro 3 Perceção das dificuldades financeiras em matéria de alimentação conforme o meio

Meio	Total		Urbano		Rural		
Dific. financeiras	Efetivos	%	Efetivos	%	Efetivos	%	
Frequentemente	14 460	21,0%	6 022	14,6%	8 438	30,6%	
Às vezes	24 057	34,9%	12 175	29,5%	11 882	43,1%	
Raramente	9 187	13,3%	6 188	15,0%	2 999	10,9%	
Nunca	21 133	30,7%	16 860	40,9%	4 273	15,5%	
Total	68 837	100,0%	41 245	100,0%	27 592	100,0%	

A maioria das famílias enfrenta dificuldades financeiras para obter alimentação: 31% declara que enfrenta, quase sempre, este problema e 43% enfrenta-o, por vezes. Pelo contrário, para um quarto das famílias, o dinheiro raramente ou nunca constitui um problema para se ter comida: as que vivem em ambiente rural são mais expostas a estas dificuldades: 56% têm dificuldades, de forma frequente ou ocasional, para obter comida, contra 44% no meio urbano.

As mesmas análises foram feitas segundo a zona geográfica onde vivem as famílias. As informações dos chefes de família quanto à eventual dificuldade em obter comida estão no quadro 4, abaixo. Exceto as famílias residentes no Sal, na Boavista e no Maio, em que 54% diz que raramente ou nunca teve problemas, a maioria das famílias depara-se, ocasionalmente ou frequentemente, com problemas para obter alimentação: 68% em Santo Antão e São Vicente, 65% em São Nicolau, Fogo e Brava e 52% em Santiago contra 45% no Sal, Boavista e Maio.

Quadro 4
Perceção das dificuldades financeiras em matéria de alimentação de acordo com a zona

Zona geográfica	Santo Antão e São Vicente		São Nicolau, Fogo e Brava				Santiago			
Dificuldades financeiras	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Frequentemente	2 808	21,6%	1 427	18,7%	1 141	14,0%	9 084	22,7%	14 460	21,0%
Por vezes	6 055	46,6%	3 526	46,2%	2 581	31,6%	11 894	29,7%	24 056	34,9%
Raramente	1 078	8,3%	1 207	15,8%	952	11,6%	5 950	14,9%	9 187	13,3%
Nunca	3 047	23,5%	1 475	19,3%	3 500	42,8%	13 112	32,7%	21 134	30,7%
Total	12 988	100,0%	7 635	100,0%	8 174	100,0%	40 040	100,0%	68 837	100,0%

Além da questão financeira, perguntou-se também aos chefes de família em que medida tinham dificuldades de acesso à alimentação. As respostas são apresentadas, por um lado, no quadro 5, de acordo com o meio onde as famílias moram e, por outro lado, no quadro 6, tendo em conta a zona de residência.

Quadro 5 Perceção das dificuldades de acesso à alimentação tendo em conta o meio

Meio	Total		Urbano		Rural		
Dific. de acesso	Efetivos	%	Efetivos % Efetivos		Efetivos	%	
Frequentemente	4 739	6,9%	2 028	4,9%	2 711	9,8%	
Por vezes	22 736	33,0%	9 403	22,8%	13 333	48,3%	
Raramente	8 994	13,1%	4 897	11,9%	4 097	14,8%	
Nunca	32 368	47,0%	24 917	60,4%	7 451	27,0%	
Total	68 837	100,0%	41 245	100,0%	27 592	100,0%	

As dificuldades de acesso à comida aparentam ser menos frequentes do que as dificuldades financeiras para a obter. Globalmente, observa-se, de facto, que a maioria dos chefes de família diz não ter tais dificuldades: 13% raramente e 47% nunca. Pelo contrário, a situação é mais difícil para 41% das famílias: 33% têm dificuldades de acesso à alimentação e 7% enfrentam, regularmente, este problema. Assim sendo, as respostas diferem de acordo com o meio de residência. Se a grande maioria das famílias que moram no meio urbano raramente (12%) ou nunca (60%) se deparam com os problemas de acesso aos alimentos, as famílias que vivem no meio rural não podem dizer o mesmo. Elas são, efetivamente, 58% que declaram ter, frequentemente, ou por vezes, dificuldades para obter comida.

Quadro 6
Perceção das dificuldades de acesso à alimentação de acordo com a zona

Zona	Santo Antão e São Vicente		São Nicolau, Fogo e Brava				Santiago			
Dific. de acesso	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Frequentemente	474	3,6%	1 250	16,4%	643	7,9%	2 372	5,9%	4 739	6,9%
Por vezes	2 959	22,8%	3 358	44,0%	5 109	62,5%	11 311	28,2%	22 737	33,0%
Raramente	1 404	10,8%	1 073	14,1%	1 027	12,6%	5 490	13,7%	8 994	13,1%
Nunca	8 151	62,8%	1 955	25,6%	1 396	17,1%	20 867	52,1%	32 369	47,0%
Total	12 988	100,0%	7 636	100,0%	8 175	100,0%	40 040	100,0%	68 839	100,0%

As respostas são muito distintas conforme a zona onde as famílias residem. Por um lado, encontramse as famílias que vivem nas ilhas do Sal, Boavista e Maio assim como as de São Nicolau, Fogo e Brava, que afirmam, na sua maioria, ter frequentemente ou, por vezes, dificuldades de acesso à alimentação (70% das famílias da primeira zona e 60% da segunda o afirmam) e, por outro lado, as famílias de Santo Antão e São Vicente, e de Santiago, que dizem, ser poucas vezes confrontadas com este problema (74% em Santo Antão e São Vicente e 66% em Santiago).

Pode ser interessante agora organizar as dificuldades financeiras e de acesso para obter comida e examinar em que medida as perceções das mães na matéria são influênciadas pelo meio e zona de residência, bem como, pelo seu nível de rendimentos. Sem surpresa, as análises mostram que quando o meio e a zona de residência equivalem-se, as famílias são mais pobres, e enfrentam mais dificuldades financeiras e de acesso à alimentação. Observa-se também que as famílias que vivem no meio rural têm mais dificuldades do tipo. Finalmente, a zona de residência introduz também diferenças significativas nesse plano. As mães residentes no Sal, na Boavista e no Maio são as que enfrentam maiores dificuldades a nível da alimentação (o que, vimo-lo, parece ser - mas não unicamente – um problema de acesso do que um problema financeiro), com a situação a ser um pouco melhor para as famílias de São Nicolau, Fogo e Brava, e melhor ainda, para as que vivem em Santo Antão e São Vicente e em Santiago.

### 1.3

## MONTANTE FINANCEIRO CAPAZ DE SER MOBILIZADO RAPIDAMENTE EM CASO DE EMERGÊNCIA

A capacidade das famílias mobilizarem rapidamente um montante financeiro para responder à uma emergência ou situação inesperada (doença, acidente, substituição de algum equipamento, etc.) é de forma a caracterizar o contexto familiar, no qual a criança se desenvolve. O quadro 7, adiante, apresenta esta informação, cruzando-a com o meio geográfico de residência.

Quadro 7
Distribuição, do montante disponível em caso de emergência, de acordo com o meio

Meio geográfico	Total		Urbano		Rural		
Soma para as emergências	Efetivos	%	Efetivos	%	Efetivos	%	
< 5 000 escudos	49 741	74,3%	26 735	67,6%	23 006	84,0%	
5 000 à 9 999 escudos	8 353	12,5%	5 386	13,6%	2 967	10,8%	
10 000 à 15 000 escudos	3 397	5,1%	2 631	6,7%	766	2,8%	
> 15 000 escudos	5 440	8,1%	4 786	12,1%	654	2,4%	
Total	66 931	100,0%	39 538	100,0%	27 393	100,0%	

A maior parte das mães (75%) diz ter menos de 5000 escudos (cerca de 62 dólares US) de reserva em caso de despesas inesperados. Entre as outras mães, 12% pode mobilizar uma quantia que vai de 5 à 9999 escudos, 5% de 10 à 15000 escudos, e 8% mais de 15000 escudos. A distribuição dessas declarações, segundo o meio de residência, indica que as dificuldades para mobilizar recursos em caso de emergência são maiores no meio rural do que no meio urbano. Efetivamente, 84% das famílias rurais não conseguem mobilizar mais do que 5000 escudos contra 68% das famílias urbanas. Na outra extremidade da distribuição, se 12% das mães residentes no meio urbano têm uma poupança superior a 15 000 escudos, apenas 2% dispõem do mesmo montante no meio rural.

As respostas das mães em relação à soma disponível em caso de emergência foram igualmente cruzadas com a sua zona de residência (quadro 8 abaixo). Constata-se que as famílias do Sal, da Boavista e do Maio são as que podem mobilizar uma boa quantia em dinheiro em caso de emergência. Se 39% delas tem acesso a menos de 5000 escudos, pelo contrário 26% podem mobilizar de 5000 à 9999 escudos, 12% de 10 à 15000 escudos e 22% mais de 15000 escudos. Nas outras ilhas, a grande maioria das mães (perto de 80%) dispõe de apenas 5000 escudos.

Quadro 8

Distribuição do montante disponível de acordo com a zona

Zona	Santo Antão e São Vicente			ão Nicolau, Sal, Boa Vista e Santiago Ensemble ogo e Brava Maio		Santiago		le		
Soma para emerg.	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
< 5 000 escudos	10 447	81,1%	5 972	78,3%	3 187	39,0%	30 135	78,8%	49 741	74,3%
5 000 à 9 999 escudos	1 019	7,9%	875	11,5%	2 143	26,2%	4 316	11,3%	8 353	12,5%
10 à 15 000 escudos	817	6,3%	283	3,7%	1 015	12,4%	1 283	3,4%	3 398	5,1%
> 15 000 escudos	601	4,7%	494	6,5%	1 829	22,4%	2 515	6,6%	5 439	8,1%
Total	12 884	100,0%	7 624	100,0%	8 174	100,0%	38 249	100,0%	66 931	100,0%

# **1.4**O TEMPO DA MÃE : LIMITAÇÕES E TEMPO PASSADO COM A CRIANÇA

O tempo constitui, evidentemente, o quadro crucial, no qual se inserem as práticas familiares, e no qual esta ou aquela prática identificada pode ser realizada. Antes de analisar o tempo que as mães dedicam as diferentes atividades com o (s) seu (s) filho (s), uma primeira dimensão do tempo das mães tem que ver com o número de horas, em média, que elas passam diariamente seja fora, seja em casa. O inquérito engloba duas variáveis para um dia típico, uma sobre o número de horas passadas fora de casa, outra sobre o número de horas passadas realmente em casa. Destacou-se aqui as horas passadas fora de casa, porque estas são, geralmente, melhor identificadas, e identificadas de forma mais homogénea. As respostas das mães estão registadas no quadro 9, que se segue.

Quadro 9 Distribuição do número de horas passadas pela mãe fora de casa

Biotilisaligae de Hamere de Herae passadae pela mae fera de casa							
	Tempo passado fora de casa						
Número de horas	Efetivos	%	% Acumulada				
0	22 152	34,1%	34,1%				
< 1	615	0,9%	35,0%				
1	1 469	2,3%	37,3%				
2	2 940	4,5%	41,8%				
3	3 341	5,1%	47,0%				
4	6 668	10,3%	57,2%				
5	5 057	7,8%	65,0%				
6	3 127	4,8%	69,8%				
7	1 537	2,4%	72,2%				
8	10 419	16,0%	88,2%				
9	2 965	4,6%	92,8%				
10	1 538	2,4%	95,1%				
11	1 106	1,7%	96,8%				
12+	2 056	3,2%	100,0%				
Total	64 990	100,0%	-				
Média (hora)	4	-	-				

Durante um dia de semana normal, as mães passam, em média, quatro horas fora de casa. No entanto, para além deste número médio, observa-se alguma variabilidade na amostra em relação a este item: se pouco menos de metade das mães (47%) saem pouco ou muito pouco de casa, menos de três horas por dia (34% não saem de casa), 15% passam de 4 à 7 horas por dia fora de casa e 12% passam mais de 8 horas por dia longe do seu domicílio.

Pode-se questionar se, para lá das circunstâncias individuais, esta variabilidade global do tempo passado fora de casa pode ser explicado através de variáveis sociais mais estruturais. Para isso, modelouse o tempo passado fora de casa de acordo com algumas variáveis disponíveis, tais como o meio geográfico, a zona, ou o nível de rendimento. Realçam-se, primeiramente, análises em que as mães residentes no meio urbano passam mais 45 minutos, aproximadamente, fora de casa do que as mães que vivem no meio rural. O nível de rendimentos é a característica que faz mais diferença. Assim, quanto mais as mães forem ricas, mais tempo passam fora de casa: comparativamente com as mães do Quintil 1 (20% mais pobres) as mães pertencentes ao Quintil 2 passam mais 30 minutos, as mães dos Quintis 3 e 4 perto de 50 minutos e as do Quintil 5 (20% mais ricas), mais de 80 minutos. Enfim, há uma certa variabilidade de acordo com a zona de residência, as mães residentes no Sal, na Boavista e no Maio passam mais 78 minutos, aproximadamente, fora de casa do que as outras.

Para além do tempo passado pelas mães fora e dentro de casa, período em que podem ou não estar com o filho, importa, sobretudo, analisar o tempo que elas dedicam diariamente à criança, por um lado, num nível global e, por outro lado, de forma mais específica, de acordo com algumas atividades que foram identificadas. Segundo as suas respostas passariam em média 208 minutos (cerca de 3 horas e meia) por dia a ocuparem-se dos seus filhos (quadro 10, a seguir<sup>4</sup>).

Quadro 10

Distribuição do tempo das mães com os seus filhos em diferentes domínios

Distribuição do tempo das maes com os seas ninos em anerentes dominios							
Tempo (min.)	Brinca- deiras	Interações	Higiene	Alimentação	Total	Brincadeiras + Interações	Higiene + Alimentação
0	28 856	6 801	989	1 769	617	5 956	787
1 à 5 '	1 136	559	736	2 209	0	356	67
6 à 10 '	3 355	2 860	3 090	5 818	83	1 599	318
11 à 15 '	969	1 104	2 348	2 239	175	505	817
16 à 20 '	2 483	2 852	7 461	3 765	216	1 771	1 038
21 à 30 '	8 772	10 462	16 760	15 061	680	6 258	4 632
31 à 45 '	294	972	2 224	3 669	1 543	1 877	6 208
46 à 60 '	8 705	13 818	16 400	13 038	3 024	9 901	10 088
61 à 90 '	421	1 483	2 751	4 150	5 714	5 092	10 350
91 à 120 '	3 158	7 708	5 780	6 274	4 758	8 460	8 810
121 à 180 ′	280	3 001	2 063	2 949	11 060	4 950	8 315
> 180 ′	573	4 469	1 848	1 614	24 508	7 241	9 688
N	59 002	56 089	62 450	62 555	52 378	53 966	61 118
Média	25	73	57	58	208	97	113
N	927	927	927	927	927	927	927
Média	3.8	6.7	17.8	21	49.2	10.5	38.7

Este tempo resume-se da seguinte forma: i) 25 minutos por dia para as brincadeiras, ii) 73 minutos para as interações com os filhos, iii) 57 minutos para as atividades ligadas à higiene e iv) 58 minutos para a alimentação. Estes números são claramente superiores ao que foi observado em estudos semelhantes feitos em São Tomé e Príncipe, Serra Leoa e Mauritânia. Nestes três países, o tempo que, em média, as mães dedicam por dia aos filhos fixa-se, respetivamente, em 49, 102 e 108 minutos (SEURAT, 2013; SEURAT, 2013; MINGAT, SEURAT, 2011). Globalmente, dois terços (68%) das mães que fazem parte da amostra passam mais de duas horas por dia com os filhos, perto de metade (47%) das mães chegam a passar mais de 3 horas por dia a ocupar-se das crianças. «Somente» 12% das mães consagram menos de uma hora diária aos filhos.

<sup>4.</sup> Nota-se que o número de respostas varia de acordo com as actividades identificadas na sequencia da falta de alguns dados e por uma fraca percentagem de mães (menos de 3% da amostra), de respostas atípicas.

### ELEMENTOS DO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Para além dos valores médios dos tempos global e específico nos diferentes domínios de atividade, as respostas das mães no que tange ao tempo dedicado aos filhos são, na realidade, muito variáveis. Primeiramente no concernente às brincadeiras, observa-se que 62% das mães passa menos de 20 minutos por dia nesta atividade com as crianças. 49% das mães não dedica nenhum minuto à esta atividade. Somente 22% das mães declara que passa, num dia normal, mais de 45 minutos a brincar com a criança. Em contrapartida, nota-se que as mães declaram que passam mais tempo a interagir com os filhos. De facto, se um quarto delas dizem que passam menos de 20 minutos por dia a faze-lo (sendo que 12% declara que não interagem sequer um minuto com o filho!), 20% dedica 20 a 45 minutos a essas atividades e 54% dedica mais de uma hora. Quando se adiciona o tempo consagrado às brincadeiras e às interações, conclui-se que o tempo consagrado às interações com a criança compensa, em parte, o pouco tempo dedicado às brincadeiras. Desta forma, 48% das mães dedica mais de uma hora diária à essas atividades com os filhos e 33% consagra entre 20 minutos e uma hora. Todavia, uma percentagem significativa de mães declara que consagra pouco tempo a este tipo de atividades com os filhos: 19% consagra menos de 20 minutos, sendo que 11% não consagra nenhum minuto a essas duas atividades. O tempo dedicado, por um lado, aos cuidados e à higiene e, por outro lado, à alimentação, seque o mesmo padrão: se pouco mais de 20% das mães dedica menos de 20 minutos diários a essas atividades, cerca de 30% dedica 20 a 45 minutos e 45% consagra mais de 45 minutos. No total, somando o tempo dedicado a essas duas atividades, conclui-se que 61% das mães passa mais de uma hora por dia ocupando-se da higiene e da alimentação dos filhos, enquanto 34% passam entre 20 minutos e uma hora e «apenas» 5% dedica menos de 20 minutos por dia.

Tendo como base o grupo formado, por um lado, entre as brincadeiras e as interações com a criança (atividades de natureza relacional), e por outro lado, o tempo das atividades de natureza mais fisiológica para a higiene e a alimentação, pode-se, num primeiro momento, de forma um pouco convencional, identificar cinco grupos de intensidade no seio de cada um dos dois grupos, tal como aparece (zonas coloridas) no quadro 11, a seguir. Nesta base, pode-se tentar elaborar uma tipologia cruzando os níveis de intensidade do tempo das mães nas duas dimensões agrupadas.

Quadro 11 Cruzamento do relacional e do fisiológico no tempo da mãe

			· ·			
		Tempo higiene e alimentação				
		< 10 min.	10 à 30 min.	30 à 60 min.	> 60 min.	Total
	< 10 mins	790	1 449	1 390	3 820	7 449
Tempo brincadeiras e interações	10 à 30 mins	122	1 837	4 048	2 413	8 420
	30 à 60 mins	88	1 351	2 945	7 281	11 665
	> 60 mins	85	1 592	5 809	17 358	24 844
Total		1 085	6 229	14 192	30 872	52 378

Formam-se assim os seguintes grupos:

- 790 mães, isto é 1% das mães da amostra (ponderada), têm uma atividade fraca nas duas dimensões consideradas.
- 3408 (122 + 1149 + 1837) mães, equivalente a 6%, passam pouco tempo com a criança nas duas dimensões consideradas;
- 11671 (1390 + 4048 + 3820 + 2413) mães, equivalente a 22%, passam um tempo médio/pouco com a criança, mas insistem na dimensão fisiológica « em detrimento» da dimensão relacional;
- 3116 (88 + 85 + 1351 + 1592) mães, 6%, passam um tempo médio/pouco com a criança, mas insistem na dimensão relacional « em detrimento» da dimensão fisiológica;
- Por fim, 33393 (2945 + 5809 + 7281 + 17358) mães, equivalente a 64%, das mães da amostra, têm atividades intensas nas duas dimensões:

Nota-se que esta tipologia é essencialmente descritiva das práticas de aproveitamento do tempo das mães. Esta tipologia é, todavia, interessante, na medida em que mostra, primeiramente, que a maioria das mães dedica tempo aos filhos, garantindo um bom equilíbrio entre os diferentes tipos de atividades que podem praticar juntos. De seguida, mostra que para um terço das mães, existe alguma variedade de situações familiares neste plano, sabendo que o tempo passado pela mãe com o filho e seu aproveitamento (além das práticas mais específicas) constituem necessariamente uma base para uma boa educação parental.

Além dessa tipologia, análises econométricas foram feitas para identificar a possibilidade de diferenciação de acordo com as categorias da população. Os modelos de regressão elaborados são lineares e pretendem avaliar o impacto de certas características das famílias sobre o tempo que as mães passam com os filhos (i) de forma global, (ii) para atividades relacionais e (iii) para atividades de natureza fisiológica. As avaliações são apresentadas no quadro 12 abaixo.

Uma primeira constatação tem que ver com a fraca influência que as características sociais e contextuais (tidas em conta nos modelos) exercem sobre o tempo que as mães consagram, de forma global ou de acordo com os domínios de atividades, aos seus filhos. Observa-se também que o poder explicativo dos modelos, assinalado pelos valores dos R2 é, geralmente, pouco elevado e principalmente pelo tempo dedicado às atividades de natureza relacional (aumenta somente 6%) o que indica que outras características diferentes das introduzidas aqui poderiam, eventualmente, ser importantes, sobretudo em semelhante contexto geográfico e social , as mães passam um tempo variável com os filhos. O tempo dedicado aos filhos aparenta, então, ter uma forte dimensão pessoal.

Quadro 12 Impacto das características da família sobre o tempo passado com o filho

Variável	Modalidades	Tempo total	Tempo brinc+ interações	Temps higiene + alimentação
Constante		228,7 ***	32,7 ***	182,0 ***
Idade (em mes	es)	-10,4 ***	6,7 ***	-14,9 ***
Idade2		0,5 **	-1,4 ***	1,5 ***
	Menina	réf.	réf.	réf.
Sexo	Rapaz	-4,6 *	4,6 ***	-7,4 ***
Meio	Rural	réf.	réf.	réf.
Ivieio	Urbano	35,9 ***	8,0 ***	17,4 ***
	Santo Antão e São Vicente	réf.	réf.	réf.
Zona	São Nicolau, Fogo e Brava	-56,8 ***	9,8 ***	-47,9 ***
Zona	Sal, Boa Vista e Maio	-47,4 ***	32,9 ***	-62,9 ***
	Santiago	-64,5 ***	30,7 ***	-77,7 ***
_	Quintil 1	ref.		
	Quintil 2		ref.	
Nível de rendimentos	Quintil 3	-10,6 ***		ref.
101141111011100	Quintil 4		8,8 ***	
	Quintil 5	47,3 ***	25,0 ***	31,3 ***
Est. Conjugal	Sozinha	réf.	réf.	-
da mãe	Em união	-7,8 ***	-7,9 ***	
	Não escolarizada	ref.	ref.	-
Percurso escolar e alfabetização da mãe	EBI incompleto, não sabe ler			
	EBI incompleto, sabe ler		27,5 ***	
	EBI completo	40,7 ***		
	Secundário e +		31,1 ***	
R2		11,9%	6,2%	16,8%

O limite de significância é : ns: não significativo; \* = significativo até.05 ; \*\* = até .01 ; \*\*\* = à .001

Globalmente, nota-se contudo que se o sexo da criança, assim como o estatuto conjugal da mãe (que distingue aqui as mães que criam os filhos sozinhas, sejam solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas, das que têm um companheiro, seja ela casada ou não) não influência o tempo passado com o filho, outras características fazem mais diferença. É, por exemplo o caso da idade da criança. Nota-se, com efeito, que o tempo passado com o filho diminui à medida que este vai crescendo. Assim, a diferença do tempo dedicado ao filho com menos de um ano com o com seis anos é de 45 minutos. Referente às variáveis geográficas, constata-se por um lado, que as mães residentes no meio urbano

passam mais 36 minutos com os filhos do que as que vivem no meio rural e, por outro lado, que as mães residentes em Santo Antão e São Vicente dedicam claramente mais tempo às atividades com os filhos (elas passam mais 47 minutos do que as dos Sal, Boavista e Maio, mais 57 minutos do que as de São Nicolau, Fogo e Brava e mais de uma hora em relação às de Santiago) do que as mães residentes nas outras zonas. O nível de rendimento das famílias introduz também diferenças, mas só quando as mães pertencem à uma família que faz parte das 20% mais ricas (Quintil 5): essas passam mais 45 minutos a ocupar-se dos filhos do que as outras. Entre as características das mães, nota-se que as que sabem ler e estudaram, pelo menos durante cinco anos, passam mais 41 minutos com os filhos do que as que não estudaram ou estudaram menos e/ou não sabem ler. No final, as mães que reuniriam as características que exercem uma boa influência sobre o tempo passado com a criança ( morar no meio urbano, em Santo Antão ou São Vicente, pertencer às 20% mais ricas, ter estudado) passariam um pouco mais de 5 horas por dia com os filhos, contra duas horas das que apresentariam as características « desfavoráveis» (residir no meio rural, em Santiago, pertencer aos 20% mais pobres, não saber ler e não ter estudado).

De forma mais específica, viu-se que o tempo era a soma do tempo passado com a criança com as atividades de natureza relacional e fisiológica. A partir das análises apresentadas no quadro 12, acima, nota-se que as tendências observadas no tempo global destacam efetivamente mais o tempo que as mães passam a cuidar da alimentação e da higiene do filho. As características que exercem influência no tempo global, exercem também influência no tempo dedicado às atividades fisiológicas mas numa menor escala, exceto para a zona de residência. Efetivamente, as mães de Santiago apresentam-se como as que passam menos tempo a ocupar da higiene e da alimentação dos filhos: dedicam menos 78 minutos a essa atividade do que as mães de Santo Antão ou São Vicente, quase 30 minutos a menos que as mães de São Nicolau, Fogo e Brava e cerca de 15 minutos a menos que as mães do Sal, Boavista e Maio.

As tendências observadas no tempo dedicado às brincadeiras e às interações com a criança são algo diferentes das que caracterizam o tempo consagrado às atividades fisiológicas. Analisa-se, em primeiro lugar, as características das crianças. Nota-se aqui que as mães passam mais tempo a brincar e a interagir com os filhos à medida que estes crescem, todavia, com um decréscimo a partir dos 3 anos. De resto, as diferenças são mínimas. Concretamente, as mães passam 97 minutos com a criança quando esta tem 2 ou 3 anos, seguidamente, 102 minutos quando ela tem 4 anos, 96 minutos quando ela tem 5 anos e 88 minutos quando a criança tem 6 anos. A diferença é mínima de acordo com o género da criança, (5 minutos) neste caso favorável aos rapazes. No que tange às variáveis geográficas, vê-se que as mães do meio urbano dedicam mais tempo aos filhos, mas a diferença com as mães do meio rural é muito reduzida (8 minutos). A zona de residência faz mais diferenças e aqui são as mães de Santo Antão e São Vicente que dedicam menos tempo aos filhos. Elas passam menos dez minutos a brincar e a interagir com a criança em relação às mães de São Nicolau, Fogo e Brava, menos 31 minutos que as de Santiago e menos 33 minutos que as do Sal, Boavista e Maio. As mães pertencentes às Quintis com menos rendimentos dedicam menos tempo às atividades relacionais com a criança do que as outras mães: se a diferença é de apenas 9 minutos em relação às mães da Quintil 4 (20% ricas), ela atinge os 25 minutos quando comparado com as mães mais ricas. Finalmente, o nível de escolaridade da mãe influência também no tempo passado com os filhos, as mães que não estudaram ou estudaram pouco e/ou que não sabem ler são as que dedicam menos tempo aos filhos (menos 27 minutos do que as que frequentaram o ensino primário e sabem ler, e menos 31 minutos do que as que terminaram o ensino primário e seguiram em frente nos estudos).

### ELEMENTOS DO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

No final, o tempo que as mães dedicam aos filhos é um indicador quantitativo e não permite ter uma ideia da qualidade das relações entre as mães e os filhos dentro deste tempo, nem de saber como as mães se comportam (o que vai ser analisado de seguida com a descrição das práticas). Assim sendo, resulta destas análises que o tempo consagrado pelas mães aos filhos é claramente maior em relação ao que acontece noutros países, nomeadamente no que tange às brincadeiras e as interações com as crianças, duas dimensões fundamentais para o desenvolvimento da criança.

# 1.5 QUEM SE OCUPA REGULARMENTE DA CRIANÇA?

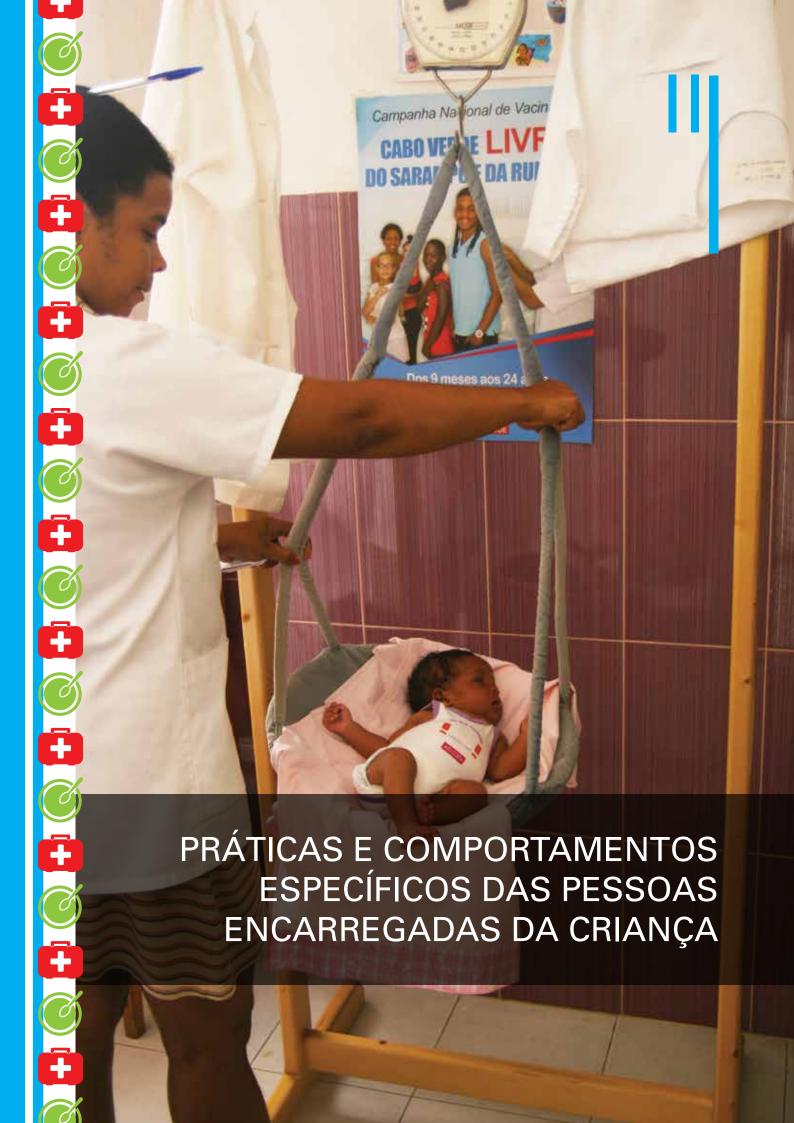
As mães foram interrogadas sobre a pessoa que se ocupa dos seus filhos i) de forma principal e ii) de forma secundária. O quadro 13, a seguir, apresenta as respostas obtidas no inquérito.

Quadro 13

Pessoas que se ocupam regularmente da criança

Ocupa-se de forma principal da criança		Ocupa-se de forma secundária da criança			Número de pessoas que se ocupam da criança			
Ligação	N	%	Ligação N %			N	%	
Mãe	55 220	80,2%	Mãe	17 236	25,0%	1	159	0,2%
Pai	904	1,3%	Pai	21 830	31,7%	2	36 394	52,9%
Outro Parentesco	1 716	2,5%	Outro Parentesco	4 131	6,0%	3	23 514	34,2%
Avo	7 149	10,4%	Avo	24 451	35,5%	4	7 085	10,3%
lrmão/lrmã	978	1,4%	Irmão/Irmã	13 600	19,8%	5	937	1,4%
Outro adulto	2 870	4,2%	Outro adulto	31 021	45,1%	6	648	0,9%
Total	68 837	100%	Total	112 269	100%	7	101	0,1%
					Total	68 837	100,0%	

À esquerda do quadro apresenta-se as respostas dadas pelas mães relativamente à pessoa que se ocupa dos seus filhos. Observa-se que, na grande maioria dos casos (80%), é a mãe que desempenha este papel. A seguir, os mais citados são os avós (10%). O pai da criança é muito pouco mencionado, seja sozinho (1%) ou juntamente com a mãe (2%). Ele é muito mais mencionado quando se fala das pessoas que se ocupam da criança de forma secundária (32%), mas mais uma vez, menos vezes que os avos (35%) e que outros adultos (45%) sejam eles membros ou não da família. No total, e tendo em conta que as mães puderam citar diversas pessoas entre as que se ocupam da criança, as respostas foram organizadas de forma a saber-se quantas pessoas cuidam da criança (lado direito do quadro). Em pouco mais de metade das famílias, duas pessoas se ocupam da criança, e em pouco mais de um terço, três pessoas cuidam da criança.



### PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS ESPECÍFICOS DAS PESSOAS ENCARREGADAS DA CRIANÇA

Analisa-se aqui os comportamentos específicos nos diferentes domínios temáticos descritos anteriormente. Esses domínios temáticos serão abordados sequencialmente: i) o desenvolvimento geral da criança, ii) a questão do género nas relações pais-filhos, iii) o desenvolvimento afetivo, iv) a saúde e a perceção do perigo, v) a alimentação da criança, vi) o repouso e o sono, vii) a higiene, viii) a prevenção e os cuidados, ix) a proteção e o acompanhamento da criança, x) a linguagem, xi) o desenvolvimento cognitivo e xii) o desenvolvimento social da criança. Antes de abordar meta-comportamentos numa secção ulterior, uma pontuação será elaborada para sintetizar os comportamentos nos domínios, que tratam deste tipo de exercício (por exemplo um grau global de atenção às questões de higiene).

### II. 1 O DESENVOLVIMENTO GERAL DA CRIANÇA REFERENTE À SUA IDADE

Uma primeira questão é relativa à perceção das mães sobre o impacto que os pais têm, ou podem ter,no desenvolvimento dos filhos. O quadro 14 mostra como se distribui esta perceção entre as mães.

Quadro 14 Perceção do grau de influência dos pais no desenvolvimento dos filhos

Perceção do papel dos pais no desenvolvimento das crianças	Números	%	%
Fraca porque as crianças se desenvolvem ao seu próprio ritmo	24 327	35,8%	35,8%
A influência dos pais existe mas é algo limitada	12 425	18,3%	54,0%
A influência dos pais é forte no desenvolvimento das crianças	31 247	46,0%	100,0%
Total	67 999	100%	

As respostas das mães quanto à perceção que elas têm do papel dos pais no desenvolvimento dos filhos são distintas. 64% pensa que os pais têm uma influência no desenvolvimento dos filhos: 46% indica que esta influência é forte e 18% pensa que ela é limitada. Pelo contrário, 36% das mães considera que os pais têm pouca influência no desenvolvimento dos seus filhos, um desenvolvimento que acontece mais ou menos ao ritmo da criança. De forma geral, esta atitude «fatalista» quanto ao papel que elas poderiam ter no desenvolvimento dos filhos, que é relativo a um pouco mais de um terço das mães, é uma forte indicação, que deverá, indiscutivelmente, ser tida em conta na elaboração do futuro programa de educação parental.



As perceções das mães quanto ao seu papel no desenvolvimento dos seus filhos seguem a mesma tendência quando se analisa o nível de rendimentos, a sua escolaridade, ou o sexo dos filhos, mas elas (as perceções) contrastam-se mais se se considerar a zona e o meio de residência das famílias (quadro 15, seguinte).

Quadro 15 Influência dos pais no desenvolvimento dos filhos de acordo com a zona e o meio de residência

Perceção do		Meio de residência				
papel dos pais no desenvolvimento das crianças	Santo Antão e São Vicente	São Nicolau, Fogo e Brava	Sal, Boa Vista e Maio	Santiago	Rural	Urbano
Desenv. ao ritmo das crianças	39,1%	40,1%	19,8%	37,1%	30,5%	39,3%
Limitada influência dos pais	26,8%	12,6%	6,3%	19,0%	14,2%	21,0%
Forte influência dos pais	34,1%	47,3%	73,9%	43,8%	55,3%	39,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Se se considerar, num primeiro momento, a zona de residência, observa-se que as mães do Sal, da Boavista e do Maio, são claramente as que declaram em maior número que os pais têm uma forte influência no desenvolvimento dos filhos. Se se acrescentar as que pensam que os pais têm uma influência se bem que limitada, conclui-se que 80% das mães dessas ilhas tem uma perceção próativa do papel dos pais no desenvolvimento dos filhos. Nas outras zonas, a percentagem é menor, com perto de 40% das mães a ter uma atitude mais fatalista em relação ao papel dos pais. Quando, num segundo momento, considera-se o meio de residência, vê-se que as mães do meio rural são as que consideram, em maior número, que os pais têm uma forte influência no desenvolvimento dos filhos: 55% pensa desta forma contra 40% das mães do meio urbano.

Para além da perceção das mães sobre o desenvolvimento geral dos filhos, elas responderam à pergunta sobre que idade pensam que uma criança é capaz de realizar uma ou outra atividade específica. Nota-se que se trata de recolher as perceções das mães, e não de conhecer as idades em que as crianças adquirem efetivamente as diferentes capacidades identificadas aqui. Para cada uma dessas atividades, as mães também são interrogadas se sabem e como é possível estimular o desenvolvimento da criança. Relativamente à perceção da mãe sobre a realização de uma ou outra tarefa atividade (a criança é capaz de ver, ouvir, apanhar um objeto, de se sentar, de se por de pé, de estar limpa), o quadro 16, a seguir, propõe os resultados obtidos.

As mães pensam que, em média, uma criança é capaz de ver com 3.9 semanas e de ouvir com 6,4 semanas. Mas se a noção de ver e ouvir pode ser entendida de forma simples, ela pode também enviar para graus diferentes de apreciação, de modo que a escala introduza forçosamente uma dimensão subjetiva algo forte. Por exemplo, para além do simples fato ver ou de ouvir, a idade dita pelas mães pode também ser interpretada como reveladora da idade em que elas podem ter interações deste tipo com os filhos. Porque falar com uma criança se se pensa que ela não ouve? Pelo contrário, se se pensa que ela pode ouvir ou ver quando está mais nova, então podese começar mais cedo a utilizar este meio de comunicação para estimular o seu desenvolvimento. Essa diferença de apreciação destas questões pode, eventualmente, explicar a variabilidade de margens de tempo dadas pelas mães. Por exemplo, se 38% das mães, pensa que os filhos podem ouvir desde a nascença, 36% pensa também que isto acontece só a partir das 6 semanas.

Quadro 16
Perceção da mãe sobre a idade de realização de diversas atividades pela criança

i erceção da mae sobre a idade de realização de diversas atividades pela chariça								
Ver (semanas) Unidade		Ouvir (semanas)	Sentar-se (Mês)		Pôr-se de pé (Mês)			
de tempo	Menino e Menina	Menino e Menina	Menino	Menina	Menino	Menina		
0	53,7%	38,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		
1	57,6%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		
2	60,9%	42,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		
3	62,2%	44,0%	7,6%	33,5%	0,0%	0,0%		
4	75,9%	58,1%	39,8%	55,6%	1,1%	0,7%		
5	76,0%	59,1%	61,8%	71,7%	3,2%	3,2%		
6	76,8%	64,1%	91,7%	92,7%	13,5%	14,5%		
7	76,8%	64,2%	95,9%	96,1%	32,0%	33,7%		
8	83,7%	72,1%	97,5%	97,8%	51,7%	53,4%		
9	84,0%	72,3%	100,0%	100,0%	74,4%	74,5%		
10	84,0%	72,4%	-	-	83,7%	83,6%		
11	84,0%	72,4%	-	-	88,3%	87,9%		
12	92,9%	85,4%	-	-	99,0%	98,9%		
> 13	100,0%	100,0%	-	-	100,0%	100,0%		
Total	65 214	63 422	66 627	66 763	67 024	67 170		
NSP	3 623	5 416	2 210	2 075	1 813	1 667		
Média	3,9	6,4	5,1	4,5	8,5	8,5		



Domínio da fisiológicas	as necessidades		Pegar num Objeto				
Mês	Menino	Menina	Mês	Menino e Menina			
< 12	35,1%	34,9%	< 3	5,7%	Idade	93,3%	93,1%
13 à 18	68,1%	67,8%	3 à 4	44,9%	Ca	3,9%	3,9%
19 à 24	92,5%	92,8%	5 à 6	76,8%	NS	2,9%	3,0%
25 à 36	99,1%	94,3%	7 à 10	90,0%	Total	100,0%	100,0%
> 36	100,0%	100,0%	> 11	100,0%			
Total	64 209	1 336	Total	66 156			
Média	18,0	18,0	NSP	2 682			
			Média	5,8			

As mães declaram também que, para elas, em média, uma criança é capaz de se sentar aos 4,8 meses, de apanhar um objeto aos 5,8 meses, de conseguir ficar de pé aos 8,5 meses, de ter domínio das suas necessidades fisiológicas aos 18 meses. Por outro lado, contrariamente ao que é observado i) para as perceções das mães de outros países (como Madagáscar), onde as antecipações são mais favoráveis para as meninas, e ii) o que é observado na realidade, ou seja que o desenvolvimento das crianças nessas dimensões é também, melhor para as meninas. Não existem diferenciações entre rapazes e meninas nas perceções declaradas neste plano pelas mães, exceto para a capacidade de se sentar. Com efeito, espera-se que as meninas consigam sentar-se aos 4,5 meses, contra 5,1 meses dos rapazes.

Contudo, como se tratam de declarações das mães relativas às suas perceções, a significação dos quatro itens explorados (apanhar um objeto, sentar-se, pôr-se de pé, estar limpo) é, como já se sublinhou para as duas primeiras questões, portadora de uma certa dimensão subjetiva. Assim sendo, para além dos valores médios, as declarações no que respeita à idade em que as crianças têm as capacidades identificadas aqui, são caracterizadas por uma certa dispersão. Observa-se, por exemplo, que 7% das mães da amostra não sabe com que idade uma criança é capaz de ter o domínio das suas necessidades fisiológicas ou diz que isto depende das crianças. Entre as que responderam à questão, constata-se que se 35% das mães considera que uma criança deve ter domínio das suas necessidades fisiológicas antes dos 12 meses, elas são também 33% que pensa que isso deve acontecer quando ela tiver entre os 13 e os 18 meses, 25% quando a criança tem entre 19 e 24 meses, e 7% quando a criança tem mais de 2 anos. Obviamente, a «nuvem» sobre a definição funcional do que significa ter domínio das suas necessidades fisiológicas pode contribuir para se inteirar das variações, mas deve-se também considerar que uma mãe que pensa que uma criança pode ter domínio das suas necessidades fisiológicas aos 12 meses (mesmo se há poucas chances que isto se realize efetivamente) tem, indiscutivelmente, expectativas mais fortes quanto ao desenvolvimento da criança neste plano e mostra-se mais pró-ativa para estimulá-la na vida quotidiana. No seguimento das perceções da mãe sobre a idade em que a criança podia adquirir uma ou outra capacidade, duas questões se colocam sobre a idade a partir do qual conviria preocupar-se se a criança i) não andar e ii) não fala (quadro 17, a seguir).

Quadro 17
Idade a partir do qual deve haver preocupação se a criança não anda e não fala

idade a partir do quai deve naver preocupação se a criança não anda e não iaia							
Domínio	Com que idade vem a preocupação se a criança não anda						
Género	Men	inos	Meninas				
Idades	Efetivos	% Acumulada	Efetivos	% Acumulada			
< 12 meses	4 692	7,5%	4 949	7,8%			
12 meses	17 204	34,8%	17 236	35,1%			
13-15 meses	9 099	49,3%	8 923	49,3%			
16-18 meses	14 722	72,7%	14 825	72,7%			
> 19 meses	17 202	100,0%	17 211	100,0%			
Total	62 919	-	63 144	-			
NS	5 882	-	5 658	-			
Média	16,9	-	16,9	-			
Domínio	Com que	idade vem a preoc	upação se a crianç	a não fala			
Género	Men	inos	Mer	ninas			
Idades	Efetivos	% Acumulada	Efetivos	% Acumulada			
< 12 meses	8 089	12,9%	7 810	12,4%			
12 meses	17 841	41,3%	17 884	40,9%			
13-15 meses	4 881	49,1%	4 876	48,7%			
16-18 meses	10 617	66,0%	10 827	65,9%			
> 19 meses	21 341	100,0%	21 435	100,0%			
Total	62 769	-	62 832	-			
NS	6 033		5 969				

Em média, as mães declaram que se preocupam se os filhos não andam aos 16,9 meses e se não falam aos 17,4 meses. De forma mais específica, observa-se uma certa variabilidade nas respostas, o que pode ser explicado pelo fato das mães terem diferentes interpretações de «andar» e de «falar». Observa-se assim que, se 25% das mães preocupa-se se a criança não anda ao seu primeiro aniversário, 19% preocupa-se se a criança não anda entre os 13 e os 18 meses, e 59% preocupa-se se ela não anda depois dos 19 meses. Relativamente à linguagem da criança, 41% das mães questiona se a criança não fala ao primeiro ano de vida ou antes, 25% se ela não fala entre os 13 e os 18 meses, enquanto 34% das mães da amostra preocupa-se se a criança não fala aos 19 meses. Como foi o caso dos outros domínios, nota-se que as mães não fazem nenhuma diferenciação entre rapazes e meninas.

17,4

Para cada uma das dimensões do desenvolvimento da criança, a mãe dá uma resposta particular sobre a idade em que espera que a criança adquira tal capacidade: uma mãe tem, então, uma expectativa positiva, média ou negativa, no sentido em que a resposta visa uma faixa etária mais baixa, média

Média

17,5



ou mais elevada que a média da amostra. A partir das respostas para cada uma das atividades da criança e das perceções das mães em relação a influência dos pais, no desenvolvimento dos filhos, identifica-se portanto um índice global de otimismo/pessimismo de cada mãe em relação ao desenvolvimento da criança. O índice mínimo (0) é obtido por uma mãe que teria fracas expectativas quanto às idades em que, para ela, o filho pode adquirir certas capacidades enquanto o índice máximo (26) é obtido por uma mãe que antecipa que pode influenciar o desenvolvimento do filho e que este adquire todas as capacidades consideradas numa faixa etária mais baixa do que aquela considerada, em média, na população nacional (a amostra). Este índice tem um valor médio de 14,9 e é caracterizado por uma variabilidade algo forte entre as mães da amostra: 13% das mães tem um índice inferior a 10% (e podem ser consideradas como pessimistas), enquanto 66% tem um índice compreendido entre 10 e 18 (o que traduz um otimismo moderado), e 20% tem um índice superior a 19 (mães otimistas, que pensam que a criança vai adquirir capacidades em faixas etárias mais baixas do que é considerado pelas outras mulheres). Esta variabilidade do grau de otimismo das mães não se explica muito pelas características das mães ou do seu meio ambiente (o poder explicativo do modelo de regressão é de apenas 8,4%). Constata-se, no entanto, que as mães que residem no meio urbano, que vivem em São Nicolau, Fogo e Brava, pertencentes às famílias mais ricas e que mais estudaram têm tendência a ter menos expectativas em relação àquelas com características diferentes.

Por fim, as mães são interrogadas sobre o seu grau de pró-atividade para facilitar o desenvolvimento da criança i) em cada uma das capacidades desenvolvidas anteriormente, ii) sobre a forma de ajudar a criança a aprender palavras novas e iii) relativamente às suas reações em caso de preocupação sobre o desenvolvimento geral da criança. De maneira formal, o inquiridor perguntava, primeiramente, à mãe se ela pensava poder ajudar a criança, depois, se ela respondia positivamente, como ela fazia, com a possibilidade de mencionar diversas ações. O quadro 18, a seguir, mostra os resultados obtidos. As respostas correspondem a intensidades diferentes de proatividade da mãe, incluindo a possibilidade de uma não-ação.

De forma geral, viu-se anteriormente que, pouco mais de um terço das mães da amostra declarava que as crianças se desenvolviam ao seu ritmo e que os pais não exerciam muita influência neste desenvolvimento (quadro 14). Observa-se aqui, para as questões menos gerais e referentes aos aspetos mais concretos do auxílio que os pais dão aos filhos para o seu desenvolvimento (para ver, pôr-se de pé, sentar-se, estar limpa, etc.), que uma grande maioria das mães declara ser pró-ativa. A sua percentagem varia, com efeito, de 81% para auxiliar a criança a ver a 99% para o auxiliar a levantar-se.

De forma mais específica, em relação, primeiramente, à vista e à audição, a maioria das mães põe em prática atividades para estimular o filho nestes domínios. Elas são respetivamente 81% e 87% a faze-lo. Nota-se que elas são também 19% que não o fazem ou que declaram não fazer ideia sobre o que poderiam ter feito para auxiliar o filho a ver e 13% para o auxiliar a ouvir. Para a visão, sem surpresa, é essencialmente mostrando objetos às crianças que as mães pensam auxilia-los (98% das mães proativas menciona esta resposta). Para a audição, falar com a criança recolhe 84% dos sufrágios, enquanto dar objetos sonoros à criança, que é uma ação mais voluntarista, é citado por 60% das mães.

Quadro 18 Respostas dadas pelas mães para facilitar o desenvolvimento da criança

Ver	%	Ouvir	%
Pro-atividade	81,4	Pró-atividade	87,3
Mostrando-lhe coisas	98,1	Falando com ele	84,7
Outros	3,4	Agitando/Dando objetos sonoros	60,2
Sem atividade	12,2	Outro	1,3
Não sabe	6,4	Sem atividade	8,3
		Não sabe	4,4
Pôr-se de pé	%	Sentar-se	%
Pro-atividade	99,3	Pro-atividade	98,5
Pegando-o nas maos	88,3	Apoiando-o sobre um objeto	97,1
Propondo-lhe um auxílio	65,3	Colocando-o num assento de criança	32,3
Colocando-o no andarilho	24,0	Outro	1,2
Outro	0,5	Sem atividade	0,6
Sem atividade	0,5	Não sabe	0,9
Não sabe	0,1		
Estar limpa	%	Apanhar um objeto	%
Pro-atividade	98,0	Pro-atividade	97,0
Não o trocando todas as vezes	5,1	Dando-lhe objetos	96,0
Colocando-o na bacia	96,0	Colocando objetos à volta	34,0
Perguntando-lhe de vez em quando	38,3	Outro	0,8
Outro	2,9	Sem atividade	1,3
Sem atividade	0,6	Não sabe	1,8
Não sabe	1,5		
Aprender palavras novas	%	Preocupação sobre o desenvolvimento da criança	%
Pro-atividade	89,7	Procuro um médico	95,6
Designando os objetos	49,0	Interrogo alguém mais velho	12,8
Perguntando-lhe o nome dos objetos	67,3	Outro	3,8
Lendo-lhe livros	8,6	Não faço nada	1,3
Outro	11,1		
Não	10,3		
NS	0,0		



No concernente ao que é preciso fazer para que a criança aprenda a manter-se sentado e a pôr-se de pé, quase todas as mães declaram que é pertinente dar um auxílio à criança. Para que a criança saiba como pôr-se de pé, 88% das mães pega-a nas mãos, o que pode parecer uma intervenção direta na aprendizagem. Perto de dois terços das mães propõem um objeto à criança, para ela apoiar, e um quarto das mães colocam-na num andarilho; essas duas atitudes dão mais autonomia à criança. Para que a criança aprenda a manter-se sentado, a forma de auxílio quase exclusivamente mencionada (97%) consiste em colocar um objeto próximo da criança para que ela possa apoiar e assim adquirir postura sentada. Um terço das mães colocam a criança numa cadeira de baloiço.

Relativamente às aprendizagens relativas à limpeza, 98% das mães da amostra declara praticar, efetivamente, ações. Quase todas (96%) colocam a criança na bacia e 38% pergunta-lhe regularmente se ela quer ser colocada na bacia. Finalmente, 5% das mães escolhe não trocar sistematicamente a criança depois que ela tenha feito as suas necessidades, para ensiná-la a estar limpa.

As mães mostram-se também muito ativas para ensinar as crianças a agarrar objetos (92,4%), com uma frequência de respostas muito mais favorável à uma intervenção direta (59% das mães entrega objetos à criança) em vez da criação de um contexto onde a criança poderá, sozinha, gerir as suas aprendizagens (29,1% das mães coloca objetos variados à volta da criança).

Para a aprendizagem de novas palavras pela criança, as mães parecem, de forma global, mobilizadas, mas 10% delas pensa que as crianças aprendem sozinhas e não pratica nenhuma atividade para facilitar esta aprendizagem. Quando a mãe diz ter uma ação, as respostas mais frequentes relacionam-se com os objetos da vida quotidiana, objetos que a mãe descreve à criança pelos seus nomes na perspetiva que ela os memorize (49%), ou (de forma mais pró-ativa) para os quais a mãe pede ao filho para os designar (67%). Contar histórias ou cantar com a criança são muito pouco citados pelas mães (9%). Entre as outras respostas dadas pelas mães, a mais citada é relativa à aprendizagem nos jardins-de-infância (7%) o que resulta de uma ação que ultrapassa as mães.

Finalmente, respondendo à uma eventual preocupação em relação ao desenvolvimento da criança, a reação quase unânime das mães é de procurar um médico (96%). 13% pede auxílio ou conselhos a alguém que tenha experiencia. Nota-se que somente uma pequena maioria das mães (1%) não procura respostas em caso de preocupação.

Para concluir, é possível saber se as mães que dizem auxiliar os filhos são as mesmas nas múltiplas atividades mencionadas até agora, e em sentido contrário, para as que pensam não auxiliar os filhos ou que não sabem o que fazer). Elaborou-se um indicador de pró-atividade global relativo aos diferentes domínios analisados. O indicador varia de 3 a 8 e a sua média é muito elevada, já que fixa em 7,5. Assim, a grande maioria das mães, diz auxiliar o filho nessas diferentes capacidades de desenvolvimento: 65% obtém um score de 8, o que traduz uma pró-atividade em todos os domínios, 23% tem uma pontuação de 7 e 9% obtém um score de 6. Na realidade, apenas 3% das mães tem uma pontuação compreendida entre 3 e 6 e caracteriza-se por uma pró-atividade média.

### II.2 A QUESTÃO DO GÉNERO NAS RELAÇÕES PAIS – FILHOS

A questão do género é abordada de duas maneiras complementares: a primeira refere-se ao papel do pai nas atividades que envolvem a criança, com, por um lado, a identificação do que ele, realmente, faz (segundo a mãe) e, por outro lado, a identificação dos domínios em que a mãe deseja que o pai se envolva mais; ii) a segunda perspetiva procura saber em que medida, e em que domínios, a mãe pensa que os filhos, rapazes e meninas, devem crescer de maneira semelhante ou diferenciada.

#### II.2.1. O PAPEL DO PAI

Antes de apresentar as informações sobre as perceções da mãe quanto ao papel do pai da criança, uma primeira questão visa saber se o pai vive, efetivamente, com a criança e se não for o caso, com que frequência, pai e filho se veem. O quadro 19, adiante, mostra as respostas obtidas. Observase que o pai está presente em apenas metade das famílias. Na outra metade, ou o pai já faleceu (menos de 1% das famílias), ou ele está ausente há menos de 6 meses (6%), ou ele não vive com o filho (43%). Entre essas 29662 crianças que não vivem com o pai, 44% raramente ou nunca o vêm. No geral, representam 19% da amostra.

Quadro 19 Presença do pai na família

Pai presente na família?	Efetivo	%
Pai	34 697	50,4%
Pai falecido	579	0,8%
Pai ausente (> 6 meses)	3 888	5,6%
Não	29 662	43,1%
Frequência das visitas		
Todos os dias	7 345	24,8%
Muitas vezes por semana	2 708	9,1%
Uma vez por semana	2 987	10,1%
Algumas vezes por mês	2 570	8,7%
Uma vez por mês	601	2,0%
Raramente	8 422	28,4%
Nunca	4 588	15,5%
Total	68 826	100,0%



De seguida as mães são interrogadas sobre o papel que o pai desempenha junto do filho. Este questionamento, é organizado em blocos constituídos por um largo domínio de atividades parentais para a criança (alimentação, vestuário, brincadeiras, disciplina, cuidados,...). Esses blocos cruzam i) a idade das crianças, distinguindo, por um lado, as que têm entre 0 a 3 anos, e, por outro lado, as que têm entre 3 e 6 anos, ii) o sexo da criança, com respostas eventualmente diferenciadas conforme o sexo da criança, rapaz ou menina, e estabelecendo iii) a distinção entre as práticas efetivas e aquelas que seriam consideradas desejáveis<sup>5</sup>. As análises feitas permitiram uma conclusão, na ausência de diferenças conforme a idade e o sexo da criança. Por esta razão, os dados foram agregados para os rapazes e as meninas, e para as com menos de 3 anos e mais de 3 anos. O quadro 20, a seguir, apresenta uma síntese dos resultados obtidos.

Quadro 20 Implicação efetiva e desejada do pai nas atividades da criança

	Práticas efetiv	Práticas efetivas (%)		adas (%)
	Sim	Não	Sim	Não
Alimentação	62,0	38,0	56,5	43,5
Vestuário	60,4	39,6	51,8	48,2
Aprend. das taref. do dia-a-dia	57,8	42,2	50,8	49,2
Aprendizagens « formais»	60,7	39,3	55,9	44,1
Brincadeiras	60,1	39,9	51,6	48,4
Linguagem	60,8	39,2	49,9	50,1
Disciplina	66,2	33,8	65,0	35,0
Cuidados	66,8	33,2	57,6	42,4
Higiene	62,4	37,6	54,6	45,4
Proteção	68,8	31,2	54,3	45,7
Média	62,6	37,4	54,8	45,2
Média	83.7	16.3	83.0	17.0

Observa-se, em primeiro lugar, que a implicação dos pais nas atividades das crianças, conforme as declarações das mães, envolve um pouco menos de um terço dos pais (63%)<sup>6</sup>. Na verdade, os pais participam menos nas atividades ligadas à aprendizagem das tarefas quotidianas (58%), e mais no domínio da proteção (69%), dos cuidados (67%) e da disciplina (66%), mas num contexto geral, a maioria dos pais participa nas atividades da criança nos domínios explorados. Isto confirma-se quando se analisa a variável que adiciona a participação dos pais nas diferentes atividades: segundo as mães, os pais envolvem-se, em média, em seis das dez atividades citadas aqui. Os dados do quadro 20 indicam que há, mesmo assim, mais de um terço (37%) das crianças, que não praticam nenhuma atividade juntamente com o pai. Quando se volta à variável somando a participação dos

<sup>5.</sup> Nota-se que se considerou o conjunto das pessoas encarregadas da criança para as práticas efectivas e somente as pessoas encarregadas do sexo feminino para as práticas desejáveis. Não se considerou as respostas das pessoas encarregadas das crianças do sexo masculino que tem boas possibilidades de ser o pai.

<sup>6.</sup> Em estudos semelhantes feitos em Madagáscar, Mauritânia, São Tomé e Príncipe e Serra Leoa a envolvência dos pais é de, respectivamente, 71%, 74%, 84%, e 74% (Mingat et Seurat, 2009: Mingat et Seurat, 2011; Seurat, 2013).

pais nas diversas atividades, nota-se que, para 26% das crianças, o pai não se envolve em nenhuma das atividades (sabendo que para 12% das crianças, o pai é declarado como ausente) e para 12%, o pai envolve-se em apenas uma de cinco atividades.

Vê-se, num segundo momento, que pouco mais de metade das mães (55%) desejaria uma maior envolvência dos pais na educação dos filhos. Isto se aplica um pouco menos à linguagem (50%) e um pouco mais à disciplina, domínio em que 65% das mães gostariam de ver mais implicação do pai. Organizando as respostas das mães, conclui-se que, em média, elas desejariam que o pai da criança se envolvesse mais em cinco atividades. Assim sendo, 14% delas não deseja que o pai se envolva mais, e 30% quereria uma maior participação do pai em apenas uma de cinco atividades. Constata-se, por fim, em jeito de comparação, que as mães cabo-verdianas são claramente em menor número a querer uma maior envolvência do pai em relação às mães mauritanianas, são-tomenses e serra-leonesas (em média, na Serra Leoa elas são 88% a desejá-lo contra 55% aqui).

#### II.2.2 DIFERENCIAÇÃO DE ACORDO COM O GÉNERO

O questionário recolhe opiniões das mães para se saber se as crianças devem ser educadas de forma diferente conforme o sexo (rapaz ou menina). O quadro 21, a seguir, apresenta os resultados obtidos.

Quadro 21
Especificidade género na forma como as crianças devem ser educadas

Domínios de atividade	Sim	Não	NS	% Sim*
Alimentação	3 393	65 430	3 393	4,7%
Vestuário	35 313	33 327	182	51,3%
Aprend. das tarefas do dia-a-dia	12 104	56 679	39	17,6%
Aprendizagens « formais »	2 715	66 107	0	3,9%
Brincadeiras	11 789	57 014	0	17,1%
Linguagem	4 773	63 901	149	6,9%
Disciplina	2 541	66 281	0	3,7%
Cuidados	1 617	67 161	0	2,4%
Higiene	2 064	66 758	0	3,0%
Proteção/ Segurança	1 963	66 859	0	2,9%
Tarefas produtivas	8 600	59 617	0	12,6%
Média	7 897	60 830	342	11,4%

<sup>\*</sup> Esta percentagem é calculada como (número de sim/total – incluindo ns)

Observa-se que, em média, no conjunto dos domínios, a percentagem de declarações a favor de uma especificidade género é muito pouco elevada (11%). Em jeito de comparação, o valor obtido em Madagáscar foi de 41%, em São Tomé 65% e 71% na Mauritânia. Constata-se, igualmente, que exceto no domínio vestuário em que 51% das mães pensa que as crianças devem ser educadas de



forma diferente, e numa menor escala, nos domínios das tarefas domésticas e produtivas, assim como das brincadeiras, são poucas as mães que pensam que deve haver uma especificidade género na educação dada aos filhos.

### II.3 DESENVOLVIMENTO AFETIVO

No inquérito, as mães são questionadas sobre a forma como reagem quando confrontadas com diferentes situações ligadas ao desenvolvimento afetivo do filho. Trata-se de i) provas de afeição que elas dão as crianças, ii) da sua reação quando a criança chora durante a noite e, depois, durante o dia, iii) da sua reação quando a criança está triste, iv) dos casos em que elas felicitam as crianças e por fim v) dos casos em que elas a encorajam. Da mesma forma que para o desenvolvimento geral, o inquiridor coloca a questão à mãe, sem propô-la opções, e esta dá uma ou mais respostas. Aqui também, as opções enviam para diferentes intensidades de pro-atividade da mãe, sabendo que algumas respostas são relativas à falta de ação da parte da mãe ou das reações, que podem ser consideradas como sendo «negativas». Os resultados obtidos são apresentados no quadro 22, a seguir.

Quadro 22 Reações das mães nas diversas situações ligadas ao desenvolvimento afetivo

Provas de afeição	%	Em caso de agitações	%
Através de gestos	88,3	Dou-lhe coisas	36,2
Através de ações	33,5	Amamento-a, dou-lhe chá	5,6
Através de palavras	48,3	Falo com ela	75,3
Outros	7,3	Tiro tempo para explicar	36,7
Sem prova específica	0,8	Outros	19,9
Aniversário	%	Dou-lhe álcool	0,2
Sim	93,5	É melhor não fazer nada	1,8
Em caso de choro durante o dia	%	Choro durante a noite	%
Amamento-a	15,9	Amamento-a	23,6
Ponho-a no colo	49,5	Ponho-a no colo	49,1
Falo com ela	54,0	Falo com ela	50,8
Dou-lhe outros alimentos	33,0	Dou-lhe outros alimentos	37,6
Outros	24,9	Outros	21,7
Ralho com ela	1,9	Ralho com ela	1,6
Bato-a	5,3	Bato-a	3,3
Peço a alguém para se ocupar dela	0,6	Peço a alguém para se ocupar dela	0,4
Não faço nada	1,4	Não faço nada	2,2

Felicitações	%
Quando ela se comporta bem	67,4
Quand ela faz qualquer coisa	58,0
Outros	4,8
Nunca	10,4

Encorajamentos	%
Quando ela se comporta bem	50,0
Quando ela falha	41,7
Quando ela faz qualquer coisa	59,4
Quando quero que ela seja + capaz	17,8
Outros	1,9
Nunca	4,4

As mães mostram frequentemente a sua afeição aos filhos através de gestos (88%), e numa menor percentagem através das palavras (48%) e de ações (33%). Entre as «outras» respostas obtidas (7%), as mães declaram que, nomeadamente, acompanham os filhos a lugares que eles gostam, brincam com eles ou contam-lhes estórias. Tendo em conta que as mães puderam citar diferentes expressões de afeição, somou-se as respostas, de forma a conhecer o grau de pró-atividade das mães na matéria. Fica evidente que, se apenas menos de 1% das mães não manifestam afeição para com o filho, também 39% dão somente uma prova de afeição. Elas são, todavia, uma maioria a manifestar afeição de diferentes maneiras: 42% citam duas provas de afeição e 18% três provas. De forma complementar, fizeram-se análises para se saber se e em que medida as características sociais e geográficas das famílias influência o grau de pró-atividade das mães em termos de afeição. Em primeiro lugar, constata-se que as mães são um pouco mais afetuosas à medida que os filhos crescem e em particular com as meninas. Observa-se igualmente que as mães mais expansivas são as que residem no meio urbano, que vivem em Santo Antão ou São Vicente (as mães do Sal, Boavista e Maio são as que menos se manifestam), as pertencentes às famílias mais ricas (Quintis 4 e 5), as mães vivendo em união de fato e as que frequentaram a escola.

Em caso de agitação da criança em certas situações (ablactação, separação, etc.), os comportamentos mais citados pelas mães são, primeiramente, falar com a criança (75%), depois explicar-lhe porque as suas agitações são legítimas e de o tranquilizar (37%) e, finalmente, de desviar a sua atenção da criança, dando-lhe coisas que lhe interessa (36%). Dar de mamar, dar de comer ou de beber à criança é, pelo contrário, muito pouco mencionada (6%). Somente uma reduzidíssima percentagem das mães adota comportamentos mais distintos: 0,2% dão álcool aos filhos quando este está triste e 2% pensa que perante esta situação, é melhor não fazer nada. No final, se se organizar as reações positivas das mães num indicador de pró-atividade neste domínio (que varia de 0 à 4), constata-se que 61% das mães adota mais de duas práticas positivas quando a criança está agitada (entre estes 61%, 14% mobiliza mesmo mais de três reações positivas). O outro terço das mães tem apenas um comportamento positivo (37%) ou não tem nenhum (2%). Aqui também, o grau de pró-atividade das mães varia segundo algumas das suas características. Seguindo a mesma tendência prevista para as manifestações de afeição, as mães têm tendência a ser mais pró-ativas de um lado, à medida que o filho cresce, com destaque para as meninas, quando elas (as mães) pertencem às famílias mais ricas (Quintis 3, 4 e 5), vivem em união de facto, e estudaram para lá do ensino primário. As maiores diferenças têm que ver com o meio de residência, as mães que vivem no meio urbano adotam menos comportamentos positivos quando os filhos estão tristes. Por fim e contrariamente ao que se passa para as provas de afeição, as mães que vivem em Santiago são mais pró-ativas do que as outras, com as mães do Sal, Boavista e Maio e numa menor escala, as de São Nicolau, Fogo



e Brava aparecem como as que têm menos comportamentos positivos neste domínio.

Foi também perguntado às mães se celebravam o aniversário dos seus filhos, uma questão que permite identificar uma eventual atenção da mãe numa ocasião especial da vida do filho. Conclui-se que a grande maioria das mães (93%) festeja o aniversário dos filhos.

Quando a criança chora, seja durante o dia ou durante a noite, as reações mais mencionadas pelas mães, são, em primeiro lugar, falar com a criança (52%) e de colocá-la no colo (49%). Dar de mamar ou outros tipos de alimentos, como sedativos é uma prática frequente (20% dão de mamar e 35% dão outros alimentos, sendo que as respostas divergem de acordo com a idade da criança), comportamentos que se intensificam ligeiramente quando a criança chora durante a noite (24% dão de mamar e 38% dão outros alimentos nesta circunstância, contra respetivamente 16% e 33% quando a criança chora durante o dia). Entre as outras respostas citadas (23%), as mães declaram que dão banho aos filhos e que se certificam se eles não estão doentes. Finalmente, uma fraca percentagem de mães dizem que ralham com o filho quando ele chora (2%) e/ou bate-o (4%). Da mesma forma, pouquíssimas mães confiam os filhos a alguém (0,5%) e/ou dizem que não há nada a fazer (2%).

Organizou-se as reações «positivas» das mães (pôr o filho no colo, falar com ele, dar-lhe de mamar ou de comer e as «outras» respostas), quando os filhos choram durante o dia ou durante a noite. Este índice vai de 0 à 10 (ações) e sua média situa-se em 3,6 ações. Conclui-se que se 31% das mães são pouco pró-ativas quando os filhos choram (pondo em prática menos de duas ações «positivas»), elas são, contudo, 57% que se mostram, em média, pró-ativas (entre três e cinco ações positivas) e 12% que adotam muitos comportamentos positivos (mais de seis ações). Aqui também, procurouse saber se este grau de pró-atividade varia segundo as características das crianças, das mães, e do seu meio ambiente. As análises mostram que o meio de residência é, novamente, a variável que tem mais impacto no grau de pró-atividade das mães quando seus filhos choram, sendo que as mães residentes no meio urbano adotam menos reações positivas. A zona de residência faz também diferença: as mães de Santo Antão e São Vicente são as pró-ativas neste domínio, enquanto as do Sal, Boavista e Maio são as menos ativas neste aspeto. As mães que vivem em união de facto, são, mais uma vez, as mais atenciosas tal como as mães das famílias mais ricas (Quintis 4 e 5). Por outro lado, quanto mais as mães tiverem estudado durante a juventude, maior é o seu nível de pró-atividade neste plano. Enfim, a idade da criança influência a pró-atividade das mães, com estas a porem em prática mais ações guando os filhos são mais jovens.

O inquérito engloba também uma questão cujo objetivo é saber se e em que situações as mães felicitam os filhos. 67% a faz quando a criança se comporta bem e 58% quando ela consegue fazer alguma coisa. Observa-se, no entanto, que 10% das mães nunca felicitam os filhos. Juntando as diferentes circunstâncias em que as mães felicitam os filhos, conclui-se que 50% o faz em um dos três casos propostos, e 39% em pelo menos dois casos. Do mesmo modo que para as provas de atenção ou às reações aos choros da criança, procura-se saber quais são as características das mães que seriam suscetíveis de influenciar o seu grau de pró-atividade em matéria de felicitações. A zona de residência aparece como sendo a variável que introduz mais diferenças: as mães residentes em Santo Antão e São Vicente distinguem-se das de Santiago e, numa maior escala, das outras mães do país, pela sua pró-atividade em matéria de felicitações. O nível de rendimentos das famílias

também influência nas práticas das mães neste plano: Quanto mais as famílias forem ricas, mais as mães têm tendência para felicitar os filhos. As mães que felicitam mais os filhos são também as que estudaram ao longo da juventude, as mães que chegaram, pelo menos, até ao ensino secundário mostram-se, no entanto, um pouco menos atenciosas nesta dimensão do que as que fizeram só o ensino primário. Finalmente, as crianças mais velhas e as meninas são mais felicitadas que as mais jovens e os rapazes.

Uma última questão tem que ver com as situações em que a mãe incentiva o filho. As respostas mais frequentes são quando ele consegue fazer alguma coisa (59%), seguida de quando ela se comporta bem (50%) e quando ele não consegue fazer alguma coisa (42%). Apenas 18% das mães encoraja o filho quando queriam que este seja mais capaz futuramente. Enfim, um reduzido número de mães (4%) diz nunca incentivar o filho. Se juntarmos as diferentes situações em que as mães incentivam os filhos, nota-se que somente 4% das mães fá-lo nos quatro casos propostos e que elas são somente 15% a faze-lo em três situações. De seguida, são 33% que encorajam os filhos em duas situações e 43% numa só situação. O grau de pró-atividade das mães em matéria de incentivos difere, mais uma vez, de acordo com a zona de residência com as as mães de Santo Antão e São Vicente a mostrarem-se mais encorajadoras do que as outras, nomeadamente as do Sal, Boavista e Maio. As mães residentes no meio urbano aparecem, novamente, como as menos pró-ativas. O nível de rendimentos faz também diferença: os encorajamentos são mais frequentes nas famílias mais ricas. As mães que vivem em união de fato são, igualmente, mais pró-ativas neste plano em relação às que vivem sozinhas. Contrariamente ao que acontece nas outras práticas em matéria de desenvolvimento afetivo, as mães que estudaram durante a juventude incentivam menos os filhos do que as que não estudaram. Outra alteração: os rapazes são um pouco mais incentivados do que as meninas. Volta-se a encontrar o mesmo padrão para a idade da criança: Quanto mais eles crescem, mais as mães os incentivam.

As práticas ligadas ao desenvolvimento afetivo podem ser sintetizadas através de um índice global agregado. Este indicador varia de 2 a 21 e a sua média fixa-se em 11. Se 24% das mães dão uma atenção um tanto ou quanto fraca ao desenvolvimento afetivo da criança (pontuação inferior a 8%), elas são 66% a dar uma atenção média (pontuação compreendida 9 e 15) e 10% é muito pró-ativa neste domínio (pontuação superior a 16).



## **II.4**SAÚDE E PERCEÇÃO DO PERIGO

A primeira dimensão mostrada no inquérito sobre as práticas das mães em matéria de saúde e perceção do perigo é relativa aos sinais que permitem às mães identificar que o filho está doente. O quadro 23, a seguir, apresenta os resultados obtidos.

Quase todas as mães cabo-verdianas declaram saber identificar quando o filho está doente. Assim, os primeiros sintomas que levam as mães a pensar que o filho está adoentado são as evidências que este está abatido (69% das respostas), quando chora continuamente (43%), tem a testa quente (36%) e perde o apetite (35%). Pelo contrário, são poucas as mães que citam os olhos cheios de lágrimas (17%), o vómito (8%) ou a diarreia (7%) como sintomas de doença. Tendo em conta que esta questão exige múltiplas respostas por parte das mães, adicionou-se os sintomas da doença. Conclui-se que 28% das mães cita apenas um sintoma, 40% evoca dois e 20% fala de três sintomas. No total, somente 11% das mães cita quatro ou mais sintomas.

Quadro 23 *Identificação dos sintomas de doença na criança* 

Sint. de doença	%	Número de sint.	%	% acumulad
Testa quente	35,8	0	0,5	0,5
Olhos lacrimejante	16,9	1	27,6	28,1
Vómito	8,2	2	40,2	68,3
Diarreia	7,2	3	20,5	88,9
Perda de apetite	34,6	4	6,8	95,6
Choro contínuo	42,8	5	2,7	98,3
Abatimento	69,5	6	0,8	99,1
Outros	6,0	7	0,9	100
NS	0,5	Total	100	-

Uma vez detetado que o filho está doente, três questões do inquérito identificam como ela reage, num primeiro momento, se ele tem febre, depois se a febre continuar e finalmente se ele tem diarreia. As respostas dadas, em caso de febre da criança são apresentadas no quadro 24, a seguir.

Quadro 24 Perceção da pertinência de ações se a criança tem febre

Ações contra a febre ?	Si	m	Não		
	Número	%	Número	%	
Dar de beber	2 509	3,6%	66 328	96,4%	
Dar de comer	1 407	2,0%	67 430	98,0%	
Por a criança em repouso	2 610	3,8%	66 227	96,2%	
Dar os medicamentos à disposição	49 921	72,5%	18 916	27,5%	
Colocar uma roupa húmida	7 152	10,4%	61 685	89,6%	
Cobrir a criança para transpirar	1 989	2,9%	66 848	97,1%	
Utilizar a medicina tradicional	15 034	21,8%	53 803	78,2%	
Procurar um médico	33 820	49,1%	35 017	50,9%	
Outros	9 514	13,8%	59 323	86,2%	
Nada	216	0,3%	68 621	99,7%	

Quando a criança tem febre, quase todas as mães dizem ter uma reação (apenas 0,3 % não a têm). A grande maioria dá à criança os medicamentos têm à (72%), metade procura um médico (49%) e 22% recorre à medicina tradicional. As outras reações são claramente menos citadas, como por exemplo colocar a criança em repouso (4%), dar-lhe de beber (4%) e de comer (2%), reações que, contudo, são desejáveis quando a criança se apresente com febre. Já que as mães puderam citar diferentes reações que têm quando a criança tem febre, somou-se as respostas «desejáveis» dadas, de forma a conhecer o seu grau de pró-atividade na matéria (dar de beber ou de comer, pôr a criança a repousar, procurar um médico ou um farmacêutico). Conclui-se que 48% das mães não tem nenhuma das reações desejáveis e que 46% tem apenas uma. Assim sendo, 5% das mães combina duas a quatro reações positivas. Estes números ficam aquém do que foi observado na Serra Leoa, na Mauritânia ou em São Tomé e Príncipe, onde foram realizados estudos similares. Estes números indicam que, será importante que o futuro programa de educação parental contenha um modelo cujo objetivo será o de melhorar os comportamentos das mães em caso de febre da criança.

De forma complementar, as mães foram interrogadas sobre o que fazem quando a criança continuar com febre. Os resultados são apresentados no quadro 25, adiante.



Quadro 25 Distribuição das medidas tomadas se a criança continuar com febre

Medidas em caso de febre	Si	m	Não		
	Número	%	Número	%	
Vou ao centro de saúde	43 767	63,6%	25 070	36,4%	
Vou procurar um médico	44 177	64,2%	24 661	35,8%	
Recorro à medicina tradicional	3 230	4,7%	65 607	95,3%	
Peço conselho aos amigos	1 565	2,3%	67 273	97,7%	
Outro	346	0,5%	68 491	99,5%	
Não sei	20	0,0%	68 817	100,0%	

Aqui também, todas as mães sabem o que fazer quando a criança continuar com febre. A maioria recorre à medicina «moderna» e vão a um centro de saúde (64%) e/ou a uma consulta com um médico (64%). Um terço das mães não tem esta reação quando a criança permanecer com febre. Da mesma forma que para os comportamentos em caso de febre, somou-se as reações consideradas desejáveis que as mães dizem ter quando a febre do filho persistir (procurar um médico ou ir a um posto de saúde). Só uma minoria das mães (3%) não menciona nenhuma ação desejável. 67% evoca apenas uma ação e 30% cita duas.

Finalmente, o questionário destaca o caso em que a criança teria uma diarreia. O quadro 26, adiante, apresenta a distribuição das medidas tomadas pela mãe neste caso. Diversos elementos das respostas dadas pelas mães são pertinentes. O primeiro tem que ver com a procura de um agente de saúde: se 42% das mães pensa que esta reação é adequada, 58% não a menciona. O segundo elemento é relativo à resposta de que não seria indispensável dar de beber à criança em caso de diarreia. Esta resposta corresponde, por um lado, à uma crença partilhada por três quartos das mães (76%), e, por outro lado, à uma prática nefasta para a criança. O último aspeto refere-se aos sais de hidratação oral. Se a grande maioria (76%) das mães diz que é apropriado dá-los às crianças, uma questão complementar para se saber se as mães têm os sais em casa mostra que 46% delas não os têm à sua disposição em casa.

Quadro 26 Distribuição das medidas tomadas pela mãe se o filho estiver com diarreia

Medidas em caso de diarreia	Si	m	Não		
	Número	%	Número	%	
Ir a um centro de saúde	28 761	41,8%	40 077	58,2%	
Dar medicam. que à disposição	11 478	16,7%	57 359	83,3%	
Dar de comer	3 532	5,1%	65 306	94,9%	
Dar alimentos específicos	13 630	19,8%	55 207	80,2%	
Dar sais de hidratação	52 589	76,4%	16 249	23,6%	
Dar de beber	16 665	24,2%	52 172	75,8%	
Dar chá	2 763	4,0%	66 075	96,0%	
Outros	825	1,2%	68 012	98,8%	
NS	19	0,0%	68 818	100,0%	
Não fazer nada	1 696	2,4%	67 151	97,6%	

De uma forma mais geral, adicionando as reações desejáveis das mães em caso de diarreia da criança (ir a um centro de saúde, dar sais de hidratação oral, dar de comer ou de beber à criança), conclui-se que se elas são apenas 2% que não fazem nada, 46% te somente uma ação. 36% declara ter duas reações desejáveis e apenas 15,4 tem três ou quatro ações.

Uma derradeira questão é relativa às práticas das mães perante à saúde dos filhos em que elas dão suas opiniões sobre dar álcool à criança, ou de esfregá-la com álcool ou de dar-lhe banho com água misturada com álcool. Constata-se que se 88% das mães não concordam com essas práticas, 12% pensa que o recurso ao álcool é mais ou menos adequado (9%) ou não tem opinião sobre a questão (3%).

As questões sobre os conhecimentos das mães em matéria de saúde foram resumidas num índice global. As pontuações, que são escaladas de 5 a 17, mostram uma certa variabilidade nas declarações das mães. Se pouco mais de metade das mães (51%) tem lacunas ou comportamentos que podem ser melhorados em matéria de saúde corrente (febre e diarreia) da criança (pontuação inferior a 5), 45% tem conhecimentos médios neste domínio (pontuação compreendida entre 6 e 10), e 3% tem práticas globalmente desejáveis (pontuação superior a 11).

As mães são igualmente interrogadas sobre os perigos, aos quais, para elas, os filhos estão expostos. O inquiridor quer que elas citem três perigos considerados mais importantes, distinguindo as respostas, em função da faixa etária da criança (de 0 a 2 anos ou de 3 a 6 anos). As respostas referem-se, por um lado, ao primeiro perigo citado, e por outro lado, ao conjunto destes estão registados no quadro 27, adiante.



Quadro 27 Distribuição dos perigos aos quais as crianças estão expostas

	Perigos-Riso	cos 0-2 anos	Perigos-Riso	cos 3-6 anos
	N	%	N	%
Queda	57 798	84,1%	54 548	79,4%
Queimadura	56 845	82,7%	53 639	78,1%
Ferimento	31 594	46,0%	37 945	55,2%
Afogamento	28 611	41,6%	29 297	42,6%
Intoxicação	28 202	41,0%	27 497	40,0%
Picada ou mordedura	8 663	12,6%	10 954	15,9%
Acidente durante uma brincadeira	3 421	5,0%	22 631	32,9%
Criança que se perde	3 005	4,4%	9 917	14,4%
Abuso sexual	2 889	4,2%	10 562	15,4%
Violência	2 476	3,6%	12 585	18,3%
Acidente de transporte	2 288	3,3%	9 902	14,4%
Doença	842	1,2%	160	0,2%
Outros	14 206	20,7%	9 541	13,9%
Sem perigo específico	556	0,8%	679	1,0%

Seja qual for a idade da criança, as mães receiam sobretudo, que ela caia (84% responde assim quando a criança tem menos de 2 anos e 79% quando ela tem mais de 3 anos), que se queime (respetivamente 83% e 78%), depois, numa menor escala, que se queime (46% e 55%), que se afogue (42% e 43%) ou ainda que ela tenha uma intoxicação (41% e 40%). Os outros perigos aos quais as crianças poderiam confrontar-se são claramente menos citados quando a criança tem menos de 2 anos, mas passam a ser mais citados quando a criança é mais velha. Um terço das mães teme que aconteça um acidente durante uma brincadeira, 18% teme a violência contra os filhos e 16% receia que ela seja picada por um inseto ou mordida por um animal. Quando se adiciona os perigos citados pelas mães, conclui-se que, em média, elas citam 3,5 perigos quando a criança tem menos de 2 anos e 4,2 perigos quando ela tem mais de 3 anos.

As mães são também interrogadas sobre as medidas que elas tomam para proteger os filhos contra esses perigos. As suas respostas são dadas no quadro 28, adiante. As mães são, na sua maioria, ativas a prevenir os perigos aos quais os filhos podem estar expostos. Com efeito, seja qual for a idade da criança, apenas uma minoria de mães, não toma nenhuma medida específica a este respeito (1%). Quando a criança tem menos de 2 anos, perto de três quartos das mães toma medidas de precaução (sem que se saiba quais) e vigiam regularmente a criança. 36% delas explicam às crianças os riscos que elas correm e como se comportar. Quando a criança tem mais de 3 anos, a maioria das mães adota este comportamento: 70% explicam os riscos à criança. Cerca de 65% toma medidas de precaução e vigia a criança. Finalmente, apenas uma minoria das mães coloca interdições à criança ou pune-a quando se comporta mal, reações que são mais citadas

quando a criança é mais velha (respetivamente 16% e 3% quando a criança tem menos de 2 anos contra 27% e 13% quando ela tem mais de 3 anos).

Quadro 28 Distribuição das medidas tomadas para prevenir os perigos

Medidas de prevenção	Medidas	0-2 anos	Medidas 3-6 anos		
	N	%	N	%	
Medidas de precaução	53 347	77,6%	46 394	67,5%	
Vigilância	51 816	75,4%	44 267	64,4%	
Explicação dos riscos	24 598	35,8%	48 368	70,4%	
Interdições	10 937	15,9%	18 446	26,8%	
Punições	2 155	3,1%	8 640	12,6%	
Nenhuma medida específica	380	0,6%	739	1,1%	

# II.5 RELATIVO ÀS PRÁTICAS FAMILIARES EM MATÉRIA DE ALIMENTAÇÃO

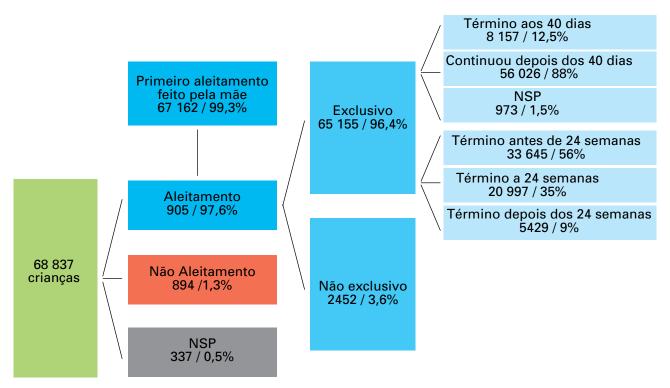
O inquérito engloba também um certo número de questões relativas às práticas familiares perante à alimentação das crianças, em termos qualitativos e quantitativos gerais, depois com uma descrição mais detalhada dos alimentos consumidos pela criança ao longo do dia anterior ao inquérito. As primeiras questões são relativas às práticas em matéria de aleitamento.

#### II.5.1 O ALEITAMENTO DAS CRIANÇAS MAIS NOVAS

O diagrama, a seguir, mostra como se distribui a população das crianças da amostra referente ao aleitamento de que elas beneficiaram. Segundo as declarações das mães, a grande maioria das crianças da amostra (98%) foram amamentadas. Quase todas (99%) amamentaram pela primeira vez na mãe. Tratou-se de uma forma exclusiva de alimentação para a maioria das crianças (96%) sendo que 12% destes amamentaram durante um período inferior a 40 dias. No total, estima-se que 82% das crianças foram amamentadas, de forma exclusiva, no mínimo, durante mais de 40 dias. A Organização Mundial da Saúde recomenda que as crianças sejam amamentadas de forma exclusiva até aos seis meses (24 semanas). Foi o caso de 20997 crianças, ou seja 35% das crianças foram amamentadas de forma exclusiva (e que já não estão a ser amamentadas). Essas crianças representam 30% das crianças da amostra (20997/68837). Observa-se também que, por outro lado, 33645 crianças foram amamentadas de forma exclusiva, mas a amamentação foi interrompida antes da vigésima quarta semana e, por outro lado, que 5429 crianças foram amamentadas depois dos 6 meses. Elas representam respetivamente 56% e 9% das crianças amamentadas de forma exclusiva mas que já não estão a ser amamentadas (3525 crianças ainda estão a ser amamentadas e não figuram no gráfico)



Graphique 1 Distribuição das crianças que foram amamentadas e as que não foram



De forma complementar, pode ser interessante analisar até que ponto a probabilidade das crianças serem amamentadas de forma exclusiva até às 24 semanas pode variar de acordo com certas variáveis geográficas ou sociais. O quadro 29, a seguir, propõe os resultados da avaliação.

Se o género da criança, o estado civil e o nível escolar da mãe fazem pouca diferença, nota-se, pelo contrário, diferenças substanciais de acordo com o nível de rendimentos e principalmente de acordo com a zona e o meio de residência. Observa-se que a probabilidade das crianças serem amamentadas de forma exclusiva até à vigésima quarta semana aumenta quando a família é mais rica. A percentagem aumenta para 25% entre as famílias da Quintil 1, para cerca de 30% para as famílias das Quintis 2,3 e 4 e sobe para 37% entre as famílias mais desafogadas. De seguida, constata-se que as crianças que vivem no meio rural (em comparação com as que vivem no meio urbano) e as de Santo Antão e São Vicente (em comparação com as das outras ilhas) têm menos probabilidades de serem amamentadas, de forma exclusiva, até aos seis meses (as suas probabilidades são de 24% contra 34% das zonas urbanas e 21% contra mais de 30% nas outras zonas). Juntando a zona e o meio de residência, conclui-se que a probabilidade das crianças serem amamentadas até às 24 semanas fixa-se em 17% para as crianças do meio rural de Santo Antão e São Vicente contra 42% das residentes no meio urbano de São Nicolau, Fogo e Brava. Essas diferenças são muito importantes.

Quadro 29 Probabilidade das crianças serem amamentadas de forma exclusiva até aos seis meses

Trobabilidado da orializar coloni amanientada do forma oxoladiva do dolo moco												
				Z	Zona de	e resid	dência	a				
Meio	Santo An São Vicer			São Nicolau, Fogo e Brava		Sal, Boa Vista e Maio		a Santiago		T	otal	
Urbano		24,5%	41,7%			38	38,0%		35,09	%	33	3,9%
Rural		16,9%		30,8%		27	7,6%		25,19	%	24	4,2%
Total		21,2%		37,2%		33	33,6%		30,89	%		-
Género da cria	ança		Aı	Amam.excl. até 24 Estado civil				vil da mã	il da mãe			
Menino	Menina		se	emanas			sozinha Em união					
32,9%		26,	9%		29	,8%			29,0%		30	0,9%
Quintil de ren	dimentos					Níve	el esc	olar d	da mãe			
1 (20 % + pobres)	2 et 3	4		5 (20 % ricos)		Não escolariz			1-4 anos		> 5 anos	
24,6%	29,1%		30,2%	3	36,9%	32,9	9%		29	,6%	29	9,5%

A próxima pergunta visa saber se a criança está ainda a ser amamentada. Se for o caso, cruzou-se esta informação com o número de vezes que ela é amamentada por dia e, se não for o caso, com a idade (em meses) em que a criança parou de amamentar. As informações estão no quadro 30, a seguir.

Quadro 30 Situação actual das crianças em relação à amamentação

ontacipa dotaci das orianição em rolação a amamontação									
64 369 crianças									
Ainda está a ser amamentada				Já não está a ser	amamentad	da			
Total	11 872	18,4%		Total	52 497	81,6%			
Núm. de amam. por dia	3 736	31,5%		ldade da par.					
< 5	1 666	44,6%		1 a 5 meses	3 009	5,7%			
Entre 5 e 9	1 358	36,3%		6 a 12 mois	16 715	31,8%			
> 10	712	19,1%		13 a 18 mois	21 508	41,0%			
Quando a criança quer	4 611	38,8%		19 a 24 mois	9 609	18,3%			
Amament. exclusiva	3 525	29,7%		> 25 meses	1 656	3,2%			
Total	11 872	100,0%		Total	52 497	100,0%			
Autres	6,0	6,0		7	0,9	100			
NSP	0,5	0,5		Total	100	-			



Entre as crianças dos 6 meses aos 6 anos, que foram amamentadas e cujas informações estão disponíveis, apenas 18% ainda está a ser amamentada (lado direito do quadro). Encontra-se uma grande variedade na frequência da amamentação dessas crianças: se 39% é amamentada quando quer, 30% é amamentada sem que a mãe conte o número de vezes por dia que dá de mamar à criança e 31% é mais regular. Entre estes, 45% são amamentadas menos de cinco vezes por dia, 36% amamentam entre 5 a 9 vezes e 19% são amamentadas mais de 10 vezes por dia. A maioria das 82% das crianças que já não estão a ser amamentadas, a paragem da amamentação foi feita, ou entre os 6 e os 12 meses (32%), ou um ano e um ano e meio (41%). As diferenças entre os resultados apresentados neste quadro e os do gráfico podem ser explicadas pelo fato de se estar a falar de amamentação geral, seja ela exclusiva ou não (contrariamente aos resultados apresentados no gráfico que se refere somente à amamentação exclusiva).

Por outro lado, o inquérito engloba duas questões relativas às opiniões das mães sobre, por um lado, dar chá à criança quando nasce e, por outro lado, a eventual utilização de um biberão. Os quadros 31, adiante, e 32, logo a seguir, apresenta os resultados obtidos para estas duas questões.

Quadro 31 Opinião das mães sobre a questão de dar chá à criança à nascença

Opinião sobre dar chá à nascença	Números	%
Muito favorável	4 076	6,0%
Favorável	7 006	10,4%
Mais ou menos favorável	2 863	4,2%
Não favorável	6 236	9,2%
Em nada favorável	43 321	64,2%
Sem opinião, não sabe	3 987	5,9%
Total	53 544	100,0%

Se a maioria das mães cabo-verdianas não é favorável em dar chá ao filho à nascença (9% não é favorável e 64% não é de maneira nenhuma), 27% é, ou mais ou menos favorável (20%, com 6% destes 20% a ser fortemente favorável) ou diz não ter opinião sobre o assunto.

Quadro 32 Opinião das mães quanto à eventual utilização de um biberão

Muito favorável	Números	%
Favorável	9 643	14,3%
Mais ou menos favorável	15 038	22,3%
Não favorável	8 350	12,4%
Em nada favorável	8 452	12,5%
Sem opiniao, não sabe	23 612	35,0%
Total	2 392	3,5%
Total	34 456	100,0%

O biberão corresponde à uma prática, que apresenta certas vantagens (nomeadamente para se saber a quantidade de leite ingerida pela criança) mas exige rigorosas medidas de higiene. As opiniões quanto à eventual utilização de um biberão são diversas: se 37% das mães é favorável (14% é mesmo muito favorável), 12% é mais ou menos favorável e sobretudo 47% não o é (35% não o é de maneira alguma). Finalmente, 3% das mães não têm opinião definida sobre o assunto. Para uma análise mais detalhada, modelizou-se a probabilidade de ser favorável à utilização do biberão de acordo com as características da criança, da mãe e da família. Realça-se que a zona de residência traz opiniões muito distintas sobre esta questão. Efetivamente, se 46% das mães de Santiago são favoráveis à utilização do biberão, apenas 10% o são em Santo Antão e São Vicente, contra um pouco mais de 30% das mães residentes nas outras ilhas. O nível de riqueza também traz diferenças: Quanto mais ricas são as famílias das mães, mais estas recorrem ao biberão (as opiniões favoráveis variam de 29% entre as mães da Quintil 1 a 41% entre as da Quintil 5). As mães que mais estudaram durante a juventude são também as que, em maior número, vêm vantagens na utilização do biberão: 36% entre as que estudaram, pelo menos, até à quinta classe, contra 27% das que não chegaram à quinta classe. As opiniões quanto à utilização do biberão são menos distintas (menos de 5 pontos de diferença) conforme o sexo da criança (os pontos são favoráveis às meninas), de acordo com o meio de residência (favorável aos meios urbanos) e de acordo com o estado civil da mãe (favorável às mães casadas ou em união de facto).

### III.5.2. ASPETOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA ALIMENTAÇÃO DA CRIANCA

No âmbito deste inquérito, algumas perguntas não se referem ao estado nutricional das crianças, mas sim sobre as práticas familiares em matéria de alimentação. Em primeiro lugar, pode-se ter uma informação sobre o número de refeições que a criança fez na véspera do inquérito (quadro 33, a seguir). As crianças que ainda estão a ser amamentadas de forma exclusiva no momento do inquérito não são incluídas aqui.

Quadro 33 Número de refeições feitas pelas crianças na véspera

Número de refeições	NS	1	2	3	4	5 e +	Total
Efetivos	3 838	804	2 613	23 523	16 129	16 880	59 949
%	-	1,3%	4,4%	39,2%	26,9%	28,2%	100,0%
% acumulada	-	1,3%	5,7%	44,9%	71,8%	100,0%	

Nota-se que a grande maioria das crianças (94%) fez, pelo menos, três refeições na véspera do inquérito: 39% fez três, 27% quatro, e 28% cinco. Apenas 5% das crianças fez uma refeição (1%) ou duas refeições (4%) no dia anterior ao inquérito. Análises complementares mostraram que as crianças que fizeram uma ou duas refeições têm um ano ou menos e ainda estão a ser amamentadas. Constata-se também que as mães de 3838 das crianças não sabem como responder já que as crianças tanto poder ter comido em casa ou juntamente com a mãe. Cruzou-se esta resposta com a presença da criança em casa no dia referido constatando-se que 75% das crianças estava em casa (sem que se saiba se a mãe estava também em casa).



Essas informações podem ser complementadas pelas perceções das mães em saber, por um lado, se os filhos têm o suficiente para comer e, por outro lado, se os alimentos são de razoável qualidade. Trata-se de uma apreciação qualitativa feita pelas mães com os riscos que isso acarreta<sup>7</sup>. As respostas são apresentadas nos quadros 34 e 35, a seguir.

Quadro 34
Suficiência de alimentos e número de refeições feitas na véspera do inquérito

Número de refeições	,	1	2		3		4 e mais		Total	
Comida suficiente?	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim, sempre	419	52,1%	1 152	44,1%	13 568	57,7%	22 310	67,6%	37 449	62,5%
Sim, mas não todos os dias	168	20,9%	1 005	38,5%	5 929	25,2%	6 688	20,3%	13 790	23,0%
Não, em geral	217	27,0%	456	17,5%	4 000	17,0%	4 011	12,2%	8 684	14,5%
Sem comida suficiente	58	26,7%	33	7,2%	199	5,0%	37	0,9%	327	3,8%
Sem apetite	159	73,3%	240	52,6%	3 615	90,4%	3 882	96,8%	7 896	90,9%
Outros	0	0,0%	183	40,1%	186	4,7%	92	2,3%	461	5,3%
Total	804	100%	2 613	100%	23 497	100%	33 009	100%	59 923	100%

De forma geral, dois terços das mães pensa que os filhos têm comida suficiente. Mesmo quando a criança faz apenas uma refeição por dia, 52% das mães declara que o filho tem comida suficiente e esta percentagem atinge 44% quando a criança faz, no máximo, duas refeições. 23% das mães considera que o filho tem comida mais ou menos suficiente, e 14% pensa que a criança não tem, no geral, comida suficiente. A composição das refeições, questão que será abordada mais à frente, terá que ser tida em conta para analisar este aspeto na medida em que algumas mães consideram que os filhos têm comida mais ou menos suficiente ou, por vezes, pouco suficiente, quando a criança come mais de três vezes por dia. É o caso, por exemplo, de 17% das mães cujos filhos fazem três refeições diárias e de 12% das mães cujos filhos mais de quatro vezes por dia. Entre as razões invocadas para explicar a falta de comida, a grande maioria das mães fala de falta de apetite do filho ou que ele não gosta de comer. A percentagem de mães cujas crianças faz uma refeição por dia e que diz que isso deve-se à falta de comida aumenta para 27%, mas, na realidade, este número é muito reduzido.

Para complementar a apreciação da mãe se o filho tem ou não comida suficiente, o questionário interroga também as mães sobre a sua perceção da qualidade dos alimentos que elas dão aos filhos. O cruzamento dessas duas informações é apresentada no quadro 35 a seguir. A maioria das mães (61%) considera que a qualidade dos alimentos que elas dão aos filhos é boa, sabendo que «apenas» 13% dessas 61% considera que a quantidade de comida não é suficiente. Nota-se também que para 24285 crianças (41% da amostra), as mães apreciam positivamente e, em simultâneo, a quantidade

<sup>7.</sup> Esses riscos podem ir nas duas direcções. De facto, por um lado, há o risco da sobre declaração já que pode-se desejar ter mais mesmo se a situação poderia ser considerada aceitável por outros mas também há o risco de não se considerar que há o suficiente, quando a suficiência de comida é habitual e torna-se comum, sem que se pensa referi-lo como tal. É possível que este segundo risco seja maior do que o primeiro.

e a qualidade da alimentação dos filhos. Em sentido contrário, apenas uma minoria das mães (5% da amostra) considera que a qualidade da alimentação dos filhos é má ou não sabe caracterizá-la, e com a perceção de 45% das mães que diz que a quantidade da comida que dá aos filhos não é suficiente.

Quadro 35

Perceções quanto à qualidade e quantidade da alimentação da criança

		Comida suficiente									
Qualidade dos	Sim, s	Sim, sempre		Mais ou menos		Não		Total			
alimentos	N	%	N	%	N	%	N	%	/ Total		
Excelente, boa	24 285	66,3%	6 988	53,7%	4 603	52,1%	35 876	61,3%	12,8%		
Média	11 114	30,3%	5 534	42,5%	2 770	31,3%	19 418	33,2%	14,3%		
Má, não sabe	1 254	3,4%	485	3,7%	1 463	16,6%	3 228	5,5%	45,3%		
Total	36 653	100%	13 007	100%	8 836	100%	58 522	100%	15,1%		

As duas questões seguintes são relativas às condições em que as crianças fazem as refeições (quadro 36 adiante).

Quadro 36 Regularidade dos horários das refeições da criança e auxílio para comer

	Como a criança come ?								
Regularidade dos	Sozinha	Com o auxílio	Com o auxílio de	Total					
horários das refeições?		de um adulto	uma criança	Número	%				
Horários fixos	12 706	16 175	550	29 431	45,4%				
Horários variáveis	19 261	11 344	634	31 239	48,1%				
Quando quer	2 118	1 922	176	4 216	6,5%				
Total	34 085	29 441	1 360	64 886	100,0%				
%	52,5%	45,4%	2,1%	100,0%	-				

Nota-se, primeiramente, que os horários em que as crianças fazem as refeições oscilam de acordo com as famílias. Efetivamente, se 45% das crianças têm horas fixas para comer, 48% comem a horas variáveis e 6% comem quando querem. Num segundo momento, observa-se que 52% das crianças dos 6 meses aos 6 anos comem sozinhas, sem o auxílio de um adulto o que acontece, de forma efetiva, em 45% das crianças. Importa ressalvar que a frequência do auxílio prestado à criança na hora refeição tem muito que ver com a idade da criança. Assim, se 62% das crianças com menos de um ano são auxiliadas na hora de comer, percentagem que diminui significativamente com a idade, 60% ao primeiro ano, 54% aos 2 anos, 46% aos 3 anos, 35% aos 4 anos, 23% aos 5 anos e 13% aos 6 anos. Estes números podem ser interpretados de diversas formas:



- . Em primeiro lugar, este padrão de descida com a idade é absolutamente compreensível. A criança, com o avanço da idade, aumenta as suas capacidades psicomotoras e, progressivamente, vai adquirindo autonomia e capacidade de comer sem auxílio de outras pessoas.
- . Uma segunda interpretação destes números é o fato de se constatar que apenas 35% das crianças com 4 anos seriam auxiliadas na hora das refeições: esta percentagem pode indicar que a grande maioria dos pais ajudaram a criança a adquirir autonomia suficiente ao longo dos primeiros quatro anos de vida.
- . Uma terceira forma de interpretação deste padrão com a idade é, pelo contrário, o fato de se observar que, se 60% das crianças com um ano são auxiliadas nas refeições, as restantes 40% não são auxiliadas. Contrariamente à interpretação anterior, isto poderia indicar que certos pais desejam positivamente as crianças realizarem atividades que desenvolvam a sua autonomia, mas também poderia indicar que a criança é um pouco abandonada à sua sorte e não recebe a atenção devida.

No total, e embora a interpretação da expressão «a criança é auxiliada» por parte das mães varie conforme a pessoa interrogada, observa-se que há razões para dar mais informações às famílias sobre as ações que elas poderiam por em prática tendo em vista o desenvolvimento psicomotor da criança e sua progressiva autonomia gestual.

Para além das modalidades específicas na hora das refeições, quer-se saber também se a criança consome água de qualidade adequada. 65% das crianças tem acesso à água potável o que quer dizer que 35% das crianças contenta-se com uma água disponível de qualidade duvidosa ( o que não significa que, em todos os lugares, a água não tenha qualidade). Constata-se também uma ligeira variabilidade no acesso à água potável em função das características das crianças. Assim, a disponibilidade de água potável reduz-se consideravelmente em função do nível de pobreza: 48% das crianças originárias das famílias mais pobres têm acesso à água potável contra 75% das crianças das famílias mais ricas. Se não existe nenhuma diferenciação de acordo com o meio de residência (urbano ou rural), parece que a probabilidade de acesso à água potável varia de acordo com a zona de residência: 48% para as ilhas de São Nicolau, Fogo e Brava, 53% para Santo Antão e São Vicente, à volta de 65% para Santiago, Sal, Boavista e Maio.

### III.5.3. A COMPOSIÇÃO DAS REFEIÇÕES DA CRIANÇA NA VÉSPERA DO INQUÉRITO

Uma importante fonte de informações no inquérito é relativa aos alimentos que os pais deram aos filhos durante o dia que antecedeu o inquérito. Para as refeições da manhã, da tarde e da noite, o inquérito apresenta uma lista composta por: i) arroz ou cereais ii) pão, iii) leite ou produtos lácteos, iv) carne, v) peixe ou ovos, vi) tubérculos, vii) outros legumes, viii) frutas, ix) bebidas (outras que não a água), e x) outros alimentos. Para cada uma das principais refeições, as mães têm possibilidade de citar 4 alimentos. No geral, isso dá uma grande quantidade de informações que precisa de ser resumida, e de duas formas complementares: por um lado, descrevendo os alimentos que

foram consumidos nas refeições, e por outro lado, identificando a diversidade dos alimentos que constituem as refeições, e identificando as crianças que não consumiram nem proteínas nem frutos em nenhuma das três refeições do dia. O quadro 37, adiante, fornece a lista dos alimentos que as mães deram aos filhos em cada uma das refeições do dia.

Quadro 37

Distribuição dos alimentos consumidos nas diferentes refeições

Alimentos consumidos pela		da manhã	Refeição	da tarde	Refeição	da noite
criança nas difer. refeições?	Número	%	Número	%	Número	%
Cereais	53 176	40,0%	52 466	32,4%	49 393	33,4%
Trigo	37 156	28,0%	9 338	5,8%	13 181	8,9%
Arroz	9 645	7,3%	38 567	23,8%	30 181	20,4%
Milho	6 375	4,8%	4 561	2,8%	6 031	4,1%
Proteínas	50 333	37,9%	46 907	29,0%	47 196	31,9%
Leite / produtos lácteos	44 063	33,2%	8 655	5,3%	16 719	11,3%
Carne, Peixe	3 691	2,8%	34 931	21,6%	29 106	19,7%
Ovos	2 579	1,9%	3 321	2,0%	1 371	0,9%
Frutas	14 180	10,7%	47 689	29,4%	37 418	25,3%
Legumes	295	0,2%	10 439	6,4%	7 327	5,0%
Tubérculos	1 522	1,1%	17 883	11,0%	15 303	10,4%
Leguminosas	3 264	2,5%	16 446	10,2%	13 509	9,1%
Frutos	9 099	6,9%	2 921	1,8%	1 279	0,9%
Bebidas (outras que não a água)	7 248	5,5%	9 572	5,9%	7 653	5,2%
Bebidas	6 165	4,6%	5 395	3,3%	4 866	3,3%
Soda	1 083	0,8%	4 177	2,6%	2 787	1,9%
Outros alimentos	7 389	5,6%	4 040	2,5%	4 040	2,7%
Nada	462	0,3%	1 340	0,8%	2 054	1,4%
Total	132 788	100,0%	162 014	100,0%	147 754	100,0%

As células do quadro correspondentes aos quatro tipos de alimentos mais citados em cada refeição estão destacadas a azul. Vê-se então que o arroz, seguido dos produtos lácteos, do trigo, e a da carne e do peixe são, de longe, os alimentos mais mencionados. Com efeito, no conjunto das refeições do dia, 17% das respostas dadas pelas mães cita o arroz e os produtos lácteos e 14% cita o trigo, a carne e o peixe.

O regime alimentar das crianças cabo-verdianas é completado por frutas e legumes, que também são citados mas de forma um pouco menos frequente de manhã e à noite. Representam 11% dos alimentos consumidos ao pequeno-almoço, 29% ao almoço e 25% ao jantar.



A situação média e global que acaba de ser descrita pode sofrer consideráveis variações de uma família para outra. Para se ter uma melhor perceção do regime alimentar das crianças, faz-se uma análise individual, por um lado, da diversidade dos alimentos consumidos ao longo do dia de referência (na véspera do inquérito) e, por outro lado, analisando até que ponto esta diversidade mais ou menos significativa engloba, ou não, um ou outro grupo de alimentos de referência<sup>8</sup> (quadro 38, a seguir). Não se faz a distinção da idade da criança, porque uma análise prévia mostrou a pequena diferença existente de acordo com este critério, exceptuando as crianças com menos de um ano, cujo regime alimentar é, de forma lógica, menos diversificada do que o das crianças mais velhas. Constata-se então que 57% das crianças com menos de um ano consumiu um a dois tipos de alimentos na véspera da visita do inquiridor e 43% consumiu 3 a 5 tipos. Assim sendo, fez-se as seguintes análises.

Quadro 38

Diversidade dos alimentos nas refeições das crianças ( 1 a 6 anos) durante o dia

Núm. de alimentos	Total			Proteína			
(crianças de 1 a 6 anos)	Número	%	%acumul.	Com	Sem	% sem	
1	43	0,1%	0,1%	0	43	0,6%	
2	375	0,7%	0,8%	178	197	2,9%	
3	4 783	8,9%	9,7%	2 612	2 171	32,1%	
4	14 554	27,1%	36,8%	11 204	3 350	49,5%	
5	20 319	37,9%	74,7%	19 527	792	11,7%	
6	9 897	18,4%	93,1%	9 685	211	3,1%	
7	3 520	6,6%	99,7%	3 520	0	0,0%	
8	157	0,3%	100,0%	157	0	0,0%	
Total	53648	100,0%	-	46 883	6 764	100,0%	
Núm. de alimentos	Carne ou pe	ixe		Frutas e legi	umes		
Núm. de alimentos (crianças de 1 a 6 anos)	Carne ou pe	ixe Sem	% sem	Frutas e legu Com	umes Sem	% sem	
			% sem 0,3%			% sem	
(crianças de 1 a 6 anos)	Com	Sem		Com	Sem		
(crianças de 1 a 6 anos)	Com 0	Sem 43	0,3%	Com 0	Sem 43	0,3%	
(crianças de 1 a 6 anos)  1 2	Com 0 0	Sem 43 375	0,3% 3,0%	Com 0 11	Sem 43 364	0,3% 2,7%	
(crianças de 1 a 6 anos)  1  2  3	Com 0 0 902	Sem 43 375 3 881	0,3% 3,0% 30,7%	Com 0 11 1766	Sem 43 364 3 017	0,3% 2,7% 22,7%	
(crianças de 1 a 6 anos)  1 2 3 4	Com 0 0 902 8 529	Sem 43 375 3 881 6 025	0,3% 3,0% 30,7% 47,7%	Com 0 11 1 766 7 666	Sem 43 364 3 017 6 888	0,3% 2,7% 22,7% 51,8%	
(crianças de 1 a 6 anos)  1  2  3  4  5	Com  0  902  8 529  18 369	Sem 43 375 3 881 6 025 1 950	0,3% 3,0% 30,7% 47,7% 15,4%	Com 0 11 1 766 7 666 17 804	Sem 43 364 3 017 6 888 2 515	0,3% 2,7% 22,7% 51,8% 18,9%	
(crianças de 1 a 6 anos)  1 2 3 4 5	Com  0  902  8 529  18 369  9 542	Sem  43  375  3 881  6 025  1 950  355	0,3% 3,0% 30,7% 47,7% 15,4% 2,8%	Com  0 11 1766 7666 17804 9440	Sem  43  364  3 017  6 888  2 515  457	0,3% 2,7% 22,7% 51,8% 18,9% 3,4%	

<sup>8.</sup> Os grupos de alimentos são: cereais (trigo, arroz e milho), produtos lácteos, carne e/ou peixe, ovos, legumes (legumes, leguminosas, tubérculos), frutas, bebidas ( excepto soda).

Realça-se também que um regime alimentar pouco diversificado não significa necessariamente que haja falta de proteínas, de carne ou peixe, ou de frutas e legumes (células azuis no quadro). Nota-se que as crianças cujo regime alimentar é constituído por menos de três tipos de alimentos representam «apenas» 26% das crianças que não consomem frutas e legumes, 36% das que não consomem proteínas e 34% das que não comem carne. A percentagem de crianças que não consome proteínas, carne, peixe, frutas e legumes, é, de facto, maior entre as que, no entanto, têm um regime alimentar composto por quatro grupos de alimentos (células rosa do quadro).

Por fim, observa-se que a falta de frutas e legumes e da carne e peixe caracteriza o regime alimentar de uma percentagem importante das crianças. 25% diz não ter consumido nem frutas nem legumes (13301 crianças sobre 53649) e 23% nem carne nem peixe (12629 sobre 53648 crianças) na véspera do inquérito. Para algumas crianças, o consumo de ovos compensa, em parte, a falta de carne ou de peixe já que se observa que 87% das crianças consome proteínas o que indica que, mesmo assim, 14% das crianças (6764 crianças sobre 53647) não consumiu proteínas nas refeições na véspera do inquérito.

De forma complementar, é interessante analisar a distribuição da população de crianças de 1 aos 6 anos, baseada no cruzamento entre, por um lado, a presença de frutas e, de outro lado, da carne ou peixe no regime alimentar da criança (quadro 39, a seguir).

Quadro 39 Distribuição de acordo com a presença ou não de carne ou de frutas/legumes

Carne e/ou peixe	Frutos e/o	Total	
	Não	Sim	
Não	3 102 (5,8 %)	9 526 (17,8 %)	12 628 (23,5 %)
Sim	10 199 (19,0 %)	30 820 (57,4 %)	41 019 (76,5 %)
Total	13 301 (24,8 %)	40 346 (75,2 %)	53 647 (100 %)

Nota-se que em 53647 crianças da população abordada, 6% não consumiu nem carne, nem peixe, nem frutas, nem legumes ao longo da véspera do inquérito. Em sentido contrário, as refeições de 57% das crianças foram constituídas por carne, frutas e legumes. No total, observam-se carências alimentares em 37% (17,8% + 19,0%) das crianças, que consumiu apenas um grupo de alimentos sobre dois, e, numa maior escala, nos 6% que não consumiu nem carne, nem peixe, nem fruta, nem legumes. Existem, sem dúvida, disparidades entre as crianças do país no que tange à alimentação.

Pode ser interessante tentar identificar as possíveis características contextuais e sociais das crianças, cujo regime alimentar na véspera do inquérito não foi constituído ou por nenhum desses alimentos, ou só por um. As análises mostram que a probabilidade de estar nesta situação é mais



forte em São Nicolau, Fogo e Brava, onde ela (a probabilidade) é de 56%, contra 45% em Santo Antão e São Vicente, 43% no Sal, Boavista e Maio e 37% em Santiago. Por outro lado, quanto mais pobre é a família, mais são as possibilidades da criança não consumir nenhum ou apenas um desses alimentos: esta probabilidade é de 58% para as crianças que pertencem à Quintil 1,37% para as do Quintil 3 e 26% para as do Quintil 5. Finalmente, quanto menos as mães estudaram as mães durante a juventude, maior é a possibilidade dos filhos não consumirem carne ou peixe, e/ou frutas e legumes. Os riscos de carência são de 48% para as crianças cujas mães não estudaram ou estudaram pouco, contra 45% para as crianças cujas mães estudaram durante 5 a 6 anos e 38% para as crianças cujas mães frequentaram, pelo menos, o ensino secundário.

No total, juntando as informações sobre a amamentação das crianças, seus regimes alimentares, as condições em que fazem as refeições e as perceções que as mães têm dos alimentos que dão aos filhos, tem-se um indicador das práticas familiares em matéria de alimentação. A distribuição deste indicador, que varia de 0 a 22 (com uma média de 13,3), mostra que, se 37% das crianças beneficia de condições muito favoráveis no que tange à alimentação (com uma pontuação superior a 15), e 52% com condições razoavelmente favoráveis (pontuação compreendida entre 8 a 15), ainda assim 11% encontra-se numa situação mais preocupante (pontuação inferior ou igual a 7), com, nomeadamente, uma alimentação insuficiente e pouco diversificada.

## II.6 RELATIVO AO REPOUSO E AO SONO DA CRIANÇA

No inquérito, as mães são interrogadas sobre suas práticas relativas ao sono e ao repouso dos filhos, nomeadamente a quantidade de sono da criança e das condições em que elas se deitam e dormem.

Uma primeira informação refere-se, em princípio, ao número médio de horas de sono que as mães querem que o filho respeite. Uma parte das respostas a estas questões não é explorável<sup>9</sup>: quando as mães respondiam que elas obrigavam a criança a dormir um certo número de horas, elas deviam, de seguida, dizer o número de horas que obrigavam a criança a dormir, mas as respostas variam de uma hora a mais de vinte horas de sono. Pode-se analisar com precaução, se as mães declaram se obrigam ou não as crianças a dormir um certo número de horas. As respostas são apresentadas no quadro 40, a seguir.

<sup>9.</sup> As instruções dadas ao inquiridor explicam, em parte, este tipo de resultado.

Quadro 40

Gestão do tempo de sono da criança

Tempo de sono	0 a 2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de sono obrigatório	12 463	40,9%	10 559	53,6%	10 366	55,6%	33 388	48,5%
Sem tempo de sono obrigatório	16 465	54,1%	8 770	44,5%	7 869	42,2%	33 104	48,1%
Não sei	1 532	5,0%	371	1,9%	405	2,2%	2 308	3,4%
Total	30 460	100,0%	19 700	100,0%	18 640	100,0%	68 800	100,0%

Notam-se práticas muito distintas nesta questão: se 48% das mães obriga o filho a respeitar um certo número de horas de sono, 48% não obriga a criança a dormir e 3% não sabe responder. Observa-se que, à medida que as crianças crescem, as mães tendem a faze-las respeitar um certo número de horas de sono: a percentagem de mães que o faz varia de 41% para as crianças com menos de 2 anos, a 54% para as crianças com idade compreendida entre os 3 e 4 anos e 56% quando ela tem mais de 5 anos.

Para além da quantidade de sono da criança, o questionário interessa-se também pela atenção que a mãe dá ao sono da criança e nomeadamente aos sinais que a criança dá e que permite à mãe ver que está com sono. Os resultados são apresentados no quadro 41, a seguir.

Quadro 41 **Atenção dada pelas mães aos sinais de sono da criança** 

Sinais de sono	0 a 2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Capricho	3 685	12,7%	1 628	9,0%	668	4,0%	5 981	9,4%
Agitação	2 248	7,8%	594	3,3%	706	4,3%	3 548	5,6%
Olhos fechados	6 790	23,4%	5 234	28,9%	4 078	24,7%	16 102	25,3%
Choro	11 152	38,5%	947	5,2%	102	0,6%	12 201	19,2%
Ela di-lo	4 652	16,0%	8 306	45,9%	9 404	56,9%	22 362	35,2%
Outro	464	1,6%	1 375	7,6%	1 575	9,5%	3 414	5,4%
Nao faço atenção	1 304	4,5%	1 629	9,0%	1 769	10,7%	4 702	7,4%
Total	28 991	100,0%	18 084	100,0%	16 533	100,0%	63 608	100,0%

A grande maioria das mães presta atenção aos sinais que indicam que o filho está com sono: apenas



7% diz que não presta atenção. Esta percentagem aumenta a medida que a criança vai crescendo: se 4% das mães são pouco atenciosas em relação ao sono da criança quando ela tem menos de 2 anos, cerca de 10% dão mais atenção quando a criança tem mais de 3 anos. Observa-se, de seguida, que as mães sabem quando o filho está com sono quando esta a diz (35%), percentagem que aumenta, de forma lógica, à medida que a criança vai crescendo (16% entre as crianças mais novas contra 46% quando a criança tem 3 ou 4 anos e 57% quando ela tem 5 ou 6 anos). Esta resposta é ambivalente, já que, por um lado, ela poderia indicar uma falta de atenção da mãe, com esta a ficar à espera que o filho lhe diga que está com sono antes de, efetivamente, dar conta. Todavia, a questão não foi colocada com escolhas múltiplas pelo que não se pode dizer que foi este o caso, ou se a mãe citou este sinal como poderia ter citado outros. Muitas mães também dão conta que o filho quer dormir quando este começa a fechar os olhos e quando começa a chorar. O choro é muito mais mencionado quando a criança é mais nova.

É perguntado também às mães se os filhos fazem a sesta, e se sim, em que circunstâncias eles a fazem. O quadro 42, a seguir, apresenta as respostas obtidas.

Quadro 42 A prática da sesta de acordo com a idade da criança

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Sesta?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sim	26 332	86,4%	12 600	63,9%	8 644	46,4%	47 576	69,1%
Na cama	24 438	93,9%	12 118	96,9%	7 926	91,7%	44 482	94,3%
Onde ela dorme	1 337	5,1%	317	2,5%	702	8,1%	2 356	5,0%
Outro	245	0,9%	68	0,5%	16	0,2%	329	0,7%
Não	4 153	13,6%	7 113	36,1%	9 996	53,6%	21 262	30,9%
Total	30 485	100,0%	19 713	100,0%	18 640	100,0%	68 838	100,0%

De forma geral, a medida que a criança cresce, menos ela faz a sesta: quase todas (86%) fazem-na com menos de 2 anos, mas a percentagem diminui para 64% quando a criança tem entre 3 e 4 anos, e não são mais que 46% a faze-la entre os 5 e 6 anos. As declarações segundo as quais as crianças não fazem a sesta, nomeadamente quando são mais novas (14% no caso), estão sem dúvida ligadas, em parte, à formulação da questão e interrogam o que as mães entendem por «fazer a sesta». Quando as crianças fazem a sesta, a grande maioria delas (84%) fá-la na sua cama, apenas 5% faz a sesta lá onde dormiram.

De forma complementar, o inquérito explora as condições em que a criança vai para cama e dorme,

bem como as condições de acompanhamento da criança na hora de deitar. Uma primeira questão analisa onde a criança dorme. O quadro 43, a seguir, apresenta as respostas obtidas sobre este aspeto.

Quadro 43 O suporte material em que a criança dorme

Suporte para dormir	Número	%
Numa cama c/ colchão	59 506	86,4%
Numa cama s/ colchão	63	0,1%
Num colchão no chao	2 339	3,4%
Numa esteira	143	0,2%
Num berço	6 531	9,5%
No chão	225	0,3%
Outros	31	0,0%
Total	68 838	100,0%

A maioria das crianças dorme em boas condições, ou numa cama com um colchão (86%), ou num berço (9%). 3% dorme em condições um pouco mais precárias, num colchão colocado no chão.

O inquérito apresenta, por outro lado, em que posição a criança dorme (quadro 44, adiante). 42% das crianças dorme de barriga, 32% alterna diferentes posições, 16% dorme de lado e 9% dorme de costas. Apenas 0,4% das mães diz não poder indicar em que posição o filho dorme.

Quadro 44

Posição da criança enquanto dorme

Posição de dormir	Número	%
De lado	11 212	16,3%
Alternada	22 363	32,5%
De barriga	28 635	41,7%
De costas	6 212	9,0%
Não sabe	299	0,4%
Total	68 721	100,0%

As mães são interrogadas a seguir sobre quem dorme com a criança. As respostas são apresentadas no quadro 45, a seguir.

#### Quadro 45



#### Pessoas que dormem com a criança

Quem dorme com	0 a 2	anos	3 e 4	3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
a criança?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Sozinha	2 486	8,2%	2 631	13,3%	3 207	17,2%	8 324	12,1%	
Com a mãe	17 509	57,4%	8 891	45,1%	6 763	36,3%	33 163	48,2%	
Com o pai	214	0,7%	585	3,0%	413	2,2%	1 212	1,8%	
Com os pais	6 047	19,8%	2 451	12,4%	773	4,1%	9 271	13,5%	
Com outras crianças	2 389	7,8%	2 761	14,0%	4 906	26,3%	10 056	14,6%	
Com outras crianças e adultos	785	2,6%	1 000	5,1%	1 027	5,5%	2 812	4,1%	
Com outros adultos	1 054	3,5%	1 394	7,1%	1 550	8,3%	3 998	5,8%	
Total	30 484	100,0%	19 713	100,0%	18 639	100,0%	68 836	100,0%	

A maioria das crianças dorme ou com a mãe ou com o pai ou com os dois. Quando a criança é mais nova, tem maior tendência para dormir com os dois, pois 78% das crianças com menos de 2 anos dorme com os dois (pai e mãe) contra 60% das com idade compreendida entre 3 e 4 anos e 43% das com mais de 5 anos. As outras crianças dormem, sobretudo, com outras crianças ou então sozinhas, particularmente, quando têm mais de 5 anos.

Por fim, uma questão relativa à declaração da mãe quanto ao seu comportamento no momento em que a criança se deita, momento considerado privilegiado para a relação mãe – filho. As respostas obtidas estão registadas no quadro 46, a seguir.

Quadro 46

Acompanhamento da crianca ao deitar

Acompanhamento	0 a 2 anos		3 e 4	3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
ao deitar	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Coloco-o na cama	15 815	51,9%	8 022	40,7%	5 213	28,0%	29 050	42,2%	
Falo com ele, em- balo-o um pouco	7 958	26,1%	1 710	8,7%	1 081	5,8%	10 749	15,6%	
Falo com ele, emba- lo-o algum tempo	2 769	9,1%	789	4,0%	134	0,7%	3 692	5,4%	
Conto-lhe uma estória	390	1,3%	338	1,7%	392	2,1%	1 120	1,6%	
Ela deita-se sozinha	3 520	11,6%	8 854	44,9%	11 820	63,4%	24 194	35,2%	
Total	30 452	100,0%	19 713	100,0%	18 640	100,0%	68 805	100,0%	

O acompanhamento da criança à hora de deitar varia de acordo com a idade das crianças. Quando

elas têm menos de 2 anos, as mães colocam-nas na cama (52%), falam com elas e embalam-nas um pouco (26%) ou durante mais tempo (9%). Nota-se, no entanto, que 12% das crianças deitam-se sozinhas. Quando as crianças são mais velhas, naturalmente, deitam-se sozinhas em maior número. Elas representam 45% das crianças com idade compreendida entre 3 a 4 anos e 63% das com mais de 5 anos. As mães que acompanham os filhos dizem, sobretudo, que os colocam na cama (41% entre as com 3 a 4 anos e 28% entre as com mais de 5 anos). Isto indica que a hora de deitar não é considerada, por essas mães, como um momento propício interações com os filhos. Nota-se, na realidade, que se as mães falam pouco com os filhos quando estes vão deitar, poucas mães também aproveitam este momento para contar estórias aos filhos.

Foi elaborado um índice global da atenção que a mãe presta ao filho a partir das questões referentes à sesta, dos sinais que indicam às mães que os filhos têm vontade de dormir e das condições de acompanhamento na hora de deitar. O índice varia de 0 a 7 e a sua média é de 4,1. Nota-se, por um lado, que 19% das mães da amostra obtêm uma pontuação (inferior a 2) que demonstra uma fraca pró-atividade neste domínio, por outro lado, que 35% têm uma pontuação (de 3 ou 4) o que significa uma atenção razoável ao sono dos filhos, e finalmente, que 46% das mães prestam grande atenção às condições de repouso e de sono dos seus filhos (pontuação superior a 5).

# **II.7**RELATIVO ÀS PRÁTICAS FAMILIARES EM MATÉRIA DE HIGIENE

A primeira questão refere-se às explicações dadas pela mãe ao filho em relação à importância da higiene. O quadro 47, a seguir, apresenta as respostas dadas pelas mães sobre este aspeto.

Quadro 47 Explicações dadas pela mãe à criança em relação à importância da higiene

Explica a	< 1 ano	2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total
importância da higiene	Número	Número	%	Número	%	Número	%	Número
Faço-o frequentemente	1 994	5 375	50,7%	12 900	65,4%	13 723	73,6%	33 992
Faço-o algumas vezes	1 233	2 403	22,7%	4 523	22,9%	3 959	21,2%	12 119
Faço-o raramente	676	640	6,0%	666	3,4%	459	2,5%	2 441
Nao o faço nunca	550	222	2,1%	676	3,4%	148	0,8%	1 595
Não se coloca a questão	15 323	1 963	18,5%	949	4,8%	352	1,9%	18 587
Total	19 776	10 603	100,0%	19 714	100,0%	18 641	100,0%	68 734

Ainda que esta questão, sem surpresas, praticamente não seja abordada pela mãe antes que a criança



complete dois anos, ela (a questão) é, depois, progressivamente integrada nas práticas das mães. Observa-se que a partir dos dois anos, a maioria das mães explicam frequentemente aos filhos a importância da higiene. É o caso de metade das crianças de 2 anos, 65% das crianças de 3 e 4 anos e 74% para as com mais de 5 anos. Se a estas crianças juntarmos as que, por vezes, recebem explicações conclui-se que as mães são bastante pró-ativas neste aspeto (o que acontece com 73% das crianças de 2 anos, 88% das de 3 e 4 anos e 95% das de 5 e 6 anos). Apenas uma minoria de crianças não é sensibilizada em relação à importância da higiene e à medida que elas crescem a percentagem vai diminuindo: 27% das crianças com 2 anos, 12% das com 3 e 4 anos e 5% entre as mais velhas (é importante juntar as mães que dizem que raramente ou nunca dão explicações aos filhos e as que dizem que as crianças são ainda muito novas para entenderem estas questões – não lhes dizem respeito).

Tomar banho é, forçosamente, uma atividade muito importante para as crianças mais jovens. Os quadros 48 e 49, adiante apresentam as respostas dadas pelas mães que foram interrogadas sobre este aspeto. O primeiro quadro (quadro 48) refere-se à frequência com que a criança toma banho, de acordo com a sua faixa etária. Quase todas as crianças com idade compreendida dos 6 meses aos 6 anos tomam um banho diário, com pouco mais de 90% a tomar mais de um banho por dia. Os resultados mostram práticas muito boas relativas ao banho da criança.

Quadro 48 Frequência de banhos da criança

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4 anos		5 e 6	anos	Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diversas vezes por dia	27 727	91,0%	17 989	91,3%	16 977	91,1%	62 693	91,1%
Uma vez por dia	2 689	8,8%	1 649	8,4%	1 620	8,7%	5 958	8,7%
Diversas vezes por semana	69	0,2%	74	0,4%	11	0,1%	154	0,2%
Uma vez ou me- nos por semana	0	0,0%	0	0,0%	32	0,2%	32	0,0%
Total	30 485	100,0%	19 712	100,0%	18 640	100,0%	68 837	100,0%

De forma complementar, questiona-se sobre quem ajuda a criança na hora de tomar banho. Como se pode ver nas informações registadas no quadro 49, adiante, é a mãe que mais ajuda a criança, seja qual for a idade desta: 82% dá banho aos filhos quando estes têm menos de 2 anos, 76% quando eles têm entre 3 e 4 anos e 58% quando eles têm mais de 5 anos. Nas duas últimas faixas etárias, as que não são ajudadas pelas mães, contam com ajuda, sobretudo, por um outro adulto da família que não os pais (12% entre as com 3 e 4 anos e 13% entre as velhas). Nota-se que o papel do pai neste tipo de atividades continua sendo irrelevante, conforme se constata pelos cerca de 2% de pais que participa nessas atividades, seja qual for a idade da criança. Nota-se ainda que 20% das crianças de 5 e 6 anos toma banho sozinho.

Quadro 49

### Com quem a criança toma banho

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	3 e 4 anos		anos	Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
A mãe	25 154	82,5%	14 970	75,9%	10 896	58,5%	51 020	74,1%
O pai	542	1,8%	409	2,1%	722	3,9%	1 673	2,4%
Criança da família	655	2,1%	297	1,5%	754	4,0%	1 706	2,5%
Outro adulto da família	2 450	8,0%	2 443	12,4%	2 390	12,8%	7 283	10,6%
Empregada doméstica	669	2,2%	369	1,9%	0	0,0%	1 038	1,5%
Adultos de outra família	264	0,9%	82	0,4%	121	0,6%	467	0,7%
Criança de outra família	18	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	18	0,0%
Sozinha	733	2,4%	1 143	5,8%	3 756	20,2%	5 632	8,2%
Total	30 485	100,0%	19 713	100,0%	18 639	100,0%	68 837	100,0%

As mães são seguidamente interrogadas sobre a prática da lavagem das mãos depois das refeições e depois das necessidades fisiológicas. O quadro 50, a seguir, resume as informações obtidas sobres estas duas questões que são analisadas em conjunto.

Quadro 50 Frequência de lavagem das mãos antes das refeições e depois das necessidades fisiológicas

Faixa etária	0 a 2 anos		3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Lavagem antes das refeições ?									
Sim, sempre	11 135	36,5%	10 543	53,5%	12 141	65,1%	33 819	49,1%	
Sim, nem sempre	4 579	15,0%	6 952	35,3%	5 081	27,3%	16 612	24,1%	
Raramente	1 478	4,9%	1 388	7,0%	1 212	6,5%	4 078	5,9%	
Nunca	1 164	3,8%	300	1,5%	106	0,6%	1 570	2,3%	
Não se coloca a questão	12 118	39,8%	529	2,7%	100	0,5%	12 747	18,5%	
Total	30 474	100,0%	19 712	100,0%	18 640	100,0%	68 826	100,0%	



Lavagem depois das necessidades fisiológicas?										
Sim, sempre	10 118	33,2%	11 184	56,7%	12 505	67,1%	33 807	49,1%		
Sim, nem sempre	3 584	11,8%	5 613	28,5%	3 806	20,4%	13 003	18,9%		
Raramente	1 075	3,5%	1 572	8,0%	1 478	7,9%	4 125	6,0%		
Nunca	1 867	6,1%	900	4,6%	705	3,8%	3 472	5,0%		
Não se coloca a questão	13 833	45,4%	444	2,3%	146	0,8%	14 423	21,0%		
Total	30 474	100,0%	19 712	100,0%	18 640	100,0%	68 826	100,0%		

Sem surpresa, esta questão não abrange as crianças mais novas, sabendo que, de forma geral, a lavagem regular das mãos vai aumentando consideravelmente com a idade da criança. No que se refere à lavagem antes das refeições, se 53% das crianças de 3 e 4 anos lava as mãos frequentemente (« sempre »), 65% das com mais de 3 anos também o fazem («sempre«). Se acrescentarmos as que lavam as mãos quase sempre, constata-se que 89% das crianças de 3 e 4 anos e 92% das de 5 e 6 anos têm hábitos muito bons neste aspeto. Relativamente a lavagem das mãos depois das necessidades fisiológicas, notam-se números mais reduzidos, mesmo assim, a grande maioria das crianças lava as mãos todos os dias ou quase todos os dias. No geral, se «apenas» 11% das crianças com 3 e 4 anos e 8% das crianças com 5 e 6 anos não lava as mãos antes das refeições (juntando as respostas «raramente», «nunca», e «não lhe diz respeito»), 15% e 12% respetivamente não lavam as mãos depois das necessidades fisiológicas. Para essas crianças, existem portanto progressos a serem feitos com o objetivo de melhorar as práticas em matéria de higiene.

Para completar as questões referentes às práticas relativas à lavagem das mãos, perguntou-se às mães até que ponto as crianças utilizam o sabão para faze-lo. O quadro 51, a seguir, mostra as respostas obtidas. Observa-se que a grande maioria das crianças (pouco mais de 90% entre as com mais de 3 anos) utiliza sempre ou quase sempre o sabão para lavar as mãos.

Quadro 51 Frequência de utilização do sabão para a lavagem das mãos

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Lavagem com sabão?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sim, sempre	13 144	43,1%	11 960	60,7%	13 063	70,1%	38 167	55,4%
Sim, nem sempre	4 773	15,7%	6 157	31,2%	4 492	24,1%	15 422	22,4%
Raramente	992	3,3%	926	4,7%	965	5,2%	2 883	4,2%
Nunca	911	3,0%	260	1,3%	19	0,1%	1 190	1,7%
Não se coloca a questão	10 664	35,0%	410	2,1%	100	0,5%	11 174	16,2%
Total	30 484	100,0%	19 713	100,0%	18 639	100,0%	68 836	100,0%

Após as refeições, há a questão da lavagem dos dentes. O quadro 52, adiante, apresenta as respostas obtidas em relação à questão da frequência com que as crianças lavam os dentes depois das refeições (ou com que frequência as mães fazem-no). Recorda-se que quando as crianças têm os dentes de leite (que podem começar a sair aos seis meses), recomenda-se que sejam lavados com água à noite (e com uma escova especial). Depois recomenda-se duas lavagens por dia, com um pouco de dentífrico, quando as crianças tiverem 2 anos. Nessa idade pode-se dar uma escova às crianças e ensiná-las como utilizá-la, ficando atrás delas. Só quando as crianças tiverem 5 ou 6 anos é que podem lavar os dentes sozinhas, com o adulto a supervisionar. O importante é implementar, desde cedo, o ritual da lavagem dos dentes, para que as crianças adquiram bons reflexos relativamente à higiene, em particular da higiene buco-dentária.

Quadro 52 *A lavagem dos dentes após as refeições* 

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Lavagem dos dentes	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sim, após as refeições	7 199	23,6%	10 211	51,9%	10 563	56,8%	27 973	40,7%
Sim, mas não após as refeições	5 706	18,7%	8 396	42,7%	7 526	40,5%	21 628	31,5%
Raramente	1 021	3,3%	392	2,0%	250	1,3%	1 663	2,4%
Nunca	7 197	23,6%	524	2,7%	226	1,2%	7 947	11,6%
Não se coloca a questão	9 362	30,7%	146	0,7%	31	0,2%	9 539	13,9%
Total	30 485	100,0%	19 669	100,0%	18 596	100,0%	68 750	100,0%

42% das mães das crianças com menos de 2 anos diz que sempre ou quase sempre lava os dentes dos filhos depois das refeições, enquanto 27% não o faz nunca e 31% considera que os filhos ainda são estão muito novos para serem confrontados com esta questão. Mais da metade das crianças com mais de 3 anos lava sempre os dentes depois das refeições. Se acrescentarmos as crianças que lavam os dentes quase sempre, mas não necessariamente após as refeições, conclui-se que mais de 95% das crianças tem boas práticas em matéria da higiene buco-dentária (essas práticas podem ser, em certa medida, melhoradas pelas crianças que não lavam os dentes depois de todas as refeições). Entre as crianças que lavam os dentes (seja raramente, quase sempre ou sempre), a grande maioria fá-lo com dentífrico, 6% fá-lo com outro produto (sal ou cinzas).

Uma outra questão é relativa ao estado das unhas da criança. Os inquiridores deviam, caso a criança estivesse presente no momento da aplicação do questionário, observar se ela estava ou não com as unhas cortadas. Segundo as observações dos inquiridores, 49% das crianças abordadas na amostra está com as unhas cortadas (quadro 53, adiante). Se a criança não estava em casa, a questão foi posta à mãe. 44% das mães diz que a criança está com as unhas cortadas. No total, apenas 7% das



crianças não está com as unhas cortadas. Nota-se que a percentagem de crianças com unhas cortadas aumenta ligeiramente à medida que as crianças vão crescendo (de 91% quando têm menos de 2 anos a 93% entre as crianças de 3 e 4 anos e 96% entre as com mais de 5 anos).

Quadro 53 Estado das unhas das crianças

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Unhas cortadas?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sim, com observação	17 018	56,2%	8 133	41,7%	8 158	43,8%	33 309	48,7%
Sim, sem observação	10 659	35,2%	9 911	50,8%	9 796	52,6%	30 366	44,4%
Não	2 608	8,6%	1 469	7,5%	686	3,7%	4 763	7,0%
Total	30 285	100,0%	19 513	100,0%	18 640	100,0%	68 438	100,0%

Seguem-se duas questões relativas ao vestuário da criança: a primeira procura saber se a criança dorme com as mesmas roupas que usou durante o dia (quadro 54, adiante) e a segunda questão é relativa a frequência com que são trocadas e lavadas as roupas da criança (quadro 55).

Quadro 54 Roupas usadas durante o dia e roupas de dormir

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	otal	
Dorme c/ a mes- ma roupa usada durante o dia ?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Sim	2 991	9,8%	2 229	11,3%	1 860	10,0%	7 080	10,3%	
Não, muda de roupa	25 701	84,3%	15 679	79,5%	15 009	80,7%	56 389	82,0%	
Nao, dorme sem roupa	1 781	5,8%	1 805	9,2%	1 721	9,3%	5 307	7,7%	
Total	30 473	100,0%	19 713	100,0%	18 590	100,0%	68 776	100,0%	

90% das crianças ( com variações pouco significativas entre os 0 e os 6 anos) não dorme com a mesma roupa usada durante o dia, 82% porque a troca e 8% porque dorme sem roupa. Apenas 10% das crianças dorme com a mesma roupa usada durante o dia.

Os dados encontrados no quadro 55, a seguir, indicam que quase todas as crianças trocam de roupa todos os dias seja qual for a idade. As que não o fazem todos os dias, fazem-no de dois em dias.

Quadro 55 Frequência com que a criança troca de roupa

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6 anos		Total	
Troca de roupa	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Todos os dias	29 400	96,4%	19 514	99,1%	18 330	98,3%	67 244	97,7%
De dois em dois dias	1 084	3,6%	148	0,8%	310	1,7%	1 542	2,2%
Duas vezes por semana	0	0,0%	31	0,2%	0	0,0%	31	0,0%
Total	30 484	100,0%	19 693	100,0%	18 640	100,0%	68 817	100,0%

Por fim, o inquérito mostra o grau de liberdade dada à criança em matéria de higiene. As informações dadas no quadro 56, adiante, mostram um evidente efeito idade. Quando a criança tem menos de 2 anos, são os adultos que tratam das questões de higiene (82%). Esta percentagem diminui para 48% quando as crianças têm 3 e 4 anos. 49% das crianças desta faixa etária, consegue, de certa forma, fazer a sua própria higiene com a ajuda de algum familiar. Dois terços das crianças com 5 e 6 anos são autónomas e os pais já confiam nelas para cuidarem da própria higiene. 24% das crianças desta faixa etária são ajudadas o que constitui uma forma de controlo. Apenas 9% não é autónoma neste aspeto.

Quadro 56 Grau de liberdade dada à higiene em matéria de higiene

Faixa etária	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
A criança ocupa- se da sua própria higiene?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sim, mas é aju- dada.	5 477	18,1%	9 622	48,9%	1 833	23,8%	26 023	38,0%
Sim, temos confiança nela	196	0,6%	606	3,1%	5 196	67,6%	2 635	3,8%
Não	9 841	32,6%	8 348	42,5%	658	8,6%	23 385	34,1%
Não se coloca questão	14 712	48,7%	1 088	5,5%	0	0,0%	16 458	24,0%
Total	30 226	100,0%	19 664	100,0%	7 687	100,0%	68 501	100,0%

No final desta análise aos aspetos relativos à higiene da criança é possível constatar diferentes práticas nas diversas dimensões estudadas. Uma análise realça um indicador sintético que permite uma tipologia de comportamentos. Este indicador vai de 2 a 14 e a sua média fixa-se em 10,7. As mães cabo-verdianas são pró-ativas no que tange à higiene dos filhos tendo em conta que 63% consegue uma pontuação superior a 10 o que demonstra fortes preocupações nesta matéria. 32% das mães obtém uma pontuação compreendida entre 6 e 9, o que indica uma atenção média, apenas 5% tem pontuação inferior a 5, representando uma fraca pró-atividade em relação à higiene dos filhos.



# II.8 RELATIVO ÀS PRÁTICAS FAMILIARES EM MATÉRIA DE PREVENÇÃO E DE CUIDADOS

Esta parte do inquérito é constituída por poucas questões que têm que ver, por um lado, com a disponibilidade de um cartão de vacinação e, por outro lado, um certo número de questões sobre práticas específicas como a tomada de antiparasitários, a frequência de pesagem e o acompanhamento médico. Em primeiro lugar, apresenta-se as informações relativas ao cartão de vacinação. (quadro 57 a seguir).

Quadro 57 Disponibilidade do cartão de vacinação

Faixa etária	0 a 2 anos		3 e 4	3 e 4 anos 5 e 6 anos Total		5 e 6 anos To		tal
Cartão de vacinação ?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sim, visto pelo inquiridor	18 458	60,5%	9 786	49,6%	9 950	53,4%	38 194	55,5%
Sim, mas não foi visto	11 699	38,4%	9 524	48,3%	8 193	44,0%	29 416	42,7%
Não existe	328	1,1%	403	2,0%	477	2,6%	1 208	1,8%
Total	30 485	100,0%	19 713	100,0%	18 620	100,0%	68 818	100,0%

De forma global, se quase todas as crianças (98%) dispõem de um cartão de vacinação, no entanto, o cartão foi mostrado ao inquiridor em apenas metade dos casos (55%). Nota-se que a disponibilidade imediata do cartão é um pouco maior entre as crianças mais novas (60% antes dos 2 anos contra um pouco mais de 50% depois dos 3 anos).

Seguidamente, o questionário explora a frequência com que a criança toma um medicamento ou ingere uma planta antiparasitária. As crianças têm tendência a ter parasitas, nomeadamente quando as condições gerais de higiene da família deixam a desejar, com consequências negativas comprovadas. A OMS reavaliou recentemente a importância da ingerência de um medicamento adequado para o tratamento dos parasitas, com benefícios identificados tanto no plano sanitário como no nutricional. Uma situação que abrange apenas as crianças dos 12 aos 59 meses. As respostas obtidas no âmbito deste estudo (quadro 58, adiante) realçam que a maioria das crianças (67%) de 1 a 5 anos não beneficiou de um tratamento deste tipo ao longo dos seis meses que antecederam o inquérito. Estes números são mais elevados do que na Mauritânia, na Serra Leoa ou em São Tomé e Príncipe onde foram feitos estudos similares. Por outro lado, observa-se que as crianças com menos de 2 anos são as que, em maior número, não tomaram um medicamento ou ingeriram uma planta antiparasitária (73% contra 62% das crianças com mais de 3 anos). O fato de apenas 29% das crianças terem beneficiados de um tratamento mostra o quanto esta prática pode ser melhorada.

Quadro 58 Ingerência de um medicamento ou de uma planta antiparasitária entre os 12 e os 59 meses

Faixa etária	1 e 2 anos		3 a 5	anos	Total		То	Total	
Ingerência de antiparasitários?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Sim	4 948	24,5%	9 463	31,9%	14 411	28,9%	8 324	12,1%	
Não	14 696	72,8%	18 499	62,4%	33 195	66,6%	33 163	48,2%	
NS	547	2,7%	1 707	5,8%	2 254	4,5%	1 212	1,8%	
Total	20 191	100,0%	29 669	100,0%	49 860	100,0%	9 271	13,5%	

Estes números levam-nos a analisar em que medida certas variáveis geográficas ou sociais poderiam ajudar a perceber esta variabilidade global. Modelizou-se a probabilidade (%) das crianças terem ingerido uma planta ou um medicamento antiparasitário ao longo dos seis meses que antecederam o inquérito. Observa-se, em primeiro lugar que as características das crianças e das mães têm uma influência limitada na probabilidade de ter ingerido um antiparasitário (o R2 do modelo fixa-se em 16,2%). Constata-se, de seguida, que a zona de residência é a variável mais discriminante. Assim, se em Santiago elas são 22%, em São Nicolau, Fogo e Brava, Santo Antão e São Vicente são um pouco mais de um quarto, no Sal, Boavista e Maio a percentagem de crianças que ingeriu um antiparasitário sobe para 55%. Essas diferenças são consideráveis. Finalmente, as análises indicam também que quanto mais as mães estudaram durante a juventude, maior é a possibilidade das crianças ingerirem um antiparasitário. As probabilidades das crianças estarem nesta situação varia de 18% quando têm uma mãe que não estudou ou estudou pouco a 32% quando as mães chegaram, pelo menos ao ensino secundário.

As duas últimas questões desta parte do questionário são relativas aos aspetos ligados ao acompanhamento da criança, por um lado, o acompanhamento médico, e por outro lado, a pesagem. As respostas dadas pelas mães estão registadas nos quadros 59 e 60, que se seguem. Nota-se que, relativamente ao acompanhamento médico, o Ministério da Saúde recomenda uma visita semanal ao centro de saúde quando a criança está na faixa dos 0 aos 2 meses, uma visita mensal quando ela tem entre 2 e 24 meses, e uma visita trimestral ou semestral quando ela tem entre 2 e 5 anos. Tendo em conta que não se sabe a idade da criança em meses (as idades em anos foram convertidos em meses no quadro 59), as informações fornecidas pelo inquérito não permitem saber, com exactidão, até que ponto as mães seguem as recomendações do Ministério.



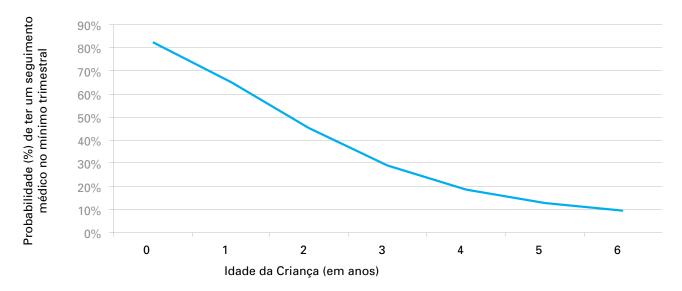
Quadro 59 *Acompanhamento médico da criança* 

Acompannamento medico da chança												
Faixa etária	0-11 r	neses	12-23	meses	24-35	meses						
Acomp. Méd.	Núm.	%	Núm	%	Núm.	%						
Todos os meses	7 477	72,7%	3 778	39,4%	2 755	26,0%						
De 3 em 3 meses	812	7,9%	2 614	27,2%	2 176	20,5%						
Duas vezes por ano	706	6,9%	527	5,5%	614	5,8%						
Uma vez por ano	193	1,9%	544	5,7%	1 251	11,8%						
Nunca	388	3,8%	377	3,9%	639	6,0%						
Se estiver doente	695	6,8%	1 756	18,3%	3 169	29,9%						
Total	10 285	100,0%	9 596	100,0%	10 604	100,0%						
				,								
Faixa etária	36-71			anos	То							
Faixa etária Acomp. Méd.	36-71 Núm.											
		anos	72-83	anos	То	tal						
Acomp. Méd.	Núm.	anos %	72-83 Núm	anos %	To Núm.	tal %						
Acomp. Méd. Todos os meses	Núm. 2 757	anos % 9,3%	72-83 Núm <b>208</b>	anos % 2,4%	To Núm. 16 976	tal % <b>24,7</b> %						
Acomp. Méd. Todos os meses De 3 em 3 meses	Núm. 2 757 3 703	9,3% 12,5%	72-83 Núm 208 404	anos % 2,4% 4,7%	To Núm. 16 976 9 710	tal % 24,7% 14,1%						
Acomp. Méd. Todos os meses De 3 em 3 meses Duas vezes por ano	Núm. 2 757 3 703 3 244	anos % 9,3% 12,5% 10,9%	72-83 Núm 208 404 1 148	anos % 2,4% 4,7% 13,2%	To Núm. 16 976 9 710 6 237	tal % 24,7% 14,1% 9,1%						
Acomp. Méd. Todos os meses De 3 em 3 meses Duas vezes por ano Uma vez por ano	Núm. 2 757 3 703 3 244 3 300	anos % 9,3% 12,5% 10,9% 11,1%	72-83 Núm 208 404 1 148 949	anos % 2,4% 4,7% 13,2% 10,9%	To Núm. 16 976 9 710 6 237 6 236	tal % 24,7% 14,1% 9,1% 9,1%						

Constata-se que as visitas regulares ao centro de saúde diminuem nitidamente a medida que a criança cresce. Se 73% das crianças com menos de 12 meses são levadas ao médico todos os meses e 8% de três em três meses, percentagens que se fixam, respetivamente, em 39% e 27% entre as crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 23 meses. Efetivamente, 19% das crianças dos 0 aos 11 meses e 33% das dos 12 – 23 meses vão, no máximo, duas vezes por ano ao centro de saúde. Quando as crianças são um pouco mais velhas, 52% entre as crianças de 2 anos e 32% entre as de 3 a 5 anos vê um médico, no mínimo, uma vez em cada seis meses. Não há uma recomendação particular para o acompanhamento médico das crianças mais velhas e são as circunstâncias, as oportunidades, as exigências familiares e a doença da criança que determinam o recurso a uma consulta médica. É o caso de 46% das crianças com 6 anos. Constata-se também que é uma situação que abrange 30% das crianças com 2 anos e 39% das de 3 a 5 anos.

Pode-se questionar até que ponto o acompanhamento médico da criança poderia variar de acordo com certas características sociais e geográficas. Avaliou-se então a probabilidade das crianças terem um acompanhamento médico, no mínimo, trimestral de acordo com algumas características. As análises realizadas demonstram, como já se viu anteriormente, que a idade da criança tem uma importância significativa: se a probabilidade de ter um acompanhamento médico regular fixa-se em 83% para as crianças com menos de um ano, esta percentagem diminui consideravelmente à medida que a criança cresce, de 65% para as crianças com um ano a 9% para as com 6 anos (gráfico 2, a seguir)

Gráfico 2 Probabilidade das crianças terem um acompanhamento, no mínimo, trimestral de acordo com a idade



Se o sexo e a zona de residência da criança não têm grande importância (a diferença entre rapazes e meninas é de 2% a favor das meninas; a maior diferença é de 4 pontos entre, por um lado, Santo Antão e São Vicente e Santiago), outras características têm um impacto significativo. É o caso, por exemplo, do nível de rendimentos da família. Nota-se que a probabilidade das crianças terem um acompanhamento médico, no mínimo, trimestral é maior, à medida que as condições de vida são melhores. A percentagem é de 25% entre as famílias mais pobres, 37% entre as famílias da classe média e 40% entre as mais ricas. Da mesma forma, o meio de residência introduz diferenças sendo que as crianças que residem no meio rural têm menos possibilidades de acesso a acompanhamento médico regular (29% contra 40% das do meio urbano). É o caso também das crianças cujas mães não estudaram e em que a possibilidade de acompanhamento médico, no mínimo, trimestral é de 27% contra um pouco mais de 35% das crianças cujas mães frequentaram, pelo menos, o ensino primário.

A última questão tem que ver com a frequência de pesagem da criança durante o ano que antecedeu o inquérito (quadro 60, a seguir). Se a pesagem regular da criança é uma prática algo corrente entre as crianças mais novas, ela é algo limitada entre as mais velhas. Assim 90% das mães de crianças com mais de um ano declara que estas são pesadas, pelo menos, de três em três meses sendo que 77% são pesadas todos os meses. Esta percentagem é menos elevada entre as crianças de 2 e 3 anos, tendo em conta que 51% é pesada de forma trimestral. Observa-se que 8% das crianças mais novas raramente ou nunca foram pesadas (uma vez por ano, nunca ou porque a mãe considera que a criança está muito crescida para ser pesada ou que ela não sabe) uma situação que acontece com 44% das crianças com mais de 2 anos.



Quadro 60

Pesagem da criança

Faixa etária	0 e 1	ano	2 e 3	anos	То	tal
Pesagem da criança	Número	%	Número	%	Número	%
Todos os meses	15 262	76,8%	6 507	30,9%	21 769	53,2%
De três em três meses	2 675	13,5%	4 138	19,7%	6 813	16,7%
Duas vezes por ano	388	2,0%	1 056	5,0%	1 444	3,5%
Uma vez por ano	361	1,8%	1 578	7,5%	1 939	4,7%
Nunca	751	3,8%	4 859	23,1%	5 610	13,7%
Muito crescida	288	1,4%	2 420	11,5%	2 708	6,6%
NS	144	0,7%	487	2,3%	631	1,5%
Total	19 869	100,0%	21 045	100,0%	40 914	100,0%

Para identificar, de forma consolidada os diferentes aspetos das práticas de prevenção e de cuidados, foi elaborado um índice global baseado em questões que foram abordadas nesta parte do inquérito. Este indicador varia de 0 a 5 e a sua média é 3,1. Observa-se que 41% das crianças encontra-se na posição mais satisfatória (posição superior a 4) em matéria de prevenção 49% numa situação média (situação compreendida entre 2 e 3) neste aspeto. Apenas 10% das crianças estão em condições mais difíceis neste aspeto (pontuação inferior a 2).

## II.9 RELATIVO ÀS PRÁTICAS DE PROTEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS CRIANÇAS

Uma parte do questionário aborda a proteção e o acompanhamento das crianças. Primeiramente, as mães responderam à questão se os filhos estão registados no Registo Civil. Esta questão é importante já que uma falha no registo da criança vai trazer, futuramente, dificuldades administrativas. As respostas estão registadas no quadro 61, adiante.

Observa-se que 92% das crianças está registada no momento do inquérito: a certidão de nascimento foi mostrada ao inquiridor em 58% dos casos. Foi perguntado às mães cujos filhos estão registados se o nome do pai constava do registo de nascimento. Constata-se que 94% das crianças recebeu o nome do pai. O questionário procura as explicações das mães das crianças (8%) que não estão registadas: Essas explicações podem ser divididas em quatro grupos: i) o maior motivo é a falta de informação: 24,6% das mães cujos filhos não estão registados justifica com o fato de não saberem se era necessário registar o filho; ii) o segundo grupo invoca o pai da criança: 19% diz que o filho não

foi registado porque o pai não estava presente e 4% porque o pai não o quis fazer; iii) o terceiro grupo explica o não-registo da criança pelo fato de não terem ou não tinham os documentos de identificação necessários para tal (17%) ou porque são estrangeiros (9%); finalmente, iv) o último grupo fala de razões práticas: o local de registo fica afastado do local de residência (8% das crianças não-registadas), ou financeiras, o registo custa muito caro caso o prazo de registo gratuito estiver esgotado (1% das declarações).

Quadro 61 Registo da criança no Registo Civil

Registo da criança	Número	%	
Sim, apresentado	39 687	57,7%	-
Sim, mas não apresentado	23 549	34,2%	-
Não	5 601	8,1%	100,0%
Não sabia se era preciso registar a criança	1 377	2,0%	24,6%
Sem documento de identificação	932	1,4%	16,6%
Estrangeiro	532	0,8%	9,5%
Muito longe	447	0,6%	8,0%
Prazo de registo gratuito	58	0,1%	1,0%
O pai não o quis fazer	205	0,3%	3,7%
O pai está ausente	1 044	1,5%	18,6%
Outros	830	1,2%	14,8%
Não sabe	176	0,3%	3,1%
Total	68 837	100,0%	-

Dando continuidade ao questionário, analisa-se a forma como a criança é vigiada. Uma primeira questão, um pouco genérica, é colocada à mãe sobre quem vigia a criança. Os resultados são apresentados no quadro 62, a seguir. Seja qual for a idade da criança, a mãe é quem mais vigia o filho, sozinha (66%) e com o pai (17%). O pai, sozinho, tem um papel pouco significativo neste aspeto (2%), os avós vigiam os netos mais que os próprios pais (11%).

#### Quadro 62



### Pessoa que vigia a criança

Vigilância da	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
criança	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Mãe	20 830	68,3%	12 798	64,9%	11 634	62,4%	45 262	65,8%
Pai	495	1,6%	564	2,9%	386	2,1%	1 445	2,1%
Mãe e pai	5 599	18,4%	3 527	17,9%	2 510	13,5%	11 636	16,9%
Avo	2 282	7,5%	2 379	12,1%	3 077	16,5%	7 738	11,2%
Outros adultos	713	2,3%	300	1,5%	673	3,6%	1 686	2,4%
Uma criança com menos de 12 anos	23	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	23	0,0%
Uma criança com mais de 12 anos	105	0,3%	58	0,3%	76	0,4%	239	0,3%
Outro	438	1,4%	87	0,4%	258	1,4%	783	1,1%
Pessoa particular	0	0,0%	0	0,0%	25	0,1%	25	0,0%
Total	30 485	100,0%	19 713	100,0%	18 639	100,0%	68 837	100,0%

De forma complementar também se perguntou às mães se costumam deixar as crianças em casa, por um lado, sem a vigilância de um adulto e, por outro lado, sem a vigilância de ninguém. As respostas foram agrupadas em «sim» se o costumam fazer muitas vezes ou constantemente, e «não» se isto acontece raramente ou nunca e são apresentadas no quadro 63, a seguir.

Quadro 63 A criança fica em casa sozinha ou sem nenhum adulto por perto?

Deixada em casa?	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Deixada sem a pres	sença de uı	m adulto?						
Sim	884	2,9%	1 128	5,7%	1 470	7,9%	3 482	5,1%
Sim, mas pouco tempo	1 235	4,1%	1 703	8,6%	2 035	10,9%	4 973	7,2%
Não	19 297	63,3%	16 270	82,6%	14 931	80,1%	50 498	73,4%
Não lhe diz respeito	9 059	29,7%	604	3,1%	193	1,0%	9 856	14,3%
Total	30 475	100,0%	19 705	100,0%	18 629	100,0%	68 809	100,0%
Deixada em casa?	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%

Deixada sozinha?								
Sim	291	1,0%	703	3,6%	1 281	6,9%	2 275	3,3%
Sim, mas pouco tempo	996	3,3%	1 235	6,3%	1 743	9,4%	3 974	5,8%
Não	19 519	64,1%	17 018	86,3%	15 368	82,5%	51 905	75,4%
Não lhe diz respeito	9 646	31,7%	758	3,8%	242	1,3%	10 646	15,5%
Total	30 452	100,0%	19 714	100,0%	18 634	100,0%	68 800	100,0%

A grande maioria das crianças não é deixada nem sem a presença de um adulto em casa (88%), nem completamente sozinhas (91%). Às crianças que nunca são deixadas sozinhas, adicionou-se àquelas cujas mães consideram que a criança é muito jovem para que esta questão seja colocada. Esta percentagem diminui à medida que a criança cresce, mas esta tendência é bastante limitada. Assim, apenas 7% das crianças com menos de 2 anos são deixadas em casa sem a presença de um adulto e 4% das crianças desta faixa etária ficam sozinhas em casa. Estas percentagens fixam-se, respetivamente, em 14% e 10% entre as crianças de 3 e 4 anos, e em 19% e 16% entre as com mais de 5 anos. Constata-se que entre essas crianças, a maioria é deixada sozinha durante um período limitado.

As questões seguintes referem-se às saídas da criança. Antes de mais perguntou-se às mães se as crianças costumam sair de casa sozinhas. As respostas são apresentadas no quadro 64, a seguir.

Quadro 64

A criança sai de casa sozinha?

	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	Total		
Sai sozinha?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Sim	4448	14,6%	6293	31,9%	9908	53,2%	20649	30,0%	
Não	12 893	42,3%	12 323	62,5%	8 525	45,7%	33 741	49,0%	
Não se coloca a questão	13 144	43,1%	1 097	5,6%	206	1,1%	14 447	21,0%	
Total	30 485	100,0%	19 713	100,0%	18 639	100,0%	68 837	100,0%	

É evidente que à medida que as crianças crescem, mais capacidade e direito elas têm de sair da casa sozinhas. Se 15% das crianças com menos de 2 anos sai constantemente ou muitas vezes sozinhas, 32% das crianças com 3 ou 4 anos o fazem contra 53% das com mais de 5 anos.

Um pouco no seguimento desta questão, pergunta-se às mães se costumam levar as crianças para fora de casa. As respostas estão no quadro 65, a seguir.



Quadro 65

Os pais costumam levar os filhos para fora de casa?

Levada para fora	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	Total		
de casa?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Sim, muitas vezes	6249	20,5%	4461	22,7%	4222	22,7%	14932	21,7%	
Sim, constante- mente	9 961	32,7%	8 708	44,3%	7 735	41,6%	26 404	38,4%	
Raramente	4 023	13,2%	3 609	18,3%	4 038	21,7%	11 670	17,0%	
Nunca	4 864	16,0%	2 828	14,4%	2 618	14,1%	10 310	15,0%	
Não se coloca a questão	5 336	17,5%	72	0,4%	0	0,0%	5 408	7,9%	
Total	30 433	100,0%	19 678	100,0%	18 613	100,0%	68 724	100,0%	

Apenas 60% das crianças sai muitas vezes ou constantemente com os pais. A frequência com que as mães saem com os filhos varia um pouco de acordo com a idade: 53% sai quando os filhos têm menos de 2 anos e perto de 65% quando são mais velhas. Entre os mais jovens, 17% das mães declara que o filho é muito jovem para sair de casa. Quando as crianças têm mais de três anos, não são mais consideradas muito novas para sair, mas mesmo assim 33% das com 3 e 4 anos e 36% das com 5 e 6 anos raramente ou nunca acompanham as mães para fora de casa. Pode-se questionar até que ponto o que poderia legitimamente ser considerada como uma medida de proteção das crianças mais novas, não se torna uma limitação para as crianças mais crescidas, pois estas precisam de ser confrontadas com uma diversidade de contextos e encontros para se desenvolverem.

Por fim, pergunta-se às mães se dedicam tempo para explicar aos filhos a necessidade de se precaverem dos perigos aos quais podem estar expostos. Esta questão vem complementar a parte do questionário que se refere às medidas postas em prática pelas mães para proteger os filhos dos perigos. Os resultados, de acordo, com a idade das crianças, estão registados no quadro 66, adiante:

Conclui-se, de forma lógica, que as mães passam mais tempo a explicar aos filhos como se precaverem dos perigos que podem encontrar na vida quotidiana, quando estes são mais velhos . 57% das crianças com menos de 2 anos não têm atividades do tipo. O fato da criança ser tão nova não impede 43% das mães de explica-las como se proteger de alguns perigos. 90% das crianças com mais de 3 anos recebem explicações das mães sobre este aspeto, com a maioria a recebe-las mesmo de forma regular (64% entre os 3 ou 4 anos e 73% entre os 5 e 6 anos). Isto quer dizer que 10% das crianças não recebem explicações das mães sobre este item. Não restam dúvidas que, para essas crianças, as medidas de proteção «passivas» deveriam ser reforçadas com explicações para que elas ganhem mais autonomia neste plano.

Quadro 66
Tempo para explicar como se precaver dos perigos

Explica como	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	То	tal	
se precaver dos perigos	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
De forma regular	8729	28,6%	12622	64,0%	13613	73,2%	34964	50,8%
Algumas vezes	4 319	14,2%	5 221	26,5%	3 407	18,3%	12 947	18,8%
Raramente	889	2,9%	695	3,5%	736	4,0%	2 320	3,4%
Não	1 606	5,3%	475	2,4%	547	2,9%	2 628	3,8%
Não se coloca a questão, muito jovem	14 941	49,0%	699	3,5%	288	1,5%	15 928	23,2%
Total	30 484	100,0%	19 712	100,0%	18 591	100,0%	68 787	100,0%

A partir das questões relativas ao registo da criança, ao grau e às formas de vigilância da criança, a sua frequência em sair de casa e o tempo que a mãe passa a explica-la como se precaver dos perigos, foi elaborado um índice global que varia entre 1 e 11 com uma média de 8,6. Uma boa parte das mães é pró-ativa no domínio da proteção da criança: 39% obtém uma pontuação compreendida entre 5 e 8 e, portanto, mostram-se ativas para proteger os filhos e 58% tem uma pontuação superior a 9, indicador de uma grande atenção prestada a esta questão. Apenas 2% das mães consegue uma pontuação inferior a 4, sendo, portanto, quase inativas neste aspeto.

### II.10 RELATIVO ÀS PRÁTICAS EM MATÉRIA DE LINGUAGEM

A parte do questionário ligada às práticas que visam o desenvolvimento da linguagem das crianças tem um item sobre a quantidade de interações entre a mãe e o filho e um outro sobre a qualidade dessas interações. Importa conhecer, em primeiro lugar, a dimensão quantitativa. Antes de mais pergunta-se às mães o número de vezes que elas comunicam com os filhos, para além das interações quotidianas. As respostas, diferenciadas de acordo com a idade da criança, são apresentadas no quadro 67, a seguir.



Quadro 67
Frequência dos momentos de interação entre a mãe e a criança

Frequência das	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
interações	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Muitas vezes por dia	3427	11,2%	4904	24,9%	5510	29,6%	13841	20,1%
Mais ou menos uma vez por dia	1 899	6,2%	3 414	17,3%	2 813	15,1%	8 126	11,8%
Uma a duas vezes por semana	610	2,0%	1 384	7,0%	2 036	10,9%	4 030	5,9%
Raramente/Nunca	5 589	18,3%	7 460	37,8%	7 552	40,5%	20 601	29,9%
Não se coloca a questão	18 959	62,2%	2 551	12,9%	728	3,9%	22 238	32,3%
Total	30 484	100,0%	19 713	100,0%	18 639	100,0%	68 836	100,0%

De forma geral, apenas 20% das mães interagem muitas vezes ao dia com os filhos. Se acrescentarmos as mães que falam, em média, uma vez por dia com os filhos, constata-se que somente 32% das mães interage diariamente com os filhos. Assim sendo, a resposta relativa às interações de, em média, uma vez por dia correspondem às interações entre a mãe e o filho que são (muito) pouco frequentes. Assim, 36% das mães quase que não interage com os filhos: falam com estes apenas uma ou duas vezes por semana, raramente ou nunca. Nota-se também que 32% das mães diz que os filhos são muito jovens para que esta questão seja, efetivamente, colocada. Uma resposta cuja interpretação é ambígua: se esta opinião pode ser considerada legítima para certos aspetos (por exemplo, para ajudar a criança, com um ano, a ser autónoma para se ocupar da sua higiene pessoal), ela é mais discutível quando se trata, nomeadamente da frequência de interações com os filhos. Pode ser considerada (a opinião) como uma forma de não responder à questão.

Constatam-se também variações de acordo com a idade, mas com um padrão relativamente comparável. Particularmente, observa-se que apenas 11% das mães fala com os filhos muitas vezes ao longo do dia quando estes têm menos de 2 anos, 20% praticamente não fala com os filhos quando estes estão nesta faixa etária e 62% considera que os filhos ainda estão muito novos para se interagirem. Contudo, sabe-se o quanto a conversa pode ser benéfica para a comunicação com os filhos, mesmo que ainda estes não tenham adquirido a capacidade de falar. Poder-se-ia pensar que é, justamente, a incapacidade funcional de responder que impede as mães de falarem com os filhos nesta idade. É possível que esta incapacidade influencie as mães mas como este comportamento não é muito diferente (um pouco mais acentuado) quando a criança tem mais de 2 anos, numa altura em que já adquiriu a capacidade de exprimir com palavras (58% das mães fala pouco ou não fala com o filho quando este tem 3 ou 4 anos e 55% quando ele tem 5 ou 6 anos) pode-se concluir que a comunicação verbal com a criança não é posta em prática, espontaneamente, no país.

A primeira constatação deste item é a identificação de comportamentos algo diferenciados entre as diferentes mães abordadas na mostra, o que leva a analisar até que ponto certas variáveis geográficas ou sociais poderiam ajudar a perceber esta variabilidade global. Modelizou-se a probabilidade (%) das crianças interagirem de forma limitada com as mães. O quadro 68, adiante, mostra os resultados obtidos.

De acordo com as informações apresentadas no quadro (recorde-se que um número mais elevado representa relações limitadas entre a mãe e o filho), a idade da criança introduz grandes diferenças na probabilidade de terem interações com as mães. Quanto mais novas forem as crianças, menos probabilidades elas têm de falar com as mães. As interações são limitadas para quase todos os bebés, para três quartos das crianças com 2 anos e para um pouco mais de metade das crianças com 4 ou mais de 4 anos.

Quadro 68 Probabilidade das crianças interagirem de forma limitada com as mães

Tobabilidade das chanças interagnem de forma illilitada com as maes														
				ld	ade (	da crian	ça ( em	ano	s)					
0	1		2			3		4			5		6	
95,8%		87,7%		74	,6%		61,4%		53	,4%	52	2,1%		57,8%
Meio de reside	ênci	a			Inte	erações	limitad	as	Níve	el esc	colar da m	nãe		
Urbano		Rural							Não	esco	olarizada	Esc	olariza	ıda
63,5%			85,	8%			74	,1%			83,5%			73,0%
		Santo Ant São Vicen				olau, Brava	Sal, B e Mai		ista	San	tiago	Т	otal	
Urbano		7	4,2%			75,1%		6	3,1%		57,1	%		33,9%
Rural		9	0,9%			91,3%		8!	5,6%		82,2	%		24,2%
Total		8	2,6%			83,2%		7:	3,8%		68,7	%		-

O nível escolar da mãe influência a frequência das interações entre a mãe e o filho. A probabilidade dessas interações serem limitadas é mais forte quando a mãe não estudou (83% contra 73% quando a mãe estudou). Esta probabilidade varia também de acordo com a zona de residência e no seio de cada zona, de acordo com o meio de residência. Assim, a falta de comunicação entre a mãe e o filho atinge perto de nove mil famílias sobre dez no meio rural em todas as zonas do país, exceto em Santiago onde atinge cerca de oito mil famílias sobre dez. No meio urbano, se a probabilidade de haver interações limitadas é mais reduzida, ela mantem-se, todavia, particularmente elevada: abrange perto de três quartos das crianças de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Fogo e Brava, 63% das de Sal, Boavista e Maio e 57% das crianças de Santiago. No final, a comunicação entre a mãe e o filho parece particularmente fraca em todo o país. Isto mostra a necessidade de melhorar os comportamentos neste domínio e de incluir este aspeto no futuro programa de educação parental.



A seguir, pergunta-se às mães sobre a frequência com que respondem às crianças quando estas colocam questões ou interrogam-se sobre alguma coisa. O quadro 69, a seguir, apresenta os resultados obtidos de acordo com a idade das crianças.

Quadro 69
Frequência das respostas às questões colocadas pela criança

Respostas às	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	Total		
questões	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%		
Frequentemente	7 849	25,8%	12 492	63,5%	13 091	70,5%	33 432	48,7%		
De vez em quando	4 029	13,3%	5 150	26,2%	4 523	24,4%	13 702	20,0%		
Raramente ou nunca	1 306	4,3%	1 506	7,7%	824	4,4%	3 636	5,3%		
Criança muito jovem	17 194	56,6%	509	2,6%	120	0,6%	17 823	26,0%		
Total	30 378	100,0%	19 657	100,0%	18 558	100,0%	68 593	100,0%		

Pode-se, de certa forma, por de lado as crianças com menos de 2 anos, pois elas não podem ainda colocar questões formalmente (ainda que as mães compreendam por vezes que a criança quer perguntar e que é importante o tranquilizar). De todo o modo, na amostra e para essas crianças mais novas, apenas 39% das mães percebem estas interrogações e tentam dar-lhes uma resposta adequada à sua idade. À medida que a criança vai crescendo, as mães mostram-se mais recetivas a responder às suas questões. 63% das mães das crianças de 3 e 4 anos respondem frequentemente às questões dos filhos e 26% respondem por vezes. Essas percentagens fixam-se, respetivamente, em 70% e 24% para as crianças de 5 e 6 anos. Somente uma percentagem muito reduzida de mães (10% para os 3 e 4 anos e 6% para os 5 e 6 anos) é pouco ou nada receptiva às questões das crianças (questões que, nesta faixa etária, são em maior número).

De forma simétrica e mais pró-ativa da parte da mãe, uma outra dimensão relacionada com o desenvolvimento da linguagem (mas não unicamente porque se trata da abordagem educativa mais ampla), procura saber com que frequência as mães perguntam a opinião das crianças sobre questões práticas tais como a escolha da roupa, atividades que elas desejam realizar...As respostas obtidas estão registadas no quadro 70, adiante.

Antes dos 2 anos, a maioria das mães (61%) considera que os filhos são muito novos para que as suas opiniões sejam verdadeiramente pertinentes. Quando as crianças estão mais crescidas, as mães perguntam as suas opiniões frequentemente ou de vez em quando sobre questões da vida quotidiana. 69% fá-lo quando os filhos têm 3 ou 4 anos (44% fá-lo frequentemente) e 75% quando os filhos têm 5 ou 6 anos (43% fá-lo frequentemente). Assim sendo, encontra-se um certo número de mães que nunca procura saber a opinião dos filhos (juntando as que dizem nunca o terem feito e as que

consideram que a criança ainda é muito nova para tal): 17% quando a criança tem 3 ou 4 anos e 14% quando ela tem mais de 5 anos. Se acrescentarmos as que raramente procuram saber a opinião da criança elas perfazem respetivamente 31% e 25% que são pouco ou nada pró-ativas neste item.

Quadro 70

Frequência com que a mãe procura saber a opinião do filho

Opinião sobre	0 a 2 anos		3 e 4	anos	5 e 6	anos	Total		
aspetos práticos	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Frequentemente	4 358	14,3%	8 728	44,4%	8 098	43,4%	21 184	30,8%	
Por vezes	3 352	11,0%	4 910	25,0%	5 806	31,1%	14 068	20,5%	
Raramente	1 522	5,0%	2 722	13,8%	2 195	11,8%	6 439	9,4%	
Nunca	2 737	9,0%	2 623	13,3%	2 244	12,0%	7 604	11,1%	
Criança muito jovem	18 493	60,7%	675	3,4%	297	1,6%	19 465	28,3%	
Total	30 462	100,0%	19 658	100,0%	18 640	100,0%	68 760	100,0%	

Por outro lado, pergunta-se às mães se costumam contar estórias às crianças. As respostas obtidas são apresentadas no quadro 71, a seguir.

Quadro 71

Frequência com que a mãe conta estórias à criança

Frequência das	0 a 2	0 a 2 anos		anos	5 e 6	anos	То	tal
estórias contadas às crianças	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Todos os dias	1 115	3,7%	2 153	10,9%	1 399	7,5%	4 667	6,8%
Mais de uma vez por semana	2 909	9,5%	3 784	19,2%	3 668	19,7%	10 361	15,1%
Uma vez por semana	2 375	7,8%	2 731	13,9%	2 582	13,9%	7 688	11,2%
Raramente	4 418	14,5%	5 486	27,8%	5 721	30,7%	15 625	22,7%
Nunca	7 939	26,0%	5 361	27,2%	5 050	27,1%	18 350	26,7%
Não se coloca a questão	11 729	38,5%	199	1,0%	189	1,0%	12 117	17,6%
Total	30 485	100,0%	19 714	100,0%	18 609	100,0%	68 808	100,0%

Qualquer que seja a idade das crianças, 49% das mães raramente ou nunca conta estórias aos filhos e se acrescentarmos aquelas que consideram que os filhos estão muito novos para lhes serem contadas estórias, esta percentagem aumenta para 77%. Constata-se que não se contam estórias à maioria (79%) das crianças com menos de 2 anos. Constata-se ainda um progressivo aumento desta prática,



quando as crianças têm 3 anos ou mais. Entre estas, 9% das mães conta estórias de forma frequente às crianças, percentagem à qual pode ser acrescentada os 19% que o faz, pelo menos, uma vez por semana. No total, são 28% as mães que costumam contar estórias de forma regular às crianças com mais de 3 anos. Os especialistas da infância defendem que as crianças se desenvolvem no imaginário das estórias ou dos contos que lhes podemos contar (na adolescência, elas deveriam ler elas mesmas mas o conceito é idêntico). Contar estórias ajuda às crianças a estruturar a sua reflexão e a criar referencias sociais e culturais, a estruturar as emoções em contextos, que ainda que distintos da sua vida quotidiana, tornam-se mais facilmente assimiláveis. É preciso realçar que as estórias contadas devem ser adaptadas à capacidade de compreensão da criança, mas que essas atividades são importantes para a criança, seja qual for a sua idade, praticamente desde à nascença. As informações recolhidas no inquérito mostram que esta prática praticamente não se aplica às crianças com menos de 2 anos e que continua a ser uma prática minoritária para as crianças mais velhas. Efetivamente, 57% das crianças nesta faixa etária ouve, no máximo, uma estória por semana. É importante considerar os aspetos culturais e sociais, mas seria interessante pesquisar as formas adequadas no contexto nacional e em que seria possível haver evoluções neste plano.

O questionário segue com a abordagem de aspetos mais qualitativos do desenvolvimento da linguagem. A primeira questão refere-se à pessoa que mais interage com a criança. O quadro 72, adiante, apresenta os resultados obtidos neste plano. As pessoas que interagem com as crianças são a mãe (51%), o pai (4%) ou os dois (12%). Constata-se que os pais estão mais presentes para falarem com os filhos quando estes têm 3 ou 4 anos (31% contra 2% quando ela é mais jovem e 5% quando ela é mais velha). Não se refere à resposta que diz que a criança é muito nova para que se coloque esta questão, que abrange principalmente as crianças com menos de 2 anos. Quando as crianças têm, pelo menos 3 anos, são os avos que mais interagem com elas (14% para as com 3 e 4 anos e 11% para as com 5 e 6 anos).

Quadro 72

Pessoa que mais interage com a criança

Interações com a	0 a 2	anos	3 e 4	anos	os 5 e 6 anos			Total		
criança	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%		
Mãe	11 778	38,7%	1 432	17,7%	11 482	62,2%	34 853	50,9%		
Pai	628	2,1%	2 477	30,6%	852	4,6%	2 912	4,3%		
Mãe e pai	2 492	8,2%	2 017	25,0%	2 968	16,1%	7 937	11,6%		
Avo	1 000	3,3%	1 101	13,6%	2 054	11,1%	5 071	7,4%		
Outros adultos	715	2,3%	26	0,3%	605	3,3%	2 421	3,5%		
Doméstica	160	0,5%	26	0,3%	25	0,1%	211	0,3%		
Outro	0	0,0%	917	11,3%	192	1,0%	218	0,3%		
Não se coloca a questão	13 681	44,9%	87	1,1%	278	1,5%	14 876	21,7%		
Total	30 454	100,0%	8 083	100,0%	18 456	100,0%	68 499	100,0%		

As mães também foram interrogadas sobre o momento em que comunicam com os filhos e as respostas podem ser encontradas no quadro 73, adiante. A maioria das crianças não tem um momento preciso do dia para interagir com as mães, mas sim ocasionalmente (69%). Depois é quando a criança está a repousar que as mães aproveitam para interagirem com os filhos (15%), uma realidade em todas as faixas etárias consideradas. As horas de deitar, de tomar banho e das refeições são pouco mencionadas como sendo momentos privilegiados para interações com os filhos.

Quadro 73 Momentos de interação entre a mãe e o filho

Momentos das	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	Total		
interações	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Na hora do banho	142	1,7%	326	2,3%	72	0,5%	540	1,4%	
Na hora da refeição	292	3,5%	540	3,9%	757	5,1%	1 589	4,3%	
À noite, antes de deitar	308	3,7%	1 335	9,6%	1 455	9,7%	3 098	8,3%	
Na hora do repouso	1 504	17,9%	1 650	11,8%	2 322	15,6%	5 476	14,7%	
Oportunamente	5 967	71,1%	9 560	68,6%	10 124	67,8%	25 651	68,8%	
Outros momentos	176	2,1%	529	3,8%	201	1,3%	906	2,4%	
Total	8 389	100,0%	13 940	100,0%	14 931	100,0%	37 260	100,0%	

Uma outra dimensão das práticas em matéria de linguagem tem que ver com o vocabulário usado pela mãe para falar com o filho e, particularmente, se a mãe usa uma linguagem ordinária ou uma linguagem específica que ela pensa melhor adaptar-se à idade e ao estado de desenvolvimento do filho. As respostas estão registadas no quadro 74, adiante.

O padrão é, sensivelmente, o mesmo nas diferentes faixas etárias. A maioria das mães usa palavras simples para falar com os filhos, com a percentagem a variar de acordo com a idade do filho: 32% das mães fá-lo quando o filho tem menos de 2 anos e um pouco mais de 50% quando ele está mais crescido. Constata-se ainda que cerca de um quarto das mães usa as palavras da criança para falar com ela. Finalmente, apenas 15% das mães fala com os filhos como se estivesse a falar com um adulto, mas se se cruzar este dado com a idade, conclui-se que somente 9% das mães o faz quando a criança tem menos de 2 anos, contra cerca de 19% quando ela (a criança) tem mais de 3 anos. Na realidade, a exceção a este padrão são as mães das crianças com menos de 2 anos em que 36% das quais considera que essa questão não diz respeito aos filhos. Da mesma forma que se fez referência à fraca frequência de interações entre mãe e filho, esta resposta é problemática. Mesmo se algumas crianças ainda não adquiriram esta capacidade formal de falar, isto não significa que não se pode falar com elas.



Quadro 74 Utilização pela mãe de um vocabulário específico para falar com o filho

Vocabulário para falar com a	0 a 2 anos		3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
criança	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Utilizo as minhas próprias palavras	7 152	23,5%	4 967	25,2%	5 530	29,7%	17 649	25,7%
Utilizo palavras simples	9 690	31,8%	10 447	53,1%	9 317	50,1%	29 454	42,8%
Falo com ele como se fosse um adulto	2 758	9,1%	3 736	19,0%	3 647	19,6%	10 141	14,8%
Não se coloca a questão	10 860	35,7%	525	2,7%	113	0,6%	11 498	16,7%
Total	30 460	100,0%	19 675	100,0%	18 607	100,0%	68 742	100,0%

Perguntou-se também às mães que ações elas acham adequadas para melhorar a linguagem dos filhos. Diversas respostas deviam ser propostas para que as mães pudessem optar pelas diferentes ações que elas põem em prática (quadro 75, a seguir).

Quadro 75 Ações identificadas para melhorar a linguagem da criança

3		0 0	3		
Contar estórias	Número	%	Contar estórias	Número	%
Sim	6 190	9,0%	Sim	6 413	9,3%
Não	62 647	91,0%	Não	62 424	90,7%
Total	68 837	100,0%	Total	68 837	100,0%
Dialogar com ele	Número	%	Brincadeiras	Número	%
Sim	39 223	57,0%	Sim	3 197	4,6%
Não	29 615	43,0%	Não	65 640	95,4%
Total	68 837	100,0%	Total	68 837	100,0%
Cantar	Número	%	Outros	Número	%
Sim	3 167	4,6%	Sim	2 002	2,9%
Não	65 670	95,4%	Não	66 835	97,1%
Total	68 837	100,0%	Total	68 837	100,0%
Ocasionalmente	Número	%	Não fazer nada	Número	%
Sim	29 691	43,1%	Sim	6 977	10,1%
Não	39 146	56,9%	Não	61 860	89,9%

A maioria das mães dialoga com os filhos com o objetivo de melhorar a linguagem. É claramente a opção mais referida (57%). As mães dizem, de seguida, que tentam melhor a linguagem da criança, quando há possibilidade ou oportunamente. Esta resposta é um pouco problemática, pois refere-se mais ao momento da interação sem que se saiba o que elas fazem. Uma minoria de mães menciona outras ações para desenvolver a linguagem dos filhos: apenas 9% das mães lê livros para os filhos ou contam uma estória e 5% brinca ou canta para as crianças. Estes números são claramente inferiores ao que se observa nos outros países onde estudo semelhante foi realizado. Constata-se que 10% das mães diz não fazer nada neste aspeto.

Sendo esta questão de escolha múltipla, algumas mães puderam responder positivamente a muitas das opções que lhes foram propostas. O número de respostas positivas pode, eventualmente, ser interpretada como um elemento indicador de um grau das suas atividades neste aspeto.

O quadro 76 adiante apresenta, para cada faixa etária da criança, o número das ações declaradas pela mãe para contribuir para a melhoria da linguagem da criança.

Os dados mostram que as mães são muito pouco pró-ativas para melhorar a linguagem da criança. A média de ações postas em prática (1), confirma este ponto, sendo que este número é ligeiramente inferior quando a criança tem menos de 2 anos. O número de ações praticadas aumenta com a idade das crianças mas continua, mesmo assim, reduzido. Assim sendo, quando a criança tem mais de 3 anos, apenas 21% das mães pratica mais de duas ações. 27% das mães nada faz para melhorar a linguagem dos filhos e 51% põe em prática somente uma ação.

Quadro 76 Número de ações postas em prática para melhorar a linguagem

Número de ações	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
para a linguagem	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0	14 309	46,9%	5 643	28,6%	4 812	25,8%	24 764	36,0%
1	12 470	40,9%	10 005	50,8%	9 747	52,3%	32 222	46,8%
2	2 533	8,3%	2 888	14,6%	3 141	16,9%	8 562	12,4%
3	1 025	3,4%	715	3,6%	673	3,6%	2 413	3,5%
4	100	0,3%	445	2,3%	232	1,2%	777	1,1%
5	49	0,2%	18	0,1%	35	0,2%	102	0,1%
Total	30 486	100,0%	19 714	100,0%	18 640	100,0%	68 840	100,0%
Média de ações	0,7	1,0	1,0	0,9				

Pode-se analisar agora em que medida as mães são mais ou menos ativas em matéria do desenvolvimento da linguagem do filho de acordo com algumas das suas características. O quadro 77, a seguir, simula as probabilidades que as crianças com mais de 3 anos têm de beneficiar de duas ações para desenvolver a linguagem, segundo algumas das suas características pessoais, sociais e geográficas.



Quadro 77 Probabilidade de beneficiar de, pelo menos, duas ações para melhorar a linguagem

				Idade	da crian	ıça (em	and	os)					
0	1		2		3		4			5		6	
5,3%		9,0%		13,2%		17,1%		19	,7%	20,5%			19,1%
Meio de residê	ncia			M	ais de du	as açõ	es	Gén	ero d	da criança	1		
Urbano		Rural						Rap	az		Me	ninas	
11,	8%		16,	7%		13,	,6%			12,0%			15,3%
Nível escolar da mae Nível de rendimentos													
Não escolariza	da	Escolari	zada		60 % pob	res		20 % r	icos		20 %	+ rico	S
15,2%			1:	3,4%		8,!	5%			17,3%			36,5%
				Z	ona de re	esidênd	cia						
		Santo Anta São Vicent		São Ni Fogo e		Sal, B	oa \	/ista	San	tiago	Т	otal	
Urbano		et	Maio	5	Santiago			7,9%		11,2	2%		33,9%
Rural		2	5,1%		15,1%		•	11,4%		16,0	1%		24,2%
Total		2	0,8%		12,3%			9,2%		13,0	%		-

Constata-se, em primeiro lugar, que o género da criança e o nível de escolarização da mãe pouco influenciam na probabilidade das crianças com mais de 3 anos de beneficiarem de mais de duas ações para melhorar a linguagem. Entre as outras características, nota-se, em segundo lugar, que o nível de rendimentos da família faz mais diferenças. Assim, se apenas 8% das crianças pertencentes às 20% mais pobres beneficiam de mais de duas ações, elas são 17% entre as da Quintil 4 e 36% entre as 20% mais ricas o que constitui uma diferença considerável. As práticas nesta matéria variam também, de acordo com a zona e o meio de residência da família. Nota-se, antes de mais, que as famílias residentes no meio rural são as que mais praticam mais de duas ações para melhorar a linguagem dos filhos (17% contra 12% entre as famílias urbanas). Se juntarmos meio e zona, observa-se que a probabilidade de as crianças terem uma mãe pró-ativa neste domínio fixa-se nos 8% para as residentes no meio urbano no Sal, na Boavista e no Maio e 11% entre as do meio urbano de São Nicolau, Fogo, Brava e Santiago. As crianças que são mais ajudadas encontram-se em Santo Antão e São Vicente (21%), particularmente as do meio rural (25%), que são as mais favorecidas neste plano. Por fim, quando a criança é mais crescida mais chances ela tem de beneficiar de ações por parte da mãe para melhorar a sua linguagem. A possibilidade de beneficiar de mais de duas ações aumenta de 5% guando ela tem menos de um ano para 13% quando ela tem 2 anos e 20% aos 5 anos. De forma geral, nota-se que, mesmo que haja diferenças de acordo com as características das crianças, a pró-atividade das mães para melhorar a linguagem do filho é reduzida e poderia se claramente melhorada.

A última questão colocada no domínio da linguagem refere-se aos materiais e suportes disponíveis pelas famílias para a prática da leitura. Pode tratar-se i) de livros, ii) de jornais, iii) de cartazes ou de

desdobráveis, iv) de calendário, v) de desenhos ou de fotos, vi) de quadro ou ardósia. Mesmo se a leitura não abrange todas as crianças da amostra (as crianças mais jovens não estão, obviamente, inseridas) fez-se, mesmo assim, uma análise global do conjunto das faixas etárias, o que permitirá saber-se, sobretudo, a disponibilidade desses materiais de leitura no seio das famílias. Aqui também é possível, que sejam as mesmas famílias a possuir diversos materiais de leitura. Foi criada uma variável relativa ao número de materiais de leitura de que dispõe a família. O quadro 78, a seguir, apresenta as respostas obtidas de acordo com os dois aspetos: tipo e quantidade de suporte utilizado.

Quadro 78

Tipo e número de materiais de leitura à disposição das famílias

Tipo de material	Número	%	Núm. de materiais	Número	%
Livros	43 047	62,5%	0	22 286	32,4%
Quadro/Ardósia	4 860	7,1%	1	22 821	33,2%
Desenho/Foto	18 478	26,8%	2	14 321	20,9%
Jornais	5 916	8,6%	3	6 110	8,9%
Calendário	3 987	5,8%	4	2 366	3,4%
Jogos	4 972	7,2%	5	406	0,6%
Outros	2 554	3,7%	6	368	0,5%
Nada/N/se col.quest.	22 286	32,4%	Total	68 678	100,0%

O livro é o material que as famílias têm mais (62% das famílias), o que significa que cerca de um terço das famílias não tem nenhum livro destinado às crianças em casa. De seguida, são os desenhos e as fotos os materiais mais mencionados (27%). Os outros suportes estão disponíveis numa minoria de famílias: 9% tem jornais em casa, 7% de jogos ou de quadro ou de ardósia e 6% de um calendário. Efetivamente, cerca de um terço das famílias da amostra (32%) não dispõe de nenhum material de leitura/escrita e um outro terço tem apenas um suporte. Entre o outro terço de famílias, 21% dispõe de dois suportes e 13% tem de três a seis. Baseando-se nesses resultados, pode ser interessante analisar as características das famílias que dispõem de mais de dois materiais de leitura. As estimativas quanto à probabilidade de ter mais de dois suportes são apresentados no quadro 79, adiante.

Notam-se diferenças significativas na probabilidade de haver mais de dois materiais de leitura/escrita por um lado, de acordo com a idade da criança, por outro lado, de acordo com o percurso escolar da mãe, e finalmente, com o nível de rendimentos da família, a zona e o meio de residência. Num primeiro momento, constata-se de forma lógica que quando a criança é mais crescida, mais possibilidades ela tem de ter mais de dois suportes para aprender a ler, contudo, com um abrandamento a partir dos 4 anos. A probabilidade de estar nesta situação varia de 19% quando a criança tem 1 ano, a 35% quando ela tem 3 anos e a um pouco mais de 40% quando ela tem 4 anos ou mais. Num segundo momento, observa-se que esta probabilidade aumenta com o nível de escolaridade da mãe, com a diferença a estar entre as mães que não estudaram ou não estudaram muito e as que chegaram ao ensino secundário. Esta diferença aumenta para cerca de 10 pontos, com a probabilidade das mães mais escolarizadas a atingir os 32%. Mesmo assim, perto de dois terços das mães que chegaram ao secundário não dispõem de nenhum suporte para que os filhos se familiarizem com a leitura.



Quadro 79 Probabilidade de ter, pelo menos, dois materiais de leitura/escrita

i iobabilidade de	, 101,	polo mon	, aoi	mate	nais ac	ioitai	4,000	iiiu			
		ldade da	a criança	a (em a	anos)				Gé	nero d	a criança
0 1		2	3	4		5		6	Rap	azes	Meninas
10,8%	3,6%	27,4%	35,3	3%	41,0%	4	13,7%	43,3%		12,0%	15,3%
Estado conjugal	da ma	ãe + de	2 mat. o	de	Percurs	o esc	olar d	a mae			
Solteira Em	ı uniã	leitu	ıra		Não es	colari	za <i>'</i>	1 a 4 anos		Mais d	e 5 anos
32,5%	27	7,0%	29	,2%		21	,0%	24	,3%		31,8%
Nível de rendime	Nível de rendimentos da família										
Quintil 1	Q	luintil 2		Quinti	13		Quin	til 4	Q	uintil 5	
12,2	2%		13,5%		3	5,3%		39,9	%		61,3%
				Zona d	de residé	ència					
		to Antão e Vicente	São N Fogo e			, Boa laio	Vista	Santiago		Total	
Urbano		41,5%		24,	8%		33,1%	6 2	8,5%		33,9%
Rural		36,9%		21,	4%		29,1%	6 2	4,8%		24,2%
Ensemble		39,6%	,	23,	4%		31,5%	6 2	6,9%		-

Observa-se de seguida que quanto mais as famílias forem ricas, mais possibilidades elas têm de dispor de mais de dois materiais de leitura/escrita em casa. A possibilidade das famílias pertencentes às 40% mais pobres estarem nesta situação é de um pouco mais de 10%, contra 35 a 40% para as famílias da classe média e do Quintil 4, e sobretudo contra 61% das famílias mais ricas. Constata-se desta forma que o nível de rendimentos da família é a característica que faz mais diferença neste domínio. Por fim, se a possibilidade de ter mais de dois suportes de leitura/escrita é, em geral, pouco elevada, ela é menos elevada ainda nos meios urbanos de São Nicolau, Fogo e Brava (25%), mas principalmente nos meios rurais (21%) e em Santiago onde as probabilidades para os dois meios (urbano e rural) são, respetivamente, 28% e 25%. As famílias das outras ilhas são as que mais apresentam mais de dois materiais de leitura/escrita, nomeadamente no meio urbano (onde a probabilidade fixa-se nos 33% no Sal, na Boavista e no Maio e sobretudo em Santo Antão e São Vicente (41%)).

Foi elaborado um índice sintético tendo como base as diferentes questões relativas ao desenvolvimento da linguagem na criança, nomeadamente o grau de interações com a criança, a frequência do tempo passado a contar histórias, a frequência das respostas às questões da criança, a frequência com que a mãe pergunta a opinião do filho ou ainda o número de ações postas em prática no intuito de desenvolver a linguagem da criança. O índice varia entre 0 e 13 e mostra uma grande diversidade na intensidade das ações desenvolvidas pelas mães para melhorar a linguagem dos filhos. Efetivamente, se 46% das mães pratica poucas ações (0 a 4) para desenvolver a linguagem dos filhos, 48% situa-se num nível superior, com 5 a 8 ações e, finalmente, 6% são mais pró-ativas com mais de 9 ações com o objetivo de ajudar os filhos a desenvolver a linguagem.

## II.11 RELATIVO ÀS PRÁTICAS EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Esta parte trata dos jogos/brincadeiras da criança e das ações levadas a cabo pelos pais (sobretudo pela mãe) para estimular as atividades que visam o desenvolvimento cognitivo da criança.

Relativamente aos jogos/brincadeiras da criança, a questão incide sobre cinco categorias de brincadeiras: i) as brincadeiras de exploração ( como Escondidas, Cabra Cega); ii) brincadeiras físicas individuais sem regras de competição ( como salta-corda); iii) as brincadeiras de imitação (como jogos dramáticos de imitação); iv) as brincadeiras de colaboração com temas (jogos de faz-de-conta); e v) as brincadeiras colectivas com regras (como o futebol, jogo de cadeira, ringue, tacada). Cada criança pode brincar várias brincadeiras (ou nenhuma). O quadro 80, adiante, mostra a distribuição dos tipos de brincadeiras citados de acordo com a idade da criança.

Constata-se que a prática de brincadeiras é, globalmente, crescente e mais diversificada à medida que a criança vai crescendo. Em relação às brincadeiras, se 19% das crianças brinca com menos de 2 anos, 45% fá-lo com 3 e 4 anos, e 57% com mais de 5 anos. Em relação à diversidade das brincadeiras, notase que se as crianças com menos de dois anos têm só um tipo de brincadeira, as mais velhas praticam, em média um pouco mais de duas brincadeiras. De forma geral, as brincadeiras de colaboração e as brincadeiras individuais sem regras são as mais praticadas.

Quadro 80
Tipo de brincadeiras citadas de acordo com a idade da criança

Categoria de brincadeiras	Faixa etária								
	0 a 2 anos	3 e 4 anos	5 e 6 anos	Total					
Exploração	14,4%	35,2%	40,5%	27,4%					
Individuais s/ regras	19,2%	48,0%	61,7%	38,9%					
Imitação	15,2%	43,8%	52,0%	33,3%					
Colaboração	32,4%	57,2%	67,8%	49,1%					
Colectivas c/ regras	13,4%	44,1%	62,8%	35,6%					
Média	18,9%	45,6%	57,0%	36,9%					
Média tipo de brinc.	0,90	2,30	2,80	1,80					

As crianças podem brincar sozinhas ou com outras crianças, mas as mães podem interferir para favorecer esta atividade na criança. Os quadros 81, 82 e 83, adiantes, apresentam as respostas às questões relativas à frequência das incitações das mães para que os filhos brincam, à frequência da participação concreta da mãe numa atividade lúdica com a criança e, por fim, à frequência com que a mãe brinca com a criança. Esta derradeira questão é mais relativa à pró-atividade da mãe em matéria de brincadeiras.



Quadro 81 Frequência das incitações da mãe à brincadeira do filho

Incita a brincar	Incita a brincar		3 e 4	anos	5 e 6	anos	Total		
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Muitas vezes	11 076	36,3%	8 713	44,2%	9 062	48,6%	28 851	41,9%	
Por vezes	6 900	22,6%	6 345	32,2%	6 144	33,0%	19 389	28,2%	
Raramente	1 119	3,7%	1 998	10,1%	1 721	9,2%	4 838	7,0%	
Nunca	2 928	9,6%	2 449	12,4%	1 648	8,8%	7 025	10,2%	
Não se coloca a questão	8 461	27,8%	207	1,1%	65	0,3%	8 733	12,7%	
Total	30 484	100,0%	19 712	100,0%	18 640	100,0%	68 836	100,0%	

A maioria das mães incita os filhos a brincar, 42% de forma muito frequente e 28% de forma ocasional. Constata-se, todavia que as incitações das mães para que os filhos tenham uma atividade lúdica organizada tornam-se mais frequentes à medida que a criança vai crescendo. Assim, a percentagem das mães que nunca ou raramente incita os filhos a brincar é claramente mais reduzida quando estes têm 3 ou 4 anos (24%) ou 5 e 6 anos (18%), comparativamente às crianças com menos de 2 anos (13% aos quais pode-se acrescentar os 28% das mães que pensam que a criança ainda é muito nova, o que totaliza 41%).

Quadro 82 Frequência de participação da mãe numa brincadeira com o filho

Faixa etária	0 a 2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Muitas vezes	4 896	16,1%	3 863	19,6%	3 679	19,7%	12 438	18,1%
Por vezes	4 671	15,3%	7 588	38,5%	6 895	37,0%	19 154	27,8%
Raramente	3 100	10,2%	3 674	18,6%	3 778	20,3%	10 552	15,3%
Nunca	4 901	16,1%	4 090	20,7%	4 227	22,7%	13 218	19,2%
Não se coloca a questão	12 918	42,4%	497	2,5%	61	0,3%	13 476	19,6%
Total	30 486	100,0%	19 712	100,0%	18 640	100,0%	68 838	100,0%

Para além das incitações das mães para que a criança brinque, elas podem também, eventualmente, participar nas brincadeiras da criança. Constata-se, no geral, que apenas 18% das mães brinca frequentemente com os filhos e que 28% fá-lo ocasionalmente. Assim, 54% das mães raramente ou nunca brinca com os filhos, ou considera que a criança ainda é muito nova para se colocar esta questão. Observa-se que esta última resposta foi dada por 42% das mães que tem uma criança com menos de 2 anos. Poder-se-ia pensar que as mães participam de forma um pouco mais frequente nas brincadeiras da criança quando esta é mais nova e menos capaz de se auto-organizar. No entanto, não é o que sucede em Cabo Verde onde a participação frequente ou ocasional das mães nas brincadeiras dos filhos é maior quando estes têm mais de 3 anos: a percentagem passa de 31% quando a criança tem menos de 2 anos para um pouco mais de 50% quando ela é mais velha.

Quadro 83
Frequência com que a mãe sugere à criança de brincar

Brinca com a criança	0 a 2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Muitas vezes	16 716	54,8%	9 539	48,4%	8 979	48,2%	35 234	51,2%
Por vezes	7 494	24,6%	8 014	40,7%	7 036	37,7%	22 544	32,7%
Raramente	1 629	5,3%	1 518	7,7%	1 901	10,2%	5 048	7,3%
Nunca	761	2,5%	446	2,3%	724	3,9%	1 931	2,8%
Não se coloca a questão	3 885	12,7%	195	1,0%	0	0,0%	4 080	5,9%
Total	30 485	100,0%	19 712	100,0%	18 640	100,0%	68 837	100,0%

A grande maioria das mães da amostra propõe brincadeiras aos filhos: 51% fá-lo frequentemente e 33% fá-lo por vezes. Este comportamento é adotado por um grande número de mães à medida que os filhos vão crescendo: 79% brinca frequentemente ou por vezes com o filho quando este tem menos de 2 anos, 89% fá-lo quando o filho tem 3 ou 4 anos e 86% quando o filho tem mais de 5 anos.

Mas as mães não são as únicas que participam nas brincadeiras da criança. Elas foram interrogadas sobre a pessoa que mais brinca com a criança. Esta informação é apresentada no quadro 84, a seguir.

Quadro 84 Quem participa nas brincadeiras da criança de acordo com a idade?

Quem brinca com	0 a 2 anos		3 e 4	3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
a criança	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Mãe	10 613	34,8%	3 531	17,9%	2 880	15,4%	17 024	24,7%	
Pai	1 876	6,2%	803	4,1%	937	5,0%	3 616	5,3%	
Irmão ou Irmã	7 950	26,1%	6 237	31,6%	6 933	37,2%	21 120	30,7%	
Avo	511	1,7%	693	3,5%	603	3,2%	1 807	2,6%	
Outro membro da família	4 122	13,5%	3 975	20,2%	2 611	14,0%	10 708	15,6%	
Outra criança da sua idade	4 542	14,9%	4 357	22,1%	4 571	24,5%	13 470	19,6%	
Outro	366	1,2%	104	0,5%	0	0,0%	470	0,7%	
Ninguém	505	1,7%	12	0,1%	106	0,6%	623	0,9%	
Total	30 485	100,0%	19 712	100,0%	18 641	100,0%	68 838	100,0%	

Os irmãos e as irmãs das crianças são as pessoas que mais brincam com estas. De forma global, eles (irmãos e irmãs) representam 31% dos colegas de brincadeiras das crianças. De seguida aparecem as mães (25%), depois outras crianças de suas idades (21%) e outros membros da família (exceto os pais) e avos (16%). O pai brinca pouco com os filhos (5%). Constata-se que as crianças brincam



mais com outras crianças do que com as próprias mães e esta percentagem aumenta com a idade da criança quando a criança já tem uma rede social mais bem definida com outras crianças. Se se juntar as crianças que brincam com os irmãos e irmãs e as que brincam com outras crianças, conclui-se que 41% das crianças com menos de 2 anos brincam mais com as outras crianças do que com as próprias mães contra 54% das com 3 e 4 anos e 62% das com mais de 5 anos. Viu-se anteriormente que à medida que as crianças vão crescendo, as mães participam mais nas suas brincadeiras e incitam-nas a brincar; vê-se aqui que, além das mães, um grande número de crianças mais velhas brincam com outras crianças.

Para além das brincadeiras com os filhos, as mães foram interrogadas sobre a frequência com que falam com os filhos sobre fenómenos da vida quotidiana (quadro 85, a seguir).

Quadro 85
Frequência com que a mãe fala com a criança sobre fenómenos da vida

Explica os fenómenos	0 a 2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Frequentemente	624	2,0%	2 727	13,8%	4 034	21,7%	7 385	10,7%
Por vezes	1 626	5,3%	4 088	20,7%	4 763	25,6%	10 477	15,2%
Raramente	908	3,0%	2 936	14,9%	2 853	15,3%	6 697	9,7%
Nunca	4 383	14,4%	5 516	28,0%	4 805	25,8%	14 704	21,4%
Não se coloca a questão	22 904	75,2%	4 436	22,5%	2 134	11,5%	29 474	42,9%
Total	30 445	100,0%	19 703	100,0%	18 589	100,0%	68 737	100,0%

É perfeitamente compreensível que as mães falem pouco de tais temas com os filhos quando estes têm menos de 2 anos (17% das mães fá-lo raramente ou nunca e 75% considera que a criança ainda é muito jovem para tal). Mas se as mães falam um pouco mais dos fenómenos da vida quotidiana à medida que o filho cresce, é certo que o fazem de forma mais ou menos regular (frequentemente ou por vezes) apenas com 34% das crianças com idade compreendida entre 3 ou 4 anos e com 47% das com mais de 5 anos. Quando as crianças têm 3 ou 4 anos, 43% das suas mães raramente ou nunca as explicam os fenómenos da vida quotidiana e 22% pensa que os filhos são muito jovens para que lhes sejam explicadas certas coisas, percentagens que diminuem respetivamente para 41% e 11% entre as crianças com 5 e 6 anos. No total, as mães da maioria das crianças estão pouco interessadas em explicar as coisas da vida quotidiana aos filhos mesmo se estes já têm idade para compreender algumas coisas (as explicações devem, obviamente, estar adaptadas aos seus níveis de compreensão).

A questão que se segue explora a frequência com que as crianças se dedicam a atividades «gráficas» (pinturas ou escritos). O quadro 86, adiante, apresenta as respostas obtidas e, sem surpresa, essas atividades são raras antes dos 2 anos. Elas tornam-se mais frequentes à medida que as crianças vão crescendo. Nota-se que 83% das crianças de 3 ou 4 anos e 90% das crianças de 5 ou 6 anos realizam atividades gráficas de forma mais ou menos regular. Em contrapartida, 17% das crianças de 3 ou 4 anos e 10% das de 5 ou 6 anos não realiza nenhuma atividade do tipo (ou porque são consideradas muito novas para tal ou porque raramente ou nunca as praticam). Tratam-se, sem dúvida, de oportunidades desperdiçadas ou mesmo de lacunas para essas crianças já na perspetiva da sua entrada no ensino primário.

Quadro 86 Atividades gráficas da criança: pinturas, desenhos e escritos

Atividades gráficas	0 a 2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Total	
	Número	%	Números	%	Número	%	Número	%
Frequentemente	8 141	27,0%	12 362	63,0%	13 479	73,1%	33 982	49,8%
Por vezes	4 317	14,3%	3 962	20,2%	3 173	17,2%	11 452	16,8%
Raramente	1 449	4,8%	1 800	9,2%	1 137	6,2%	4 386	6,4%
Nunca	2 023	6,7%	1 183	6,0%	459	2,5%	3 665	5,4%
Não se coloca a questão	14 199	47,1%	307	1,6%	194	1,1%	14 700	21,6%
Total	30 129	100,0%	19 614	100,0%	18 442	100,0%	68 185	100,0%

A próxima questão tem que ver com a abordagem das mães para ensinar às crianças os números, as medidas ou as quantidades (quadro 87, adiante). Eram propostas quatro citações: duas positivas («Dou-lhe tarefas definidas que envolvem a noção de números» e « ensino-lhe a contar, dando-lhe exemplos concretos») e duas que demonstram uma ausência de ações, simplesmente porque diz que não faz nada nesta perspetiva ou porque a criança é considerada muito nova para que introduzam essas noções.

Quadro 87 Ação posta em prática pela mãe para ensinar os números/a medida à criança

Aprendizagem	0 a 2 anos		3 e 4 anos		5 e 6 anos		Contar	
dos números	Número	%	Número	%	Nombre	%	Nombre	%
Dou-lhe tarefas definidas	4 565	15,0%	8 713	44,2%	10 023	53,8%	23 301	33,8%
Ensino-lhe	963	3,2%	1 805	9,2%	1 312	7,0%	4 080	5,9%
Outros	73	0,2%	267	1,4%	481	2,6%	821	1,2%
Não faço nada	4 215	13,8%	6 334	32,1%	5 612	30,1%	16 161	23,5%
Criança muito jovem	20 668	67,8%	2 594	13,2%	1 212	6,5%	24 474	35,6%
Total	30 484	100,0%	19 713	100,0%	18 640	100,0%	68 837	100,0%

Antes dos 2 anos, a maioria das mães pensa que a criança é demasiado jovem para a introdução dessa questão. A partir dos 3 anos, a maioria das mães é pró-ativa no sentido de ensinar aos filhos os números e as quantidades: quando a criança tem 3 ou 4 anos, 44% das mães confia-lhes tarefas que permitem a aquisição desta competência e 9% ensina-lhes a contar e quando a criança tem 5 ou 6 anos, essas percentagens fixam-se respetivamente em 54% e 7%. As outras respostas citadas para a minoria das crianças são relativas à aprendizagem numa estrutura pré-escolar. Se a maioria das mães é pró-ativa neste item, há, todavia, um número importante de crianças a quem não é ensinado os números e as quantidades, ou porque as mães dizem nada fazer (e o pré-escolar não é citado), ou porque as mães



consideram que as crianças ainda são muito novas para aprenderem: 45% das crianças de 3 ou 4 anos e 37% das crianças de 5 ou 6 anos. Aqui também esta falta de aprendizagem constitui, sem dúvida, um problema na perspetiva da entrada dessas crianças no ensino primário.

Seguidamente as mães são interrogadas sobre as suas reações quando a criança não consegue realizar uma atividade qualquer (quadro 88, a seguir).

Quadro 88

Reação da mãe face ao insucesso do filho na realização de uma qualquer atividade

Tiongue du mue lace de medecces de lime na realização de ama qualquer atividade											
Atitude se a criança não realiza uma ação	0 à 2 ans		3 e 4	3 e 4 anos		5 e 6 anos		tal			
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%			
Ajudo-o e aconsel- ho-o	12 134	36,5%	16 488	67,0%	14 992	63,3%	43 614	53,5%			
Realizo-a em seu lugar	3 833	11,5%	4 048	16,4%	3 348	14,1%	11 229	13,8%			
Obrigo-o a reco- meçar	1 705	5,1%	2 525	10,3%	3 675	15,5%	7 905	9,7%			
Ralho com ele	517	1,6%	867	3,5%	1 348	5,7%	2 732	3,3%			
Não se coloca a questão	15 062	45,3%	693	2,8%	324	1,4%	16 079	19,7%			
Total	33 251	100,0%	24 621	100,0%	23 687	100,0%	81 559	100,0%			

As respostas das mães diferem-se de acordo com a idade da criança: menos de 2 anos ou mais de 3 anos. Quando é jovem, se a maioria das mães considera que o filho é muito jovem para se colocar esta questão, 36% das mães diz que ajuda a criança, dando-lhe conselhos quando não consegue fazer alguma coisa. Quando a criança tem mais de 3 anos, quase todas as mães reconhecem a pertinência da noção de sucesso (ou de insucesso) para a criança e dividem-se em quatro tipos de reações:

- . O primeiro tipo de resposta é funcional e positivo: a mãe dá conselhos aos filhos na perspetiva que eles aprendam e depois tenham sucesso. Esta reação é indicada por 67% das mães para as crianças com 3 ou 4 anos e por 63% das mães das crianças com mais de 5 anos constituindo assim o comportamento mais frequente entre as reações propostas.
- . O segundo tipo de resposta deixa a dimensão pedagógica da resposta com a mãe a realizar a atividade no lugar da criança. Ela quer evitar, no momento, a eventual frustração da criança face ao insucesso. Este tipo de reação abrange 16% das crianças com 3 ou 4 anos e 14% das crianças com 5 e 6 anos.
- . O terceiro e quarto tipo de reações são negativas já que se ralha com a criança que fracassou ou quer-se forçá-la a voltar a praticar a atividade. Essas duas reações representam 14% das respostas para as crianças com 3 ou 4 anos e 21% para as com mais de 5 anos, como se se pensasse que a criança já tinha maturidade suficiente para compreender as reprimendas da mãe e estas tivessem uma vertente pedagógica.

As mães tiveram oportunidade de citar diversas reações, somou-se e cruzou-se as suas respostas com o tipo de reação que elas têm: reação positiva (elas explicam), reação « neutra » ( elas realizam a atividade no lugar do filho), reação negativa ( elas ralham e/ou obrigam a criança a recomeçar a atividade). Essas informações, restritas às crianças com mais de 3 anos, são apresentadas no quadro 89. adiante.

Quase todas as mães (97%) têm uma reação quando o filho não consegue realizar uma determinada atividade. Perante esta situação, 72% delas tem apenas uma reação e 24% tem duas. Entre as mães que têm apenas uma reação, a grande maioria (83%) explica e ajuda a criança. 8% das mães realiza a atividade no lugar da criança e 9% tem uma atitude negativa. Entre as mães com duas reações, notase que somente 6% das mães tem duas reações negativas. 47% das mães tem uma reação negativa e outra não negativa, neste caso com mãe a explicar à criança como realizar a atividade ou a realizá-la no seu lugar. Por fim, 89% das mães que têm duas reações adota pelo menos uma positiva.

Quadro 89 Número de reações da mãe face ao insucesso do filho em realizar uma determinada atividade

Número de reações	Total		Uma reação positiva			eação utra»		eação ativa	Duas reações negativas	
em caso de insucesso	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	1 120	2,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1	27 505	71,7%	22 832	83,0%	2 311	8,4%	2 362	8,6%	0	0,0%
2	9 394	24,5%	8 331	88,7%	4 865	51,8%	4 388	46,7%	603	6,4%
3	332	0,9%	317	95,5%	220	66,3%	205	61,7%	128	38,6%
Total	38 353	100,0%	31 480	82,1%	7 396	19,3%	6 955	18,1%	731	1,9%

A penúltima questão desta parte do questionário procura saber quem, na família, ensina coisas à criança. O quadro 90, a seguir, mostra os resultados obtidos para esta questão.



Quadro 90 **Quem ensina coisas à criança?** 

Ensina à criança	0 a 2 anos		3 e 4	3 e 4 anos		5 e 6 anos		tal
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Mãe	11 100	36,4%	11 534	58,5%	11 656	62,5%	34 290	49,8%
Pai	396	1,3%	1 397	7,1%	991	5,3%	2 784	4,0%
Pais	2 837	9,3%	3 991	20,2%	3 228	17,3%	10 056	14,6%
Avo	1 156	3,8%	1 741	8,8%	1 785	9,6%	4 682	6,8%
Outro membro da família	1 093	3,6%	750	3,8%	935	5,0%	2 778	4,0%
Empregada doméstica	160	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	160	0,2%
Não se coloca a questão	13 718	45,0%	301	1,5%	45	0,2%	14 064	20,4%
Total	30 460	100,0%	19 714	100,0%	18 640	100,0%	68 814	100,0%

Sem surpresa, a mãe é a pessoa que contribui mais para as aprendizagens da criança: ela é a principal interveniente em 50% das famílias ao passo que o pai tem um papel importante em apenas 4% das famílias. 15% cita o pai e a mãe. No geral, para 68% das crianças é um dos progenitores ou os dois que se envolvem nas questões de aprendizagem. Os outros membros da família intervêm de forma mais limitada, com os avós a terem o papel mais importante em apenas 7% das famílias. Constata-se, finalmente, que 45% das crianças com menos de 2 anos são consideradas demasiado jovens para aprenderem alguma coisa. Pode ser que algumas mães tenham tido uma interpretação superficial da noção de aprendizagem e pensassem que a questão abrangia as crianças mais velhas. Entre as crianças com menos de dois anos, constata-se que se 64% têm menos de 1 ano, quer dizer que 36% têm 1 ou 2 anos, faixas etárias em que se pode por em prática aprendizagens adaptadas. Esta opinião é um tanto ou quanto problemática para essas crianças na medida em que ela não permite que ninguém intervenha na aprendizagem da criança.

Por fim, a última questão desta parte do questionário sobre o desenvolvimento cognitivo tem que ver com o tempo que, eventualmente, a criança passa a ver televisão. O quadro 91, adiante, dá as respostas obtidas. A maioria das crianças (66%) vê televisão, pelo menos, diariamente. Globalmente, 7% fá-lo mais de três horas por dia, 25% entre 1 e 3 horas e 33% menos de uma hora por dia. Apenas 18% das crianças raramente ou nunca vê televisão. À medida que as crianças vão crescendo, mais tempo passam à frente da televisão. Entre as crianças com menos de dois anos, 42% vê televisão diariamente mesmo se a maioria (31%) fá-lo menos de uma hora. Quando as crianças estão mais velhas, 85% fazem o mesmo. 45% das crianças com 3 e 4 anos vê televisão mais de uma hora por dia e 52% entre as com 5 e 6 anos. Estes dados são, claramente, mais elevados comparativamente ao que se passa noutros países onde estudo semelhante foi realizado.

Quadro 91 Tempo que a criança passa a ver televisão

Tempe que a chança passa a ver televisae												
Tempo passado a	0 a 2 anos		3 e 4	3 e 4 anos		5 e 6 anos		tal				
ver televisão	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%				
Mais de 3 horas por dia	595	2,0%	2 323	11,8%	1 828	9,8%	4 746	6,9%				
Entre 1 a 3 horas por dia	2 834	9,3%	6 656	33,8%	7 963	42,7%	17 453	25,4%				
Menos de uma hora por dia	9 305	30,6%	7 375	37,4%	6 333	34,0%	23 013	33,4%				
Algumas vezes por semana	24	0,1%	50	0,3%	54	0,3%	128	0,2%				
Raramente	843	2,8%	696	3,5%	533	2,9%	2 072	3,0%				
Nunca	6 112	20,1%	2 409	12,2%	1 846	9,9%	10 367	15,1%				
Não se coloca a questão	10 737	35,3%	204	1,0%	82	0,4%	11 023	16,0%				
Total	30 450	100,0%	19 713	100,0%	18 639	100,0%	68 802	100,0%				

Além dos resultados sobre os comportamentos elementares relativos ao desenvolvimento cognitivo, foi elaborado um índice sintético para caracterizar, de forma global, o grau de atividade da mãe sobre esses aspetos do desenvolvimento da criança. O índice tem em consideração as situações em que as mães incitam os filhos a brincar, participam nas suas brincadeiras e propõe-lhes para brincar, elas explicam-nas os fenómenos da vida quotidiana, ensinam-lhes as noções de número e quantidade, o número de brincadeiras que as crianças realizam, se fazem pinturas ou desenhos, e finalmente, as reações das mães quando os filhos têm algum insucesso. Este indicador vai de 0 (nenhuma atividade) a 15 (atividade muito intensa da mãe neste plano), com uma média de 7,6. Constata-se que se 27% das mães da amostra são pouco ativas neste domínio (pontuação inferior a 5), 57% são mais ou menos ativas (pontuação compreendida entre 6 e 10), e apenas 16% põe em prática diversas ações (pontuação superior a 11) no intuito de facilitar o desenvolvimento cognitivo da criança.

## II.12 RELATIVO ÀS PRÁTICAS EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Esta parte do questionário interessa-se pelas práticas familiares no âmbito do desenvolvimento social da criança. Trata-se, sobretudo da transmissão de regras, assim como das reações da mãe face a um comportamento negativo ou positivo do filho.



As mães, são abordadas primeiramente sobre a perceção que elas têm em relação a importância da transmissão de regras (quadro 92 adiante). Observa-se que, se a grande maioria das mães (79%) diz que a transmissão de regras constitui uma atividade importante da educação dada aos filhos, esta atividade é considerada essencial por apenas 3% das mães da amostra. Em sentido contrário, apenas 0,3% das mães pensa que os pais não precisam dar uma atenção especial a esta parte do desenvolvimento da criança, porque, de certa forma, são aprendizagens que a criança pode adquirir sozinha e de forma progressiva, à medida que for crescendo. Mais importante, 20% das mães diz não ter opinião sobre a questão. Se esta opinião é, no mínimo, problemática, constata-se que ela abrange sobretudo as crianças com menos de 2 anos (40% das suas mães não sabem como responder).

Quadro 92 Importância da transmissão de regras sociais à criança de acordo com a idade

Transmissão de	0 a 2 anos		3 e 4	anos	5 e 6 anos		Total	
regras	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Essencial	484	1,6%	961	4,9%	731	3,9%	2 176	3,2%
útil	17 143	56,2%	17 621	89,4%	17 567	94,2%	52 331	76,0%
Inútil	23	0,1%	88	0,4%	120	0,6%	231	0,3%
NS	12 215	40,1%	1 022	5,2%	221	1,2%	13 458	19,6%
Não se coloca	620	2,0%	20	0,1%	0	0,0%	640	0,9%
Total	30 485	100,0%	19 712	100,0%	18 639	100,0%	68 836	100,0%

Ainda em relação à transmissão de regras sociais, pergunta-se às mães quais as pessoas que mais o fazem. Importa dizer que as mães puderam citar diversas pessoas. As suas respostas são apresentadas no quadro 93, a seguir.

Quadro 93 Quem contribui para a transmissão de regras sociais à criança?

Interações com a	0 a 2	anos	3 e 4 anos		5 e 6	anos	То	tal
criança	Número	% Sim	Número	% Sim	Número	% Sim	Número	% Sim
Mãe	10 014	32,9%	12 033	61,1%	11 947	64,1%	33 994	49,4%
Pai	3 298	10,8%	5 039	25,6%	3 611	19,4%	11 948	17,4%
Pais	4 733	15,5%	4 569	23,2%	4 230	22,7%	13 532	19,7%
Avo	5 800	19,0%	6 067	30,8%	5 251	28,2%	17 118	24,9%
Membro da família	5 637	18,5%	5 711	29,0%	7 039	37,8%	18 387	26,7%
Empregada doméstica	402	1,3%	267	1,4%	329	1,8%	998	1,4%
Outro adulto	827	2,7%	1 229	6,2%	1 104	5,9%	3 160	4,6%
Não se coloca a questão	14 870	48,8%	1 187	6,0%	269	1,4%	16 326	23,7%

#### PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS ESPECÍFICOS DAS PESSOAS ENCARREGADAS DA CRIANÇA

Constata-se que é a mãe que tem o papel principal na matéria (49% das citações). O pai, sozinho, intervém em 17% das crianças e os pais, juntos, em 20% das crianças. Para além dos pais, outros membros da família intervêm em 27% das crianças e os avós em 25%. Constata-se também que todas as pessoas citadas envolvem-se mais à medida que a criança for crescendo o que vai ao encontro do ponto segundo o qual a transmissão das regras sociais é considerada acessória para as crianças mais jovens (o que é confirmado pela forte percentagem de mães que responderam que esta questão não abrange os filhos quando estes têm menos de 2 anos).

Somou-se as respostas das mães que puderam citar várias pessoas. As respostas relativas à mãe, ao pai ou aos dois foram recodificadas para não serem contabilizadas diversas vezes. O quadro 94, a seguir apresenta o número de pessoas que contribuem para a transmissão das regras sociais às crianças.

Quadro 94

Número de pessoas que transmitem as regras sociais à criança

Regras sociais	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0	14 614	47,9%	1 116	5,7%	199	1,1%	15 929	23,1%
1	4 677	15,3%	5 017	25,5%	5 702	30,6%	15 396	22,4%
2	5 845	19,2%	8 256	41,9%	7 827	42,0%	21 928	31,9%
3	3 443	11,3%	4 613	23,4%	3 947	21,2%	12 003	17,4%
4	1 665	5,5%	493	2,5%	876	4,7%	3 034	4,4%
5	229	0,8%	211	1,1%	89	0,5%	529	0,8%
6	11	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	11	0,0%
Total	30 484	100,0%	19 706	100,0%	18 640	100,0%	68 830	100,0%
Média	1,	,1	1,	,9	2,	,0	1,	,6

Põe-se de parte as crianças com menos de 2 anos, que, como já se viu, são consideradas muito jovens para que lhes sejam ensinadas regras sociais. Para as crianças com mais de 3 anos, constatase que apenas uma minoria não tem nenhuma referencia no que tange a transmissão de regras. Isto acontece com 6% das crianças de 3 e 4 anos e 1% das com mais de 5 anos. Entre as outras crianças, uma grande maioria tem entre 1 a 3 pessoas que intervêm neste aspeto. Em média, entre os 3 e os 6 anos, 28% das crianças aprendem as regras de uma só pessoa, 42% de duas pessoas e 22% de três pessoas diferentes.

De forma mais específica, pode ser que seja pertinente proibir à criança de fazer tal ou tal coisa na vida quotidiana nas suas dimensões práticas ou relacionais. Uma questão do inquérito explorava como a família agia nesta matéria. O quadro 95, a seguir, apresenta a distribuição das respostas das mães, de acordo com a faixa etária da criança.



Quadro 95 Ações postas em prática para proibir qualquer coisa à criança

Proibições	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6 anos		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Explico-lhes	11 617	38,1%	12 357	62,9%	12 053	64,9%	36 027	52,4%
Não proíbo quase nada	391	1,3%	52	0,3%	50	0,3%	493	0,7%
Amedronto-lhe	1 518	5,0%	1 561	7,9%	1 766	9,5%	4 845	7,1%
Ameaço-o (pra- gas, maldiçoes)	1 602	5,3%	4 640	23,6%	4 035	21,7%	10 277	15,0%
Outro	442	1,5%	438	2,2%	486	2,6%	1 366	2,0%
Não se coloca a questão	14 900	48,9%	606	3,1%	179	1,0%	15 685	22,8%
Total	30 470	100,0%	19 654	100,0%	18 569	100,0%	68 693	100,0%

Baseando-se nos dados do quadro, pode-se destacar dois tipos de resultados. O primeiro é que apenas uma minoria de mães diz não proibir nada à criança. Essas mães representam, em média, 0,7% da amostra. Um bom número de mães (23%) diz que o filho é muito novo para que lhe seja proibido qualquer coisa mesmo se esta percentagem abrange quase somente as crianças com menos de 2 anos. A questão é discutível para as crianças de 1 a 2 anos (que representam 40% dessas crianças), na medida em que, com essa idade, as crianças são capazes de compreender o que é proibido e que o devem respeitar. Esta resposta é, portando, uma forma de nada fazer. Se juntarmos as mães que dizem que não proíbem nada aos filhos e as que pensam que os filhos são muito jovens para serem confrontados com proibições, conclui-se que 50% das crianças com menos de 2 anos não enfrenta nenhum tipo de proibição/interdição por parte das mães.

A segunda informação é que, entre as práticas ativas para proibir qualquer coisa à criança, o recurso à explicação constitui a maioria das reações adotadas pelas mães (52% em média), e esta percentagem aumenta com a idade da criança (de 38% quando ela tem menos de 2 anos a 63% quando ela já está com 3 ou 4 anos e 65% quando ela tem mais de 5 anos). Amedrontar ou ameaçar a criança abrange 22% das crianças, uma percentagem que aumenta quando a criança tem mais de 3 anos: de 10% quando a criança tem menos de 2 anos para um pouco mais de 30% quando ela está mais velha.

As mães foram interrogadas sobre as pessoas que intervêm quando a criança não respeita as regras (quadro 96, adiante). Aqui, constata-se também que é a mãe que mais intervém quando a criança não respeita as regras, seja sozinha em 49% das famílias, seja juntamente com o pai em 18% das famílias. O pai intervém sozinho em apenas 15% das crianças. Os avós e outros membros da família intervêm em, respetivamente, 24% e 19% das famílias. Aqui também se nota que metade das mães das crianças com menos de 2 anos considera que o filho é muito novo para que alguém intervenha quando não ele não respeite as regras.

#### PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS ESPECÍFICOS DAS PESSOAS ENCARREGADAS DA CRIANÇA

Quadro 96

Quem intervém quando a criança não respeita as regras?

Desrespeito das	0 a 2	anos	3 e 4	4 anos 5 e 6 anos		anos	Total	
regras	Número	% Sim	Número	% Sim	Número	%Sim	Número	% Sim
Mãe	9 500	31,2%	12 594	63,9%	11 416	61,2%	33 510	48,7%
Pai	2 809	9,2%	4 021	20,4%	3 432	18,4%	10 262	14,9%
Pais	4 112	13,5%	4 431	22,5%	3 800	20,4%	12 343	17,9%
Avo	5 125	16,8%	5 590	28,4%	5 625	30,2%	16 340	23,8%
Membro da família	3 414	11,2%	4 026	20,4%	5 697	30,6%	13 137	19,1%
Empregada doméstica	250	0,8%	281	1,4%	9	0,0%	540	0,8%
Outro adulto	209	0,7%	600	3,0%	577	3,1%	1 386	2,0%
Não se coloca	15 216	50,0%	748	3,8%	185	1,0%	16 149	23,5%

Da mesma forma que se fez para a transmissão de regras, juntou-se as respostas das mães para se saber quantas pessoas elas citam. As relativas à mãe, ao pai ou aos dois foram recodificados para não serem contabilizados diversas vezes. O quadro 97, a seguir, apresenta o número de pessoas que intervêm se a criança não respeitar uma regra estabelecida.

Quadro 97 Número de pessoas que intervêm em caso de desrespeito das regras

Desrespeito das	0 a 2	anos	3 e 4 anos 5 e 6 anos		То	Total		
regras	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0	14 801	48,6%	592	3,0%	159	0,9%	15 552	22,6%
1	6 472	21,3%	7 050	35,8%	6 931	37,2%	20 453	29,7%
2	5 723	18,8%	8 809	44,7%	8 259	44,3%	22 791	33,1%
3	2 845	9,3%	2 812	14,3%	2 874	15,4%	8 531	12,4%
4	586	1,9%	449	2,3%	396	2,1%	1 431	2,1%
5	0	0,0%	0	0,0%	21	0,1%	21	0,0%
6	11	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	11	0,0%
Total	30 438	100,0%	19 712	100,0%	18 640	100,0%	68 790	100,0%
Média	0,	,9	1	,8	1,	.8	1,	,4

Encontra-se, sensivelmente o mesmo padrão da transmissão de regras. De forma geral, constata-se que se a criança desrespeita uma regra estabelecida há, globalmente, uma reação dos adultos. Entre as crianças com menos de 2 anos, a não intervenção é, de longe, a reação mais frequente, ninguém intervém ou a criança é considerada muito nova para ser confrontada com esta questão. O número



de reações face ao desrespeito da regra é, claramente, mais frequente, quando as crianças têm mais de 3 anos. Nesta faixa etária, em média, 36% das crianças é confrontada com um adulto quando não respeita as regras, 44% com dois adultos e 15% com três pessoas.

Pode-se analisar agora a natureza da reação «parental» quando a criança desobedece as ordens dadas, assim como quando se comportou mal perante outras pessoas (adultos ou crianças). Essas questões foram colocadas de forma que as mães pudessem citar uma ou mais reações que podem ter. Analisase agora estes dois aspetos das reações parentais de forma sucessiva. O quadro 98, a seguir, mostra, em primeiro lugar, a distribuição das reações parentais em caso de desobediência da criança.

Quadro 98

Reacões parentais face a uma situação de desobediência da criança

Em caso de	0 a 2	anos	3 e 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
desobediência	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Não faço nada de especial	418	1,1%	129	0,4%	81	0,3%	628	0,6%
Encoraja-o a obedecer	9 016	23,7%	9 735	32,1%	9 243	31,5%	27 994	28,6%
Proibo-o de brincar	393	1,0%	839	2,8%	1048	3,6%	2280	2,3%
Dou-lhe um trabalho para fazer	11	0,0%	311	1,0%	91	0,3%	413	0,4%
Puni-o	2 334	6,1%	4 306	14,2%	4 646	15,8%	11 286	11,5%
Privo-o das refeições	9	0,0%	210	0,7%	74	0,3%	293	0,3%
Ameaço-o	164	0,4%	281	0,9%	528	1,8%	973	1,0%
Bato-o	11 463	30,1%	13 999	46,1%	13 415	45,8%	38 877	39,8%
Não se coloca a questão	14 244	37,4%	558	1,8%	193	0,7%	14 995	15,3%
Soma das reações	38 052	100,0%	30 368	100,0%	29 319	100,0%	97 739	100,0%

Quatro tipos de comportamentos são identificados na mãe quando o filho desobedece:

- . O primeiro comportamento consiste em nada fazer, que pode ter uma forma explícita (« não faço nada de especial») que tem poucas citações ( 1% da amostra), ou uma forma implícita ( « a criança é muito nova»), maioritária no grupo das crianças mais novas (37%).
- . O segundo comportamento consiste em encarar a criança de forma positiva, dando-lhe explicações e encorajando-o a obedecer as indicações que lhe foram dadas. Este comportamento é um tanto ou quanto partilhado entre as mães: para toda a amostra, ele (o comportamento) obtém 29% das citações, com um número mais reduzido entre as crianças mais jovens (24%) mas que aumenta depois dos 3 anos (32%).

#### PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS ESPECÍFICOS DAS PESSOAS ENCARREGADAS DA CRIANÇA

- . O terceiro comportamento pretende punir, de alguma maneira, a criança para que ela saiba que desobedecer implica consequências negativas para ele: puni-lo, proibi-lo de brincar, privá-lo das refeições ou dar-lhe um trabalho para fazer. Este comportamento é citado por 7% das mães das crianças com menos de 2 anos mas é mais adotado entre as mais velhas (20%).
- . O quarto comportamento vai mais longe na dimensão negativa já que se trata de ameaçar ou bater a criança. Somados, estes dois comportamentos são maioritários entre as mães da amostra (41%). A ameaça recolhe claramente menos citações que o castigo físico da criança que é a resposta mais citada. No final, 30% das mães diz ameaçar ou bater o filho com menos de 2 anos quando este desobedece. Este comportamento é citado, principalmente, por 46% das mães de crianças com menos de 3 anos.

A distribuição das reações parentais quando a criança tem um comportamento considerado negativo perante as outras pessoas (adultos/crianças) é mostrada no quadro 99 a seguir.

Quadro 99 Reações parentais perante um comportamento negativo da criança

Em caso de mau	0 a 2	anos	3 e 4 anos		5 e 6	anos	То	tal
comportamento	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Não faço nada de especial	302	0,8%	290	1,0%	79	0,3%	671	0,7%
Explico-lhe	9 003	23,3%	10 256	34,4%	9 868	34,4%	29 127	30,0%
Ameaço-o	389	1,0%	645	2,2%	543	1,9%	1 577	1,6%
Ralho com ele	5 873	15,2%	7 149	24,0%	7 341	25,6%	20 363	21,0%
Bato-o	8 724	22,6%	10 524	35,3%	10 374	36,2%	29 622	30,5%
Não se coloca a questão	14 393	37,2%	935	3,1%	490	1,7%	15 818	16,3%
Somme des réactions	38 684	100,0%	29 799	100,0%	28 695	100,0%	97 178	100,0%
Total	30 460	100,0%	19 714	100,0%	18 640	100,0%	68 814	100,0%

Encontra-se quase o mesmo padrão que anteriormente. Se 1% das mães mantém-se passiva quando o filho se comporta mal, 16% pensa que a criança é muito nova para ser confrontada com esta questão (principalmente quando ela tem menos de 2 anos). Os comportamentos mais referidos são, por um lado, explicar à criança como se comportar quando ela agiu mal (30%) e, por outro lado, bate-la (30%), nomeadamente quando ela tem mais de 3 anos (em média, 35%). Ainda no que se refere às reações negativas, 21% das mães ralha com a criança quando esta se comporta mal, uma percentagem média que vai aumentando à medida que a criança for crescendo.



No entanto, a criança não se comporta sempre mal ou de forma inadequada, ela pode também ter comportamentos positivos. Duas grandes categorias de reações parentais são identificadas: i) os pais não têm uma reação particular (é normal comportar-se bem), e ii) os pais têm uma reação positiva, que, no sentido lato, reconhece que a criança se comportou bem e encoraja-a a continuar com os bons comportamentos. O quadro 100, a seguir, apresenta as respostas obtidas junto das mães da amostra.

Quadro 100 Reações parentais perante um comportamento positivo da criança

Comportamento	0 a 2 anos		3 e 4	3 e 4 anos		anos	То	tal
positivo	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Valorizo-o e felici- to-o	10 519	34,6%	11 947	60,6%	12 393	66,5%	34 859	50,7%
Recompenso-o	8 350	27,4%	6 543	33,2%	4 529	24,3%	19 422	28,2%
Nada de especial	1 035	3,4%	907	4,6%	1 634	8,8%	3 576	5,2%
Não se coloca a questão	10 516	34,6%	316	1,6%	84	0,5%	10 916	15,9%
Total	30 420	100,0%	19 713	100,0%	18 640	100,0%	68 773	100,0%

O primeiro comportamento (passivo) engloba os casos em que a mãe considera que a criança é muito nova para ser receptiva e em que a mãe, simplesmente, não reage face a um comportamento positivo. Uma situação que abrange 38% das crianças quando estas têm menos de 2 anos, contra 6% das crianças de 3 e 4 anos e 9% das crianças de 5 e 6 anos.

As reações positivas da mãe perante um comportamento positivo da criança são maioritárias, com um aumento da frequência das citações com a idade da criança. Assim, 62% das crianças com menos de 2 anos seria encorajada em caso de comportamento positivo, 94% se elas têm 3 ou 4 anos e 91% se têm mais de 5 anos.

O quadro 101, adiante, dá as informações sobre as eventuais ações da mãe na perspetiva de ajudar o filho a ser mais autónomo nas questões da alimentação, de vestuário, de realização das tarefas quotidianas e de higiene (são dadas apenas as informações das crianças com mais de 2 anos).

Constata-se que a grande maioria das mães mostra às crianças como fazer para desenvolver sua autonomia em matéria de alimentação (86%), de higiene (90%), de vestuário (89%) e de tarefas quotidianas (88%). Quando elas não o fazem, é, sobretudo porque pensam que os filhos são muitos jovens para serem confrontados com esta questão. Há poucas variações de acordo com a idade das crianças: a percentagem de crianças que as mães consideram muito novas para serem confrontadas com ações em matéria de autonomia é um pouco elevada quando as crianças têm 2 a 4 anos, enquanto a percentagem de crianças que aprendem a ser autónomas sozinhas é maior entre as crianças de 5 e 6 anos.

#### PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS ESPECÍFICOS DAS PESSOAS ENCARREGADAS DA CRIANÇA

Quadro 101

Ajuda à autonomia da criança em diversos domínios

Ajuda a autonomia da criai	nça em dive	rsos domin	ios			
		Ajuda à aut	onomia em	matéria de a	ılimentação	
	2 a 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Faixa etária	N	%	N	%	N	%
Sim, mostro-lhe	25 876	85,4%	16 345	87,7%	42 221	86,3%
Não, aprende só	1 199	4,0%	1 876	10,1%	3 075	6,3%
NS	41	0,1%	408	2,2%	449	0,9%
Não se col. a que.	3 201	10,6%	0	0,0%	3 201	6,5%
Total	30 317	100,0%	18 629	100,0%	48 946	100,0%
		Ajuda à a	iutonomia e	m matéria d	e higiene	
	2 a 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Faixa etária	N	%	N	%	N	%
Oui, je lui montre	26 496	87,5%	17 665	94,8%	44 161	90,3%
Non, il apprend seul	433	1,4%	717	3,8%	1 150	2,4%
NSP	0	0,0%	226	1,2%	226	0,5%
Non concerné	3 358	11,1%	21	0,1%	3 379	6,9%
Total	30 287	100,0%	18 629	100,0%	48 916	100,0%
		Ajuda à aı	utonomia en	n matéria de	vestuário	
	2 a 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Faixa etária	N	%	N	%	N	%
Sim, mostro-lhe	26 496	87,5%	17 263	92,7%	43 759	89,5%
Não, aprende só	433	1,4%	1 069	5,7%	1 502	3,1%
Não sabe	0	0,0%	244	1,3%	244	0,5%
Não se col. a que.	3 358	11,1%	52	0,3%	3 410	7,0%
Total	30 287	100,0%	18 628	100,0%	48 915	100,0%
		Ajuda er	m matéria de	e tarefas quo	otidianas	
	2 a 4	anos	5 e 6	anos	То	tal
Faixa etária	N	%	N	%	N	%
Sim, mostro-lhe	26 496	87,5%	16 319	87,7%	42 815	87,6%
Não, aprende só	433	1,4%	1 837	9,9%	2 270	4,6%
Não sabe	0	0,0%	411	2,2%	411	0,8%
Não se col. a que.	3 358	11,1%	33	0,2%	3 391	6,9%
Total	30 287	100,0%	18 600	100,0%	48 887	100,0%



Se juntarmos os comportamentos parentais relativos às ações para a autonomia das crianças nos quatro domínios considerados (quadro 102, a seguir), reencontra-se o ponto evocado anteriormente, segundo o qual a grande maioria das mães é pró-ativa neste plano.

Quadro 102 Grau de ajuda à criança para a autonomia nas suas atividades quotidianas

Grau de ajuda	2 a 4 anos		5 e 6	anos	os Total		Tota	
	Número	%	Número	%	Número	%	Nombre	%
0	2 991	9,9%	679	3,6%	3 670	7,5%	34 290	49,8%
1	551	1,8%	264	1,4%	815	1,7%	2 784	4,0%
2	655	2,2%	765	4,1%	1 420	2,9%	10 056	14,6%
3	3 027	10,0%	1 881	10,1%	4 908	10,0%	4 682	6,8%
4	23 091	76,2%	15 038	80,7%	38 129	77,9%	2 778	4,0%
Total	30 315	100,0%	18 627	100,0%	48 942	100,0%	160	0,2%

Constata-se que 86% das crianças dos 2 aos 4 anos é ajudada para desenvolverem sua autonomia em três ou quatro domínios (sendo que 76% é ajudada nos quatro domínios) contra 91% das crianças de 5 e 6 anos (81% é ajudada nos quatro domínios).

A questão seguinte tem que ver com as brincadeiras e as relações que a criança pode ter com outras crianças. As respostas dadas pelas mães são apresentadas no quadro 103, adiante. Constata-se que à medida que a criança for crescendo, mais ela brinca com outras crianças: se 69% das crianças com menos de 2 anos brinca com outras crianças (sendo que 21% são consideradas muito novas para serem confrontadas com esta questão), quase todas as crianças com mais de 3 anos brincam com outras crianças. Nota-se que a grande maioria das crianças brinca fora de casa.

Quadro 103

A criança brinca com outras crianças?

Brinca com outras	0 a 2	0 a 2 anos		3 e 4 anos		anos	То	tal
crianças?	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sim, com os seus irmãos e irmãs	4 144	13,9%	3 122	16,0%	3 488	19,1%	10 754	15,9%
Sim, com outras crianças	16 378	54,9%	15 776	80,8%	14 415	78,9%	46 569	68,9%
Nao, geralmente brinca sozinha	2 956	9,9%	554	2,8%	355	1,9%	3 865	5,7%
Não se coloca a questao	6 355	21,3%	83	0,4%	9	0,0%	6 447	9,5%
Total	29 833	100,0%	19 535	100,0%	18 267	100,0%	67 635	100,0%

#### PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS ESPECÍFICOS DAS PESSOAS ENCARREGADAS DA CRIANÇA

Finalmente, o questionário aborda a questão das atividades da criança no âmbito familiar. O quadro 104, a seguir, propõe as respostas obtidas relativas às crianças com mais de 3 anos. As crianças participam de forma diferente nas diversas atividades domésticas. Quase metade é solicitada para fazer pequenas compras, um quarto os ajuda nos trabalhos em casa e 10% na apanha da água ou da lenha. As crianças participam muito pouco nos trabalhos de campo ou na preparação das refeições (3%). Por outro lado constata-se qua as meninas são mais solicitadas do que os rapazes em todas as atividades, particularmente para os trabalhos em casa e as pequenas compras.

Quadro 104

Atividades da criança no âmbito familiar

		> 3 8	anos
Género	Tipo de atividades	Número	% Género
	Trabalhos em casa	5 933	30,6%
	Prepar. das refeiçoes	675	3,5%
Menina	Apanha água, lenha	2 506	12,9%
	Pequenas compras	10 008	51,6%
	Trabalhos no campo	809	4,2%
	Trabalhos em casa	3 537	18,7%
	Prepar. das refeiçoes	325	1,7%
Rapaz	Apanha água, lenha	1 287	6,8%
	Pequenas compras	8 199	43,3%
	Trabalhos de campo	452	2,4%
	Trabalhos em casa	9 470	24,7%
	Prep. das refeiçoes	1 000	2,6%
Total	Apanha água, lenha	3 793	9,9%
	Pequenas compras	18 207	47,5%
	Trabalhos de campo	1 261	3,3%

Se se juntar a participação das crianças nas diferentes atividades domésticas (quadro 105, adiante), identifica-se uma grande variabilidade de comportamentos maternais. Efetivamente, se 47% das crianças não é solicitada para nenhuma tarefa, 44% participa em uma ou duas tarefas e 9% participa em mais de 3 atividades. O grau de participação varia um pouco de acordo com o género, com os rapazes a serem a maioria que não participa em nenhuma tarefa (52% contra 43% das meninas) e de forma mecânica, uma minoria a participar em mais de 3 atividades (5% contra 12% das meninas). Existem também diferenças de acordo com o meio de residência, com as crianças do meio urbano a constituírem a maioria que não é solicitada para as atividades domésticas familiares (57% contra 34% das crianças do meio rural) e de forma mecânica, as crianças do meio rural são as que participam mais frequentemente em mais de três atividades (14% contra 5% das crianças que vivem no meio urbano).



Quadro 105 Grau de participação das crianças nas atividades domésticas familiares

	Raj	oaz	Mer	nina	Total	
Grau de participação	Número	%	Número	%	Número	%
0	9 917	52,4%	8 286	42,7%	18 203	47,5%
1	5 613	29,6%	5 468	28,2%	11 080	28,9%
2	2 411	12,7%	3 279	16,9%	5 690	14,8%
3	644	3,4%	1 601	8,3%	2 245	5,9%
4	319	1,7%	757	3,9%	1 076	2,8%
5	32	0,2%	15	0,1%	47	0,1%
Total	18 936	100,0%	19 406	100,0%	38 341	100,0%
	Ra	paz	Menina		Total	
C						
Grau de participação	Número	%	Número	%	Número	%
O Grau de participação	Número 12 812	% 57,0%	Número 5 391	34,0%	Número 18 203	% 47,5%
0	12 812	57,0%	5 391	34,0%	18 203	47,5%
0	12 812 5 956	57,0% 26,5%	5 391 5 124	34,0% 32,3%	18 203 11 080	47,5% 28,9%
0 1 2	12 812 5 956 2 655	57,0% 26,5% 11,8%	5 391 5 124 3 035	34,0% 32,3% 19,1%	18 203 11 080 5 690	47,5% 28,9% 14,8%
0 1 2 3	12 812 5 956 2 655 621	57,0% 26,5% 11,8% 2,8%	5 391 5 124 3 035 1 624	34,0% 32,3% 19,1% 10,2%	18 203 11 080 5 690 2 245	47,5% 28,9% 14,8% 5,9%

Foi elaborado um índice global tendo como base as diferentes práticas referentes ao desenvolvimento social da criança. Este índice tem em conta as perceções das mães sobre a importância da transmissão das regras sociais, a forma como essas regras são transmitidas aos filhos, as suas reações face aos diferentes comportamentos dos filhos e se elas auxiliam os filhos a tornarem-se autónomos. Este indicador varia de 0 a 13 e a sua média fixa-se em 8,1. Se 21% das mães ajuda pouco ou muito pouco os filhos no seu desenvolvimento social (pontuação inferior ou igual a 4), 26% dá uma atenção média neste domínio (pontuação de 5 a 9) e sobretudo 53% põe em prática várias ações (pontuação superior ou igual a 10).





No corpo deste texto falou-se no fato de um ou outro aspeto das práticas familiares poder ser parcialmente diferenciada de acordo com: i) o género da criança, ii) as características sociais da sua família, e iii) a sua localização geográfica. Esta abordagem é agora, de certa forma, sistematizada baseada na prévia construção de indicadores sintéticos para cada domínio temático estudado para as práticas familiares. Esses indicadores sintéticos são construídos pela simples soma das pontuações obtidas nos diferentes itens<sup>10</sup> e, de seguida, foram padronizados (com uma média de 0 e uma diferença-tipo 1). Nota-se que cada um desses indicadores é elaborado de forma a que uma pontuação mais elevada corresponda aos comportamentos mais adequados.

Por fim e ainda relativamente à construção de indicadores sintéticos das práticas familiares, foi elaborado um indicador global que resume de forma sucinta o lado mais ou menos positivo das diversas práticas consideradas no seio da cada família. Este indicador sintético global, que resulta do fato que cada uma das dimensões temáticas tem, simultaneamente, um grau de especificidade para o domínio considerado e um grau de generalidade para o conjunto das práticas de uma família para a educação dos filhos, é identificado como o primeiro eixo de uma análise factorial feita à base das pontuações individuais do conjunto das dimensões das práticas familiares avaliadas no inquérito.

Tendo como base os diversos indicadores sintéticos nas suas diversas dimensões temáticas e na sua dimensão global, pode-se, por uma lado, analisar o seu grau de semelhança (por exemplo, até que ponto as mães com práticas adequadas em matéria de higiene as têm também em matéria de desenvolvimento social), e por outro lado, analisar em que medida estão sob influência acentuada de factores sociais no sentido lato (ou por complementaridade, até que ponto a componente pessoal é forte).

# III.1 SEMELHANÇAS DAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DIVERSOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS

A semelhança das práticas familiares nos diferentes domínios é identificada tendo como base uma matriz das correlações entre as diferentes pontuações temáticas. Os resultados são apresentados no quadro 106, adiante.

Pode-se, num primeiro momento, constatar uma forte independência dos comportamentos (coeficientes próximos de 0) em matéria de cuidados, de repouso, de saúde e, numa menor

<sup>10.</sup> Nota-se que a observação empírica tem uma forte similitude ( muito forte correlação estatística) entre os indicadores elaborados a partir de uma simples soma e os indicadores temáticos baseados nos mesmos itens e elaborados através de uma análise factorial. Preferiu-se levar em consideração os indicadores elaborados à base de somas para limitar o número de dados que faltam.

#### EM QUE MEDIDA AS PRÁTICAS PARENTAIS SÃO SOCIALMENTE DETERMINADAS?

escala, de desenvolvimento afetivo, o que sugere uma especificidade afirmada das práticas nessas dimensões. Dito de outra forma, os comportamentos das mães em cada um dos domínios não representam a sua forma de agir nos outros domínios. Existe mesmo uma correlação ligeiramente negativa das suas práticas nos diferentes domínios. Por exemplo, as mães que têm as práticas mais adequadas no domínio repouso e sono não têm os melhores comportamentos em matéria de saúde ou de desenvolvimento social (podendo acontecer também o inverso).

Quadro 106 Semelhanças das práticas familiares nos diversos domínios temáticos

Dimensões	Afectiva	Saúde	Alimentação	Repouso	Higiene	Global
Afectiva	1	0,47	-0,23	-0,33	0,00 (ns)	0,10
Saúde		1	-0,05	-0,05	-0,04	-0,02
Alimentação			1	-0,02	0,35	0,61
Repouso				1	0,00 (ns)	-0,05
Higiene					1	0,78
Cuidados						-0,09
Proteção						0,24
Linguagem						0,71
Cognitivo						0,76
Social						0,71
Global						1

Dimensões	Cuidados	Proteção	Linguagem	Cognitivo	Social	Global
Afectiva	-0,23	0,05	0,09	0,10	0,04	0,10
Saúde	0,02	-0,04	-0,01 **	0,00 (ns)	0,00 (ns)	-0,02
Alimentação	-0,07	-0,02	0,23	0,33	0,45	0,61
Repouso	0,25	0,28	0,13	-0,04	-0,25	-0,05
Higiene	-0,02	0,23	0,51	0,43	0,45	0,78
Cuidados	1	0,35	0,13	0,00 (ns)	-0,36	-0,09
Proteção		1	0,4	0,13	-0,16	0,24
Linguagem			1	0,47	0,26	0,71
Cognitivo				1	0,46	0,76
Social					1	0,71
Global						1

Salvo mencao contrária, os coeficientes são significativos até .001;

senão, o limite de significatividade é: ns: não significativo; \* = significativo até .05; \*\*= até .01



Assim sendo, mesmo se os indicadores são globalmente independentes dos outros, constatam-se ligações entre as práticas (iii) em matéria de repouso, de cuidados e de proteção bem como (ii) em matéria de saúde e de desenvolvimento afetivo. Existem associações significativamente mais intensas nas práticas concernentes à alimentação, higiene, linguagem, desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento social (células azuis). Isto significa que as mães com as práticas mais adequadas em um desses domínios são as que têm as práticas mais adequadas nos outros domínios (podendo acontecer também o inverso com as que têm as práticas menos adequadas num desses domínios). No geral, esses indicadores são os que contribuem de forma substancial para a definição estatística do indicador sintético global.

# III.2 A DIMENSÃO SOCIAL DAS PRÁTICAS FAMILIARES NAS DIFERENTES DIMENSÕES

Para analisar a dimensão social das práticas parentais tem-se como instrumento a regressão linear múltipla que permite i) avaliar a influência global dos diferentes aspetos sociais para se saber a variabilidade das práticas parentais nas diferentes dimensões exploradas no inquérito (tendo como base os indicadores sintéticos padronizados com uma média de 0 e uma diferença-tipo de 1), e ii) identificar o papel de cada um dos factores sociais susceptíveis de serem considerados separando a influência de um factor da influência de outros. Os resultados obtidos são apresentados no quadro 107, a seguir.

#### EM QUE MEDIDA AS PRÁTICAS PARENTAIS SÃO SOCIALMENTE DETERMINADAS?

Quadro 107

Análise da regressão das pontuações temáticas de acordo com as variáveis sociais

Variável	Modalidades	Afetivo	Saúde	Aliment.	Sono	Higiene	Prevençao
CONSTANTE		0,06 (ns)	0,36 ***	-1,44 ***	0,32 ***	-1,89 ***	0,35 ***
Idade da crianç	ça (em anos)	0,01 (ns)	-0,01 (ns)	0,57 ***	-0,21 ***	0,32 ***	-0,10 ***
Idade da crianç	ça 2	-0,0 ***	0,00 (ns)	-0,07 ***	-0,00 *	-0,02 ***	0,15 ***
Sexo	Menina	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
	Rapaz	-0,05 ***	0,06 ***	0,06 ***	-0,12 ***	-0,06 ***	-0,05 ***
Meio	Rural	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
	Urbano	-0,66 ***	-0,36 ***	0,18 ***	0,42 ***	-0,51 ***	0,16 ***
Zone	Santo Antão e Sao Vicente	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
	Sao Nicolau, Fogo e Brava	-0,59 ***	-0,60 ***	-0,04 ***	-0,01 (ns)	-0,17 ***	-0,01 (ns)
	Sal, Boa Vista e Maio	-0,94 ***	-0,86 ***	0,23 ***	0,18 ***	0,09 ***	0,27 ***
	Santiago	-0,28 ***	-0,58 ***	0,11 ***	0,22 ***	-0,05 ***	0,19 ***
Nível de	Quintil 1	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
rendimentos	Quintil 2			0,26 ***	0,09 ***	0,21 ***	0,16 ***
	Quintil 3	0,12 ***	0,08 ***		0,14 ***	0,28 ***	0,17 ***
	Quintil 4	0,22 ***	0,11 ***	0,30 ***	0,21 ***	0,41 ***	0,27 ***
	Quintil 5	0,24 ***	0,37 ***	0,64 ***		0,55 ***	0,36 ***
Idade da mãe (	em anos)	0,03 ***	0,03 ***	0,004 **	-0,01 ***	0,03 ***	0,01 ***
Idade da mãe 2	2	0,00 ***	0,00 ***	0,00 ***	0,00 ***	0,00 ***	0,00 ***
Estado conj.	Sozinha	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
da mãe	União de fato	0,18 ***	0,05 ***	-0,04 ***	0,10 ***	-0,09 ***	-0,01 (ns)
Percurso	Não escolarizad	ref.	ref.	ref.	ref.	ref.	ref.
escolar da mae	1-4 anos				0,06 ***	0,13 ***	0,17 ***
mac	5-6 anos				0,06 ***		
	Secundário e +	-0,08 ***	-0,29 ***	0,05 ***	0,13 ***		
R2		14,9	9,4	25,3	31,1	33,3	36,9



Variável	Modalidades	Protecçao	Linguagem	Cognitivo	Social	Global
CONSTANTE		-0,25 ***	-1,63 ***	-1,43 ***	-1,70 ***	-2,26 ***
Idade da criança	a (em anos)	-0,45 ***	0,03 ***	0,32 ***	1,00 ***	0,59 ***
Idade da criança	a 2	0,05 ***	0,01 ***	-0,02 ***	-0,11 ***	-0,06 ***
Sexo	Menina	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
	Rapaz	0,04 ***	-0,06 ***	-0,11 ***	-0,05 ***	-0,04 ***
Meio	Rural	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
	Urbano	0,21 ***	0,36 ***	-0,01 (ns)	0,29 ***	0,28 ***
Zone	Santo Antão e Sao Vicente	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
	Sao Nicolau, Fogo e Brava	-0,22 ***	0,15 ***	0,24 ***	-0,03 *	-0,01 (ns)
	Sal, Boa Vista e Maio	0,06 ***	0,20 ***	0,69 ***	0,28 ***	0,28 ***
	Santiago	0,15 ***	0,51 ***	0,58 ***	0,33 ***	0,34 ***
Nível de	Quintil 1	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
rendimentos	Quintil 2	0,16 ***	0,12 ***	0,30 ***	0,24 ***	0,25 ***
	Quintil 3	0,22 ***	0,16 ***		0,36 ***	0,37 ***
	Quintil 4	0,51 ***	0,32 ***	0,40 ***	0,47 ***	0,49 ***
	Quintil 5	0,81 ***	0,69 ***	0,74 ***	0,83 ***	0,88 ***
Idade da mãe (	em anos)	-0,01 ***	0,01 ***	-	0,003 *	0,02 ***
Idade da mãe 2		0,00 ***	0,00 ***	-	0,00 ***	0,00 ***
Estado conj.	Sozinha	réf.	réf.	réf.	réf.	réf.
da mãe	União de fato	-0,05 ***	-0,09 ***	-0,13 ***	0.10 ***	-0,08 ***
Percurso	Não escolarizad	ref.	ref.	ref.	ref.	ref.
escolar da mae	1-4 anos	0,47 ***	0,24 ***	0,13 ***	0,21 ***	0,15 ***
11100	5-6 anos	0,59 ***	0,40 ***		0,01 ***	
	Secundário e +					
R2		30,5	23,5	28,6	57,8	47,9

O limite de significatividade é : ns : não significativo ; \* = significativo até .05 ; \*\* = até .01 ; \*\*\* = até .001

#### EM QUE MEDIDA AS PRÁTICAS PARENTAIS SÃO SOCIALMENTE DETERMINADAS?

Salta à vista, em primeiro lugar, que a parte da variação explicada pelas variáveis sociais e geográficas, simbolizada pelo valor do R2, varia de acordo com os domínios temáticos considerados. Se é fraca em matéria de saúde (9%) e de desenvolvimento afetivo (15%), ela (a variação) é mais elevada em matéria de proteção (30%), de repouso (31%), de higiene (33%), de prevenção (37%) e de desenvolvimento social (58%). De forma geral, isto sugere que, se as práticas familiares temáticas estão parcialmente sob influência do contexto social e geográfico, elas estão mais condicionadas por este contexto em certos domínios e noutros não (o que acontece mais quando o R2 é elevado; por exemplo são mais condicionadas no domínio desenvolvimento social do que no domínio alimentação). Assim sendo, mesmo se alguns valores são elevados, indicam também que existem significativas variações nos comportamentos das mães de forma geral, em particular quando se situa em contextos familiares socialmente semelhantes (sendo que essas variações são maiores nos domínios em que o valor numérico do R2 é mais reduzido; por exemplo são maiores em matéria de saúde do que em matéria de prevenção).

De seguida, vê-se que as práticas das mães são diferenciadas de acordo com a **idade** dos filhos em nove dos dez domínios temáticos. As práticas mais favoráveis abrangem mais as crianças mais velhas: é o caso, nomeadamente, em matéria de desenvolvimento social, de alimentação, de higiene ou de desenvolvimento cognitivo. Por outro lado, nos domínios da proteção e do sono, as mães parecem ter práticas mais favoráveis quando os filhos são mais jovens.

No que tange ao **género**, a análise revela poucas diferenças entre os rapazes e as meninas: os efeitos são de intensidade moderada em todos os domínios, exceto no repouso e no desenvolvimento cognitivo (nos quais as meninas beneficiam das práticas mais favoráveis) e, numa menor escala, em matéria de alimentação (em que os rapazes são um pouco beneficiados).

No que tange às variáveis de natureza geográfica, constata-se, em primeiro lugar, que se as mães do meio urbano têm, globalmente, as práticas mais adequadas, o meio de residência tem um impacto que contrasta de acordo com os domínios. As mães residentes no meio urbano adotam da melhor forma as práticas mais adequadas em matéria de desenvolvimento social, de repouso, de linguagem, ou de proteção, mas as que residem no meio rural têm comportamentos mais próactivos em matéria de desenvolvimento afetivo, de higiene e de saúde. Seguidamente nota-se que as práticas das mães são diferentes de acordo com a zona de residência e em todos os domínios temáticos. Observa-se assim uma tendência geral, em que as famílias residentes em Santiago assim como as residentes no Sal, na Boavista e no Maio têm práticas mais adequadas. Esta tendência é encontrada nas práticas em matéria de desenvolvimento cognitivo, de linguagem, de prevenção, de sono ou de alimentação. Observa-se, todavia, que os domínios do desenvolvimento afetivo e da saúde (que são os menos vincados pelas características das crianças e de suas famílias) são mais tidos em conta pelas mães de Santo Antão e São Vicente comparativamente com as mães das outras zonas.

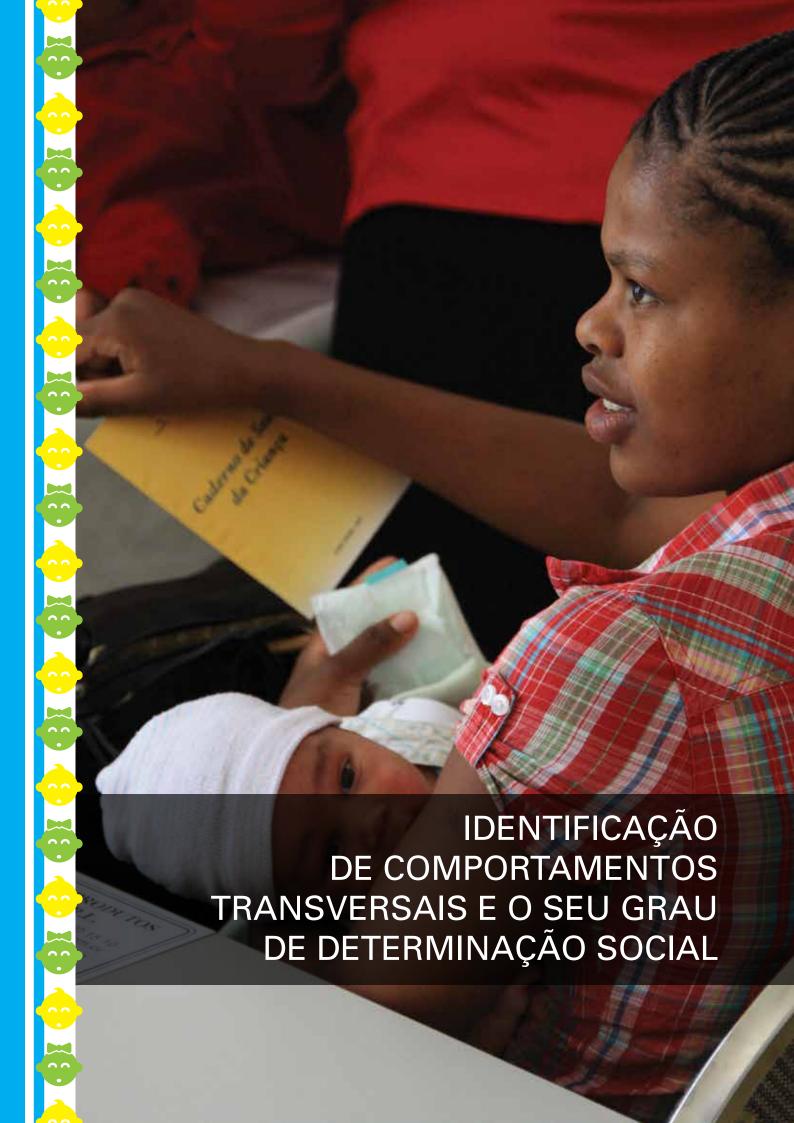


No tocante à variável **desafogo económico** avaliada segundo as Quintis de rendimentos (elaboradas mediante os activos e as condições de vida da família) ela exerce influência em todos os domínios temáticos e sempre favoráveis às famílias mais desafogadas economicamente. Efetivamente, quanto mais ricas forem as famílias, mais adequados são os comportamentos em relação ao desenvolvimento dos filhos. É a variável que tem maior impacto sobre as práticas das famílias. Isto de forma global, mas também no que tange à proteção, à linguagem, ao desenvolvimento cognitivo, à alimentação e à higiene.

A **idade das mães** influência o comportamento destas em quase todos os domínios, mas esta influência é limitada. Assim, as mães têm tendência a ter práticas mais adequadas em relação ao desenvolvimento dos filhos à medida que vão envelhecendo, exceto em matéria de repouso e proteção. Nesses dois domínios, as mães mais jovens agem de forma mais adequada do que as outras.

O **estado conjugal** das mães tem um efeito muito moderado sobre as suas práticas. Observarse-á apenas que as mães que vivem sozinhas (sejam solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas) têm práticas um pouco mais adequadas em matéria de desenvolvimento cognitivo e, no inverso, comportamentos menos adequados em matéria de desenvolvimento afetivo.

Finalmente, o **nível educativo** da mãe exerce, globalmente, um impacto significativo e positivo sobre as práticas educativas: quando as mães são escolarizadas, qualquer que seja o número de anos que estudaram, elas adotam práticas mais adequadas que as mães que nunca foram à escola. Isto é particularmente real nos domínios da proteção e do repouso. Assim sendo, as diferenças são ténues nos outros domínios, com as mães mais escolarizadas a terem até práticas menos adequadas do que as outras nos domínios da saúde.





Como foi apresentado na introdução deste texto, pode ser pertinente distinguir as práticas familiares nos diversos domínios temáticos (saúde, proteção, higiene, linguagem, repouso, etc.) e comportamentos transversais que caracterizam as condutas educativas gerais que se podem apresentar em condições variadas da vida quotidiana e em qualquer dos diferentes aspetos temáticos considerados até agora. Foram identificados vários comportamentos transversais.

## IV.1 INTENSIDADE DA PRÓ-ATIVIDADE DA MÃE

Sabe-se que a pró-atividade da mãe para o desenvolvimento do filho constitui um elemento importante para estimular o seu desenvolvimento. Este comportamento foi construído na base das seguintes informações relativas à mãe (ou à pessoa que se ocupa regularmente da criança) e abordadas no inquérito: «pensa poder influenciar significativamente o desenvolvimento da criança», «pratica ações para auxiliar a criança a crescer e desenvolver», « mostra sua afeição ao filho», «tem reações positivas (agarra-a pelo braço, fala, etc) quando a criança fala», tem reações positivas (agarra-a pelo braço, fala, etc) quando a criança está triste», « felicita e encoraja o filho», « não tem uma atitude passiva se o filho está com febre ou se a febre persistir»», « não tem uma atitude passiva se o filho está com diarreia», « acompanha a criança na hora desta se deitar» « muda as roupas do filho», « corta as unhas do filho», « garante um acompanhamento médico regular ao filho», « interage, pelo menos, diariamente com o filho», « responde às questões da crianca», « conta uma história, pelo menos, uma vez por semana ao filho», « realiza ações que contribuem para o desenvolvimento da linguagem da criança», «indica o filho para este ir brincar», «participa diariamente nas brincadeiras da criança», « ensina os números e as quantidades à criança», « adota uma atitude positiva face a uma atitude a um insucesso do filho, «reage positivamente quando a criança se comporta mal ou desobedece, e por fim « ajuda a criança a criança a desenvolver sua autonomia».

Este indicador varia numa escala que vai de 19 (19 elementos de pró-atividade são identificados no comportamento da mês) a 62 ( mãe que seria pró-ativa na grande maioria dos aspetos considerados na elaboração do indicador). A distribuição do valor do indicador é, aproximadamente normal (no plano estatístico) com uma média de 41,4. 18% das mães obtém uma pontuação inferior ou igual a 35 ( grupo de mães que se poderia qualificar de pouco pró-ativas em relação ao desenvolvimento dos filhos, com 12% obtém uma pontuação igual ou superior a 50 o que manifesta um forte grau de pró-atividade. Não restam dúvidas de que há na população uma variabilidade muito forte nos comportamentos maternais neste plano.

#### IDENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS TRANSVERSAIS E O SEU GRAU DE DETERMINAÇÃO SOCIAL

# IV.2 GRAU DE ESTRUTURAÇÃO DO CONTEXTO EM QUE VIVE A CRIANÇA

Mesmo se uma situação extrema pode, sem dúvida, parecer excessiva, geralmente, pensa-se que a criança necessita de um quadro estruturado para se desenvolver e desenvolver suas referências. No inquérito pode-se encontrar sinais que mostram esta estruturação do contexto em que vive a criança (práticas declaradas pela mãe) em várias situações das quais se destacam as seguintes que servem para identificar este indicador transversal: «dá comida à criança em horários fixos ou regulares», «impõe um tempo de sono ao filho», «obriga a criança a fazer a criança», «incita o filho a lavar as mãos», «não deixa o filho sozinho em casa», «não deixa a criança em casa sem a companhia de um adulto», «acha importante estabelecer regras ao filho», «proíbe certas atividades à criança», «reage quando a criança desobedece ou se comporta mal», «ajuda o filho a desenvolver a sua autonomia».

Este indicador varia numa escala que vai de 2 (dois elementos de estruturação do contexto em que vive a criança) a 25 (elementos de estruturação identificados em todos os aspetos considerados). A distribuição do valor deste indicador está próximo da distribuição normal (no plano estatístico) com uma média de 16,6. De acordo com este indicador, 13% das crianças teria crescido num contexto de vida muito pouco estruturado (indicador inferior ou igual a 10), enquanto 33% crescia num contexto familiar bem estruturado (valor do indicador igual ou superior a 20).

## IV.3 UTILIZAÇÃO DAS EXPLICAÇÕES DADAS À CRIANÇA

A aprendizagem das crianças passa necessariamente pela construção da sua compreensão do mundo em que vive e em que vai depois inserir-se. As experiencias quotidianas das crianças são a base desta aprendizagem progressiva. Mas os adultos e, em primeiro lugar os pais podem desempenhar um papel importante porque podem dar às crianças as chaves para compreenderem o seu ambiente físico e social, fornecendo-lhe explicações sobre o que são as coisas, porque são assim e como se comportar perante elas. Essas explicações, que devem ser de certa forma calibradas ao nível de compreensão da criança, são também uma matéria essencial para o desenvolvimento harmonioso da criança tanto no plano cognitivo como social.

No inquérito, um certo número de circunstâncias podem ser mobilizadas para identificar a intensidade dessas atividades de explicação dadas à criança pelos pais e, particular, tais como: «explica à criança que as suas reações são legítimas quando ela está triste», «felicita a criança, em particular, quando



ela se comporta bem», «encoraja a criança, particularmente quando ela não consegue realizar alguma atividade», «explica à criança a importância da higiene», «explica a existência dos perigos e como os prevenir», «tem interações frequentes com o filho», «fala com a criança sobre os fenómenos da vida quotidiana», «responde às questões da criança», «proíbe algumas atividades mas explica à criança a causa da proibição» e «explica à criança porque não deve desobedecer».

Este indicador varia numa escala que vai de 4 (quatro elementos que mostram as explicações dadas à criança) a 27 (mãe mencionada na explicação, de forma quasi-sistemática), em todas as circunstâncias consideradas na elaboração do indicador). A distribuição do valor do indicador (também próximo da normalidade) tem uma média de 15,2. 15% das mães obtém uma pontuação inferior ou igual a 11 ( grupo de mães que dão poucas ou pouquíssimas explicações aos filhos) e 13% das mães obtém uma pontuação superior ou igual a 20, o que demonstra um forte grau de explicações na forma de educar os filhos.

## IV.4 GRAU DE NEGATIVIDADE NO COMPORTAMENTO MATERNAL

A criança, de certa forma por definição, não se comporta espontaneamente da forma que a mãe desejaria. A mãe tem a tentação de exprimir negatividade, ou ralhando com a criança, ou ameaçando-a ou mesmo batendo-a. Esses comportamentos negativos, que forçosamente existem, podem ser, no entanto, raros ou muito frequentes. Dispõe-se, no inquérito, de um certo número de circunstâncias em que a mãe pode adotar, ou não, tal tipo de comportamento. Os aspetos seguintes são considerados para a elaboração de um indicador que caracteriza estes comportamentos, de forma global: «a mãe repreende ou ameaça a criança quando esta está agitada ou quando chora», «ela não mostra nenhum sinal de afeição para com a criança», «a mãe não encoraja a criança para que ela tenha sucesso ou se comporte bem», «a mãe não felicita a criança que teve sucesso ou se comporta como ela deseja»; pelo contrário, «ela amedronta ou ameaça a criança para que esta compreenda o que deve ou não deve fazer», «a mãe proíbe alguma coisa sem dar explicações à criança que justificariam a proibição», « a mãe ameaça ou bate a criança se esta desobedeceu ou teve um comportamento inadequado».

O valor numérico deste indicador varia numa escala que vai de 0 (nenhum elemento que mostre a existência de um comportamento negativo da mãe) a 14 (mãe que que teria um comportamento negativo em todas as circunstâncias do inquérito exploradas na elaboração do indicador). A distribuição do valor do indicador é caracterizada por uma média de 4,9. Esta distribuição mostra também que 43% das mães obtêm uma pontuação igual ou superior a 4 o que é prova de pouca negatividade e que apenas 1% das mães tem uma pontuação igual ou superior a 10, o que manifesta uma frequente propensão para adotar um comportamento negativo para com os filhos.

### IV.5

### RELAÇÃO ENTRE INDICADORES TRANSVERSAIS E TIPOLOGIA DE CONDUTAS EDUCATIVAS

Pode ser interessante analisar agora se existem relações entre os quatro comportamentos transversais e identificar uma tipologia de condutas familiares. No que tange às relações entre os quatro tipos de condutas vistos aqui, convém construir a matriz das correlações que elas mantêm entre si. O quadro 108 apresenta esta matriz.

Quadro 108

Matrice des corrélations des approches éducatives

Condutas educativas	Pró-atividade	Estruturação	Explicação	Negatividade
Pró-atividade	1	0,49	0,80	-0,31
Estruturação		1	0,32	0,10
Explicação			1	-0,45
Negatividade				1

Todos os coeficientes são significativos até o limite de .001.

Observa-se, antes de mais uma ligação muito forte entre a pró-atividade e a explicação (o coeficiente é de 0,80). Assim, as mães mais inclinadas para uma dessas condutas têm tendência a estarem também inclinadas para outra. Se as relações são fortes também entre a pró-atividade e a estruturação, elas são, pelo contrário, mais moderadas entre a estruturação e a explicação. De forma global, pode-se, todavia, reter que essas três condutas educativas mantêm fortes relações.

Uma segunda constatação tem que ver com a relação entre a negatividade e os outros comportamentos transversais das mães. Nota-se que a negatividade mantém relações negativas com a pró-atividade, de um lado e, de outro lado, com a explicação. Isto indica que as mães que adotam práticas consideradas negativas são diferentes das que adotam comportamentos pró-activos e sobretudo práticas voltadas para a explicação.

Nota-se também que a negatividade e estruturação são condutas independentes (o coeficiente está perto de 0).

Baseando-se nessas informações, torna-se pertinente construir uma tipologia das famílias da amostra de acordo com o cruzamento, por um lado, do total das pontuações dos três aspetos das condutas familiares identificadas como positivas (pró-atividade, estruturação e explicação) e, por outro lado, do total das pontuações dos aspetos menos positivos (negatividade). O quadro 109, a seguir, mostra a distribuição das mães da amostra de acordo com este cruzamento.



Quadro 109 Cruzamento das práticas transversais «positivas» e «negativas»

		Grau de j	orática transversal	negativa	Total
		0	1	2	
	0	4 369	3 899	3 269	11 537
	1	3 849	3 328	2 618	9 795
Grau de	2	2 975	3 916	2 236	9 127
práticas transversais	3	3 424	4 127	1 620	9 171
positivas	4	5 570	4 313	2 601	12 484
	5	5 065	3 434	991	9 490
	6	4 631	2 214	387	7 232
Total		29 883	25 231	13 722	68 836

Este cruzamento permite, de forma convencional, definir quatro grupos dentro da amostra, assim identificados:

- i) um grupo de mães caracterizadas, simultaneamente, por um elevado grau de condutas educativas «positivas» e por um reduzido grau de práticas «negativas» ( células rosa, em baixo, à esquerda do quadro). Esta categoria, que englobaria as mães com as condutas melhor orientadas para o desenvolvimento dos filhos, é constituída por 28651 mães, ou seja 42% da amostra.
- ii) Um grupo de mães que, contrariamente ao grupo visto anteriormente, é caracterizado, simultaneamente, por um reduzido grau de condutas educativas «positivas» e por um elevado grau de práticas «negativas» (células verdes em cima e à direita do quadro). Esta categoria engloba as mães com as condutas menos orientadas para o desenvolvimento dos filhos. Este grupo conta com 19266 mães, o equivalente a 28% da amostra analisada. Este grupo é também aquele em que as atividades de educação parental são potencialmente mais necessárias.
- iii) Um terceiro grupo é constituído pelas mães que poderiam ser classificadas de «pouco envolvidas» no desenvolvimento dos filhos, já que se caracterizam por um baixo nível de pró-atividade sem terem, no entanto, condutas negativas. Esta categoria (células azuis, em cima e à esquerda do quadro) é composta por 11193 mães e representa 16% da amostra. A educação parental deveria dinamizar esta franja populacional i) introduzindo a ideia de que a ação da mãe constitui um factor importante para o desenvolvimento dos filhos e ii) propondo formas concretas de o fazer.
- iv) Finalmente, o quarto grupo é constituído pelas mães muito ativas em relação ao desenvolvimento dos filhos, mas de uma certa forma, ao mesmo tempo positiva e negativa. Este grupo (células violetas, em baixo, à direita do quadro) engloba 9726 mães e representa 14% da amostra analisada. A perspetiva da educação parental deveria apontar para o grau de atividade dessas mães, orientando suas práticas educativas para aquelas verdadeiramente positivas.

#### IDENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS TRANSVERSAIS E O SEU GRAU DE DETERMINAÇÃO SOCIAL

# IV.6 DIMENSÃO SOCIAL DOS COMPORTAMENTOS TRANSVERSAIS

No seguimento do que foi feito com os comportamentos temáticos, pode-se questionar agora, até que pontos estes comportamentos transversais tendem a encontrar-se de forma mais ou menos frequente de acordo com as características sociais da família ou de acordo com a sua localização geográfica no país<sup>11</sup>. Para isso, foi levado a cabo uma análise multivariada cujos resultados são apresentados no quadro 110, adiante.

Uma primeira constatação geral é relativa à parte da variância explicada pelas características sociais e geográficas das famílias. As análises mostram que se os comportamentos pró-activos, explicativos e negativos das mães são pouco influênciadas por essas características (o valor numérico dos coeficientes de determinação R2 associados a este quatro modelos fixam-se respetivamente em 15%, 9% e 18% com o seu grau de estruturação a ser maior (o coeficiente atinge 47%). Isto sugere que as condutas parentais têm, numa larga medida, uma componente pessoal. Assim sendo, a conduta que visa estruturar o ambiente da criança é muito mais condicionada que os outros.

Como anteriormente, duas características das crianças, a idade e o género foram introduzidas no modelo de forma a analisar a variabilidade das práticas de acordo com estes dois aspetos. Constatase, em primeiro lugar, que as mães têm maior tendência para estruturar o ambiente dos filhos, para serem mais pró-ativas e, numa menor escala, dar mais explicações aos filhos à medida que este for crescendo. Ao mesmo tempo, elas são mais negativas com os filhos quando este é mais velho.

Tudo se passa como se as mães dessem mais atenção (positiva e negativa) aos filhos mais velhos.

<sup>11.</sup> É importante lembrar que a conduta de «comportamento negativo da mãe junto do filho» está numa escala crescente e direcciona-se aos comportamentos que podem ser avaliados como pouco desejáveis. Pelo contrário, não é o caso de três outros indicadores sintéticos transversais para os quais um valor maior corresponde a comportamentos educativos adequados para as crianças.



Quadro 110 Impacto das características sobre os comportamentos familiares transversais

Variável	Modalidades	Pró-atividade	Estruturação	Explicação	Negatividade
CONSTANTE		-1,31 ***	-1,95 ***	-1,00 ***	-0,37 ***
Idade (em ano	s)	0,29 ***	0,72 ***	0,05 ***	0,43 ***
Idade2		-0,03 ***	-0,08 ***	-0,02 (ns)	-0,05 ***
Sexo	Menina	réf.	réf.	réf.	réf.
	Rapaz	-0,07 ***	-0,05 ***	-0,08 ***	0,14 ***
Meio	Rural	réf.	réf.	réf.	réf.
	Urbano	-0,23 ***	0,52 ***	0,21 ***	0,17 ***
Zona	S. Ant., São Vicente	réf.	réf.	réf.	réf.
	S. Nic., Fogo, Brava	-0,50 ***	-0,10 ***	-0,37 ***	0,51 ***
	Sal, Boa Vista, Maio	-0,38 ***	0,09 ***	-0,52 ***	0,46 ***
	Santiago	0,07 ***	0,04 ***	0,11 ***	0,23 ***
Nível de	Quintil 1	réf.	réf.	réf.	réf.
rendimentos	Quintil 2	0,05 ***	0,13 ***	0,05 ***	-0,12 ***
	Quintil 3	0,20 ***	0,32 ***	0,17 ***	-0,18 ***
	Quintil 4	0,31 ***	0,35 ***	0,21 ***	-0,28 ***
	Quintil 5	0,64 ***	0,63 ***	0,35 ***	-0,35 ***
Idade da mãe	(em anos)	0,05 ***	0,01 ***	0,04 ***	-0,03 ***
Idade da mãe 2		0,00 ***	0,00 ***	0,00 ***	0,00 ***
Est. Conj. da	Sozinha	réf.	réf.	réf.	réf.
mãe	Em união	0,07 ***	-0,03 ***	0,08 ***	-0,13 ***
Percurso	Não escolarizada	réf.	réf.	réf.	réf.
escolar da mãe	1-4 anos				
1.100	5-6 anos	0,02 *	0,16 ***	0,13 ***	-0,06 ***
	Secundário e +				
R2		14,7	46,8	9,3	17,8

#### IDENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS TRANSVERSAIS E O SEU GRAU DE DETERMINAÇÃO SOCIAL

De seguida, nota-se qua as mães criam um ambiente mais estruturado, são mais pró-ativas e dão mais explicações às meninas do que aos rapazes. Elas têm tendência também a adotar mais comportamentos negativos face aos rapazes. Isto vai ao encontro do que se observa na literatura sobre as diferenças de género na educação que os pais dão aos filhos na primeira infância: os pais ajudariam mais os rapazes a serem autónomos (em particular dando-lhes a possibilidade de descobrir sozinhos o mundo exterior) enquanto procurariam proteger mais as meninas, mantendo-as fisicamente perto deles (Duru-Bellat, 2004). O fato dos valores dos coeficientes serem baixos indica que as diferenças de práticas de acordo com o género são limitadas.

No plano das variáveis geográficas e, primeiramente, do **meio de residência**, as mães residentes no meio urbano são mais estruturantes e dão mais explicações que as do meio rural. Elas adotam também mais comportamentos negativos. Assim sendo, as mães que vivem no meio rural são mais pró-ativas com os filhos. A **zona** tem impacto em todos os domínios transversais identificados mas observa-se que este impacto é limitado no que tange à estruturação. Nos outros domínios encontra-se as mesmas tendências: as mães residentes em São Nicolau, Fogo, Brava, Sal, Boavista ou Maio são as que adotam os comportamentos menos pró-activos, os menos explicativos e os mais negativos. As mães de Santiago adotam as práticas mais adequadas exceto em matéria de negatividade, conduta à qual as mães de Santo Antão e São Vicente menos recorrem.

O **nível de rendimentos** das famílias influência também nas condutas educativas das mães e sempre com benefício para as mais ricas. Efetivamente, as mães são mais pró-ativas, têm maior tendência para dar explicações e mais estruturantes à medida que as suas condições de vida melhoram. As mães pertencentes às famílias mais ricas adotam comportamentos negativos de forma um pouco menos frequente que as outras mães.

A **idade das mães** tem impacto sobre as suas condutas educativas, mas é um impacto muito moderado. Assim, as mães têm tendência a serem um pouco mais pró-ativas, explicativas e estruturantes mas também um pouco menos negativas à medida que envelhecem.

Se se considerar o **estatuto conjugal** da mãe, observa-se que as mães que vivem em união de fato têm tendência a dar mais explicações, a serem mais explicativas e a adotarem menos comportamentos negativos que as mães que vivem sozinhas.

Finalmente, o **percurso escolar** das mães exerce uma influência sobre as suas condutas educativas: as mães que frequentaram a escola (quer seja apenas o ensino primário ou mais) estruturam melhor o ambiente dos filhos, recorrem mais à explicação, são um pouco mais pró-ativas e um pouco menos negativas que as que nunca frequentaram a escola.



# IV.7 IMPACTO DAS CONDUTAS EDUCATIVAS NAS DIFERENTES PONTUAÇÕES TEMÁTICAS

Para terminar, pode ser interessante mostrar as pontuações temáticas, que identificam as práticas mais ou menos adequadas nos domínios particulares do desenvolvimento da criança, com as pontuações dos indicadores transversais, que identificam as condutas educativas gerais. Os resultados obtidos são apresentados no quadro 111, a seguir, e mostram que esta perspetiva é efetivamente útil.

Quadro 111
O impacto das condutas educativas sobre as pontuações temáticas

Domínios das práticas temáticas	R <sup>2</sup> (características sociais-CS)	R² (CS + condutas educat.)	Grau de pró- atividade	Grau de estruturação	Grau de explicação	Grau de negativi- dade
Afetivo	14,90%	77,10%	0,44 ***	-0,35 ***	0,46 ***	-0,11 ***
Saúde	9,40%	35,80%	0,82 ***	-0,37 ***	-0,25 ***	0,05 ***
Aimentação	25,30%	29,30%	0,07 ***	0,25 ***	-0,05 ***	-0,02 ***
Repouso	31,10%	40,40%	0,22 ***	0,34 ***	-0,30 ***	-0,12 ***
Higiene	33,30%	70,00%	-0,21 ***	0,80 ***	0,29 ***	0,00 (ns)
Cuidados	36,90%	39,10%	0,27 ***	-0,07 ***	-0,16 ***	-0,02 ***
Proteção	30,50%	44,20%	-0,17 ***	0,33 ***	0,37***	0,02 ***
Linguagem	23,50%	51,40%	0,39 ***	0,16 ***	0,17 ***	0,09 ***
Cognitivo	28,60%	47,10%	0,34 ***	0,15 ***	0,08 ***	0,05 ***
Social	6.3%	81.5%	0.12 ***	0.75 ***	0.75 ***	0.75 ***
Global	26.4%	71.5%	0.60 ***	-0.05 (ns)	-0.05 (ns)	-0.05 (ns)

Para além das características sociais, pode-se observar que quando se tem em consideração as variáveis características das condutas educativas familiares há um efeito muito variável de acordo com os domínios temáticos considerados. Constata-se, num primeiro momento, que os ganhos de R2 comparativamente às características sociais¹² são mínimos em relação aos cuidados (+2 pontos percentuais), à alimentação (+3pontos) ou ao repouso (+ 10 pontos). Isto indica que o fato de as mães serem mais ou menos pró-ativas, mais ou menos explicativas ou estruturantes do ambiente dos filhos tem pouco impacto sobre as práticas nesses domínios (nos quais, como já se viu anteriormente, as práticas das mães são independentes das que elas têm nos outros domínios). Os

<sup>12.</sup> Nota-se que o efeito de certas características sociais identificadas anteriormente desaparece quando as condutas educativas familiares são tidas em conta na análise o que decorre do facto dessas condutas não serem idênticas nos diferentes meios sociais.

#### IDENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS TRANSVERSAIS E O SEU GRAU DE DETERMINAÇÃO SOCIAL

ganhos de R2 são, pelo contrário, consequentes nos domínios da saúde (+27pontos), da linguagem (+29), da higiene (+37) e do desenvolvimento afetivo (+63 pontos). No total, o ganho é de 37 pontos percentuais no que tange à medida sintética do conjunto dos domínios temáticos considerados.

A análise permite também identificar quais as dimensões das condutas educativas exercem maior impacto na qualidade das práticas utilizadas pelas famílias nos diferentes domínios temáticos<sup>13</sup>.

Relativamente à **pontuação global** (referência especialmente importante para se saber o impacto das condutas educativas parentais já que, em primeiro lugar, se quer um desenvolvimento geral da criança para além dos domínios temáticos específicos), a conduta da mãe que tem um impacto maior é o grau de estruturação que ela põe em prática nas diferentes circunstâncias da vida da criança. De seguida, encontram-se as explicações dadas à criança que permitem dar sentido às aprendizagens desta e ajudam-na a desenvolver-se e ser pró-ativa. Nota-se que o grau de negatividade do comportamento da mãe tem uma influência muito reduzida na pontuação global.

A pró-atividade da mãe tem um efeito benéfico nas suas práticas com os filhos em sete dos dez domínios temáticos. O mesmo acontece com a saúde (domínio em que a jovem criança não tem a capacidade de controlar o seu comportamento), do desenvolvimento afetivo, do desenvolvimento cognitivo e da linguagem da criança (dimensões em que as mães podem facilmente não intervir pelo motivo implícito porque acontecem naturalmente). Numa menor escala, acontece a mesma coisa para as práticas relativas aos cuidados, ao repouso e ao desenvolvimento social. Nos outros domínios, o fato da mãe ser pró-ativa tem uma influência muito limitada, até mesmo negativa, nas suas práticas (casos do domínio higiene e do domínio proteção).

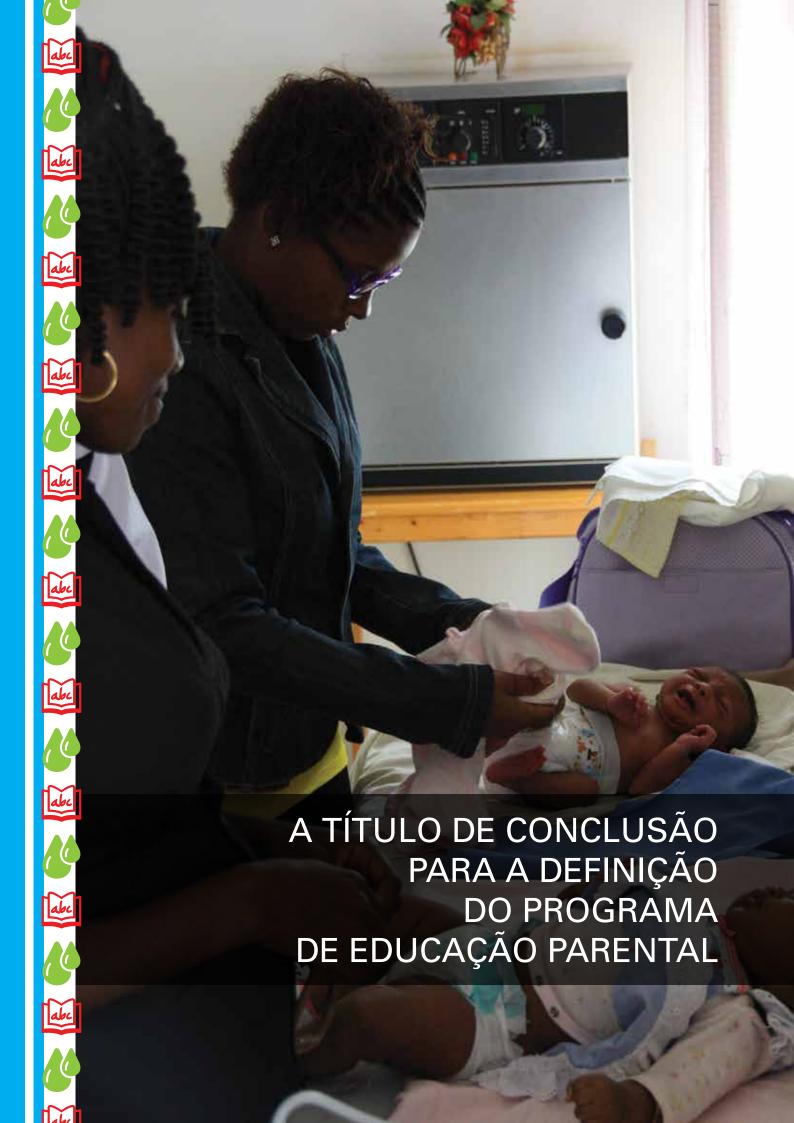
A estruturação do contexto de vida da criança é globalmente positiva em sete dos dez domínios temáticos e de forma muito forte nas práticas ligadas à higiene, ao desenvolvimento social, ao repouso e à proteção. Esses resultados são benéficos, na medida em que se sabe, por outro lado que o que a criança aprende em algumas dessas dimensões (em matéria de higiene e de desenvolvimento social) é crucial para o seu desenvolvimento geral. Por outro lado, uma forte estruturação do ambiente da criança revela-se negativa em matéria de desenvolvimento afetivo, da saúde e, em menor escala, em matéria de cuidados.

<sup>13.</sup> Poder-se-ia definir cada um dos domínios temáticos para identificar quais as condutas educativas parentais mais pertinentes; fica-se aqui por uma leitura « horizontal» do quadro, para identificar os domínios temáticos sobre os quais cada uma das quatro condutas educativas parentais tem um impacto.



Os benefícios de uma conduta da mãe orientada para o **fornecimento de explicações à criança** são válidos para cinco dos dez domínios temáticos considerados com maior impacto nos domínios do desenvolvimento afetivo, seguido da proteção e da higiene. Se é compreensível que a explicação às crianças não seja realmente pertinente para os cuidados e a saúde, domínios que dependem muito das ações da mãe e pouco do papel da criança, nota-se, contudo, que o fato do comportamento explicativo da mãe ter um impacto negativo sobre as práticas em matéria de desenvolvimento social é problemática.

Por fim, os **comportamentos negativos** da mãe (repreender, sancionar, ameaçar, bater) exercem um impacto negativo em nove dos dez domínios mas de forma muito diferenciada. Efetivamente, se a negatividade da mãe influência positivamente as suas práticas em matéria de linguagem e desenvolvimento social, ela tem, por outro lado, um efeito nefasto sobre os seus comportamentos em matéria de repouso e de desenvolvimento afetivo. Nos outros domínios, em que há um impacto significativo, o mesmo é muito limitado.



## V.1 ALGUMAS CONCLUSÕES GERAIS

Este trabalho empírico sobre as práticas parentais perante as crianças em Cabo Verde permitiu descrições e análises interessantes que eram, numa larga medida, desconhecidas e foi realizado tendo em conta a falta de um trabalho específico desta envergadura sobre este assunto. É certo que havia informações específicas sobre este ou aquele aspeto e desejar-se-ia, sem dúvida, haver informações mais detalhadas sobre algumas temáticas. No entanto, uma das mais-valias deste trabalho é a forma como fornece, de forma geral, muitas informações que caracterizam as práticas dos pais junto dos filhos mais novos.

Em relação às práticas específicas, constata-se que as mães dedicam, em média, um bom tempo para estarem juntas com os filhos (muito mais que o que foi observado em outros países). Assim sendo, o tempo é meramente um indicador quantitativo e não permite conhecer a qualidade das interações que as mães têm com os filhos. Quando se analisou como é que as mães se comportam dentro deste quadro temporal, observou-se comportamentos médios mais ou menos adequados de acordo com as dimensões analisadas, mas principalmente uma grande variabilidade de práticas adotadas pelas mães.

Nota-se que uma percentagem importante de mães têm tendência frequente a considerar que os filhos estão muito novos para que algumas questões relativas às práticas específicas (em matéria de desenvolvimento cognitivo, de higiene, de desenvolvimento social...) sejam colocadas efetivamente. Tudo se passa como se a juventude da criança e, sem dúvida, sua incapacidade para compreender tornassem essas atividades menos importantes. Se esta opinião pode ser considerada legítima para certos aspetos ( por exemplo, ensinar à criança a ser autónoma para poder ocupar-se da sua higiene quando é muito nova), ela é mais discutível em outros aspetos ( por exemplo falar com o filho quando este tem menos de 2 anos). Esta tendência é mais forte quando se procura explicar as diferenças de comportamentos das mães. Observa-se, por exemplo qua as suas práticas em matéria de desenvolvimento social são claramente menos adequados junto das crianças mais novas. Da mesma forma, as mães estruturam muito menos o ambiente dos filhos quando estes são mais novos. Este aspeto, deverá ser levado em consideração no conteúdo do programa de educação parental.

De forma mais geral, a variabilidade global das práticas parentais revela-se parcialmente sob influência do contexto social e geográfico em que vivem as crianças. Desta forma, as limitações das famílias afectam as práticas das mães em alguns domínios, mas são menos significativos noutros. Sobretudo, em contextos familiares semelhantes, a dimensão pessoal continua a ser muito importante. Isso aponta, consequentemente, margens substanciais para a educação parental para

#### A TÍTULO DE CONCLUSÃO PARA A DEFINIÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARENTAL

que os pais adoptem efetivamente práticas mais adequadas e constitui assim uma boa nova para sustentar as ações que poderão ser realizadas nesta direcção.

Finalmente, se o relatório realçou a necessidade de definir as práticas específicas em cada um dos domínios temáticos considerados, identificou também o quão importantes e significativas eram as regras implícitas de educação e as condutas educativas em que se baseiam. As análises mostraram também que as regras de educação influênciam mais as práticas temáticas do que as características sociais e geográficas dos indivíduos. É crucial ter em conta este resultado com vista à elaboração do conteúdo do programa de educação parental. Não será suficiente incitar as mães a verificar, por exemplo, que os filhos lavam as mãos sistematicamente antes das refeições: convirá também tomar as medidas para que todas as mães adoptem, no geral, uma atitude pró-ativa, explicativa e estruturante sabendo que isto se aplicará a todos os domínios temáticos e também à lavagem das mãos, por pouco que elas tenham sido informadas sobre a necessidade da criança o fazer.

# V.2 BALIZAS DE REFERÊNCIA PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARENTAL

Tendo como base os resultados deste estudo, foram identificadas algumas balizas de referência para a elaboração do conteúdo do futuro programa de educação parental. Essas balizas, indicadas mais abaixo, deverão ser divulgadas junto dos pais das crianças mais novas, sob uma forma apropriada cujas modalidades ainda estão por definir.

#### Discussões temáticas

#### Em matéria de prevenção e de saúde

- Como identificar que o filho pode estar doente
- Quais as reações a ter em caso de febre
- Quais as reações a ter se a febre persistir
- Quais as reações a ter em caso de diarreia
- Porque é importante que a criança esteja hidratada
- Importância dos medicamentos ou plantas antiparasitárias

#### Em matéria de alimentação

- Importância do aleitamento exclusivo até à vigésima quarta semana
- Como assegurar a transição entre o leite materno e os alimentos
- Importância das crianças terem um regime alimentar diversificado

#### Em matéria de proteção

Como garantir um ambiente seguro para a criança

#### Discussões transversais

#### Explicar às mães o seu papel crucial no desenvolvimento dos filhos

Saúde, higiene, linguagem, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento social

#### Explicar às mães que elas devem intervir positivamente junto dos filhos e como fazê-lo

- Incitá-los a realizar atividades que ultrapassam as suas capacidades do momento
- Ajudá-lo a crescer no plano psico-motor
- Falar com os filhos antes que estes aprendam a falar
- Ensiná-lo palavras novas, desenvolver sua linguagem
- ▶ Felicitá-lo e encorajá-lo
- ▶ Ensinar-lhe coisas
- Contar-lhe estórias

### Explicar as mães que devem intervir positivamente junto dos filhos, mesmo se estes ainda estão novos e como fazê-lo

- Interagir com ele
- ▶ Por em prática ações para melhorar sua linguagem
- Contar-lhe estórias, ensinar-lhe contos infantis, canções
- ▶ Participar nas suas brincadeiras
- Explicar-lhe os fenómenos da vida quotidiana
- Ensinar-lhe os números, as quantidades
- Proibir-lhes certas atividades e explicar os porquês da proibição
- Quando a criança desobedecer ou comportar-se mal, explicar-lhe porque não deve agir assim

#### Incitar as mães a dar explicações aos filhos

- Quando estão agitados
- Sobre os perigos aos quais podem estar expostos e como preveni-los
- Sobre a importância das regras sociais e a necessidade de as cumprir
- Para responder às questões que a criança pode colocar
- Quando não consegue realizar uma atividade

#### Incitar as mães a construir um ambiente estruturado para a criança

- Fazer com que ela tenha horários fixos ou regulares para comer
- Fazer com que ela faça a sesta (particularmente quando a criança ainda está nova) em horários regulares
- Fazer com que ela respeite a hora de dormir e um certo número de horas de sono
- Estabelecer regras e proibições
- Reagir quando a criança não cumpre as regras estabelecidas e explicar-lhe porque não pode agir assim
- Ajudá-lo a desenvolver a sua autonomia, num quadro estruturado, acompanhando-o

### Incitar as mães a evitar as atitudes e os comportamentos negativos para com os filhos e propor práticas alternativas

- Não se limitar a repreende-los e sancioná-los mas dar sentido à situação
- Não os bater
- Não hesitar a encorajá-los antes de uma atividade ou depois se não conseguirem realizá-la
- Não hesitar em felicitá-los se fizerem uma coisa boa ou se conseguirem fazer alguma coisa

### **ANEXO**

## CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS ENTREVISTADAS E DOS SEUS FILHOS

O inquérito abrange 1752 indivíduos, dos quais 2229 crianças com menos de 6 anos sobre os quais se baseiam as análises. O quadro a seguir fornece informações sobre algumas das suas características assim como as das pessoas que delas se encarregam.

	N	% do total		N	% do total	
Características geográficas	das famíli	as	Características da pessoa entrevistada			
Ilhas			Sexo			
Santo Antão	318	14,3%	Masculino	55	2,5%	
São Vicente	70	3,1%	Feminino	2174	97,5%	
São Nicolau	138	6,2%	Idade (anos)			
Sal	118	5,3%	20 anos e menos	180	8,1%	
Boa Vista	80	3,6%	21-30 anos	1008	45,2%	
Maio	86	3,9%	31-40 anos	590	26,5%	
Santiago	1036	46,5%	41-50 anos	255	11,4%	
Fogo	317	14,2%	51 anos e mais	196	8,8%	
Brava	66	3,0%	Média	32,4	-	
Meio de residência			Estado conjugal			
Rural	1 476	66,2%	Solteiro	679	30,5%	
Urbano	753	33,8%	Casado	256	11,5%	
			Em união de facto	1 014	45,6%	
			Divorciado	9	0,4%	
			Separado	217	9,7%	
			Viúvo	51	2,3%	
			NS	3	0,1%	

	N	% do total		N	% do total	
Características da criança			Estado conjugal			
Relação c/a pessoa interrog	ada		Solteiro			
Mãe	1 824	81,8%	Cabo-verdiana	2 177	97,7%	
Pai	35	1,6%	Dupla nacionalidade	30	1,3%	
lrmão/lrmã	11	0,5%	Estrangeiro	21	0,9%	
Avo	260	11,7%	NS	1	0,0%	
Tio/Tia	64	2,9%	Percurso escolar			
Outro familiar	20	0,9%	Não escolarizado	251	11,3%	
Sem ligação	12	0,5%	1-4 anos do ens. primário	477	21,4%	
NSP	3	0,1%	5-6 anos do ens. primário	417	18,7%	
Sexo			Secundário e mais	1 084	48,6%	
Rapaz	1 128	50,6%				
Menina	1 101	49,4%				
Idade (anos)						
0	347	15,6%				
1	307	13,8%				
2	319	14,3%				
3	328	14,7%				
4	287	12,9%				
5	327	14,7%				
6	314	14,1%				
Moyenne	3,0	-				

### **BIBLIOGRAFIA**

DURU-BELLAT, M. (2004)

L'école des filles : quelle formation pour quels rôles sociaux ?

Paris: L'Harmattan.

MINGAT, A., SEURAT, A. (2011)

Pratiques parentales vis à vis des enfants de 0 à 6 ans en Mauritanie

Nouakchott: UNICEF.

MINGAT, A., SEURAT, A. (2011)

Développement des enfants de 0 à 6 ans et pratiques parentales à Madagascar

Tananarive: UNICEF.

Ministério da Educação e Desporto (2011)

Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN) Cabo Verde: Perspectivas para a

universalização da escolaridade de dez anos no horizonte 2020

Praia : Ministério da Educação e Desporto.

SEURAT, A. (2013)

Pratiques parentales vis à vis des enfants de 0 à 6 ans à Sao Tomé et Principe

Sao Tomé: UNICEF.

SEURAT, A. (2013)

Pratiques parentales vis à vis des enfants de 0 à 6 ans Sierra Leone

Freetown: UNICEF.

VAN DER GAAG, J., TAN, J.P. (1998)

The Benefits of Early Childhood Development Programs: An Economic Analysis

Washington: World Bank.



